

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**Instituto de Ciências Humanas**

**Programa de Pós-Graduação em Antropologia**



Dissertação

**As Manifestações das Paisagens Ocultadas:**

Arqueologia da Pelotas de Trabalhadoras Sexuais

**Vanessa Avila Costa**

Pelotas, 2020

**Vanessa Avila Costa**

**As Manifestações das Paisagens Ocultadas:**

Arqueologia da Pelotas de Trabalhadoras Sexuais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia.

Orientadora: Profa. Dra. Louise Prado Alfonso

Coorientadora: Profa. Dra. Beatriz Valladão Thiesen

Pelotas, 2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**Instituto de Ciências Humanas**

**Programa de Pós-Graduação em Antropologia**



**Dissertação**

**As Manifestações das Paisagens Ocultadas:**

**Arqueologia da Pelotas de Trabalhadoras Sexuais**

**Vanessa Avila Costa**

**Pelotas, 2020**

Capa: Pintura produzida por Violet Baudelaire para esta dissertação, a partir de uma das notícias do jornal pelotense O Rebate referente ao ano de 1915.

Vanessa Avila Costa

As Manifestações das Paisagens Ocultadas: Arqueologia da Pelotas de  
Trabalhadoras Sexuais

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 14 de agosto de 2020

Banca Examinadora:

.....  
Profª. Dra. Louise Prado Alfonso (Orientadora)

Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

.....  
Profª. Dra. Camila de Moraes Wichers

Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

.....  
Profª. Dra. Flávia Maria Silva Rieth

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Dedico este trabalho à memória das trabalhadoras sexuais que viveram na cidade de Pelotas no começo do século XX, cujos passados não devem ser esquecidos, e às interlocutoras do projeto de extensão Mapeando a Noite: O Universo Travesti, especialmente à Juliana Martinelli (em memória).**

## Agradecimentos

Aqui expresso minha gratidão a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada. Todavia, gostaria de agradecer especialmente aquelas cuja atuação foi essencial para o seu desenvolvimento.

Serei eternamente grata às minhas duas orientadoras, arqueólogas cujo trabalho admiro muito, por todos os ensinamentos e, sobretudo, críticas que considero fundamentais para o meu crescimento enquanto pesquisadora. À Louise, por ter acreditado que era possível desenvolver esta pesquisa e pelo convite feito em 2017 para integrar os projetos Mapeando a Noite: O Universo Travesti e Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR/UFPel), coordenados por ela, que fizeram toda diferença na produção deste trabalho, me proporcionando grandes aprendizados. Por todo o apoio, incentivo e empolgação de sempre, que foram muito importantes para minha trajetória no mestrado. À Bia, por ter aceitado ser minha coorientadora e por toda sua dedicação a este trabalho. Por sempre me oferecer ajuda e aquela palavra amiga que é tão significativa nos momentos de crise. Também gostaria de manifestar minha gratidão por ter me feito o convite que me possibilitou ser pesquisadora associada do Liber Studium – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo (FURG) e orientar estagiários/as de campo no universo desta pesquisa.

Agradeço à Mestra Griô Sirley Amaro pelos ensinamentos que me foram passados através de sua oralidade e pelas histórias compartilhadas. Por todo zelo que teve com esta pesquisa, também posso chamá-la de minha orientadora.

Às professoras do PPGAnt/UFPel cujo aprendizado que me proporcionaram através de suas aulas foram primordiais para a produção do trabalho, Adriana Peñafiel, Claudia Magni, Flávia Rieth, Louise Alfonso e Loredana Ribeiro.

À equipe do Projeto de Extensão Mapeando a Noite, principalmente ao Lui, à Martha, ao Mateus e ao Wagner, e aos estagiários e à estagiária do Liber Studium, Newan, Nicolás e Violet, por terem sido tão incríveis em não medir esforços para me ajudar e por toparem construir esta dissertação comigo.

Meu agradecimento especial à Violet, por ter transformado esta pesquisa com todo o seu talento para a pintura, o desenho e a performance. Por todas as conversas que tivemos, as bibliografias sugeridas e pela amizade que se formou. E também ao

Newan, que mesmo após ter finalizado seu estágio de campo, continuou atuando em meu projeto de pesquisa e buscou mais materiais empíricos.

Às interlocutoras do Projeto de Extensão Mapeando a Noite: O Universo Travesti, por compartilharem conosco suas vivências enquanto travestis e prostitutas que trabalham nas ruas do centro de Pelotas à noite.

À Monique Prada, pela imensa contribuição que seu livro trouxe para esta pesquisa e por ter apoiado nossas ações.

Aos barbeiros que trabalham no Mercado Público de Pelotas, por contribuírem com o trabalho através de suas narrativas sobre a rua Tiradentes.

À equipe do Projeto de Pesquisa Margens, por ter me recebido tão bem no GEEUR, em particular à Melina e ao Daniel, que foram ótimos parceiros de estudo e à Simone, pela forma acolhedora e gentil ao qual me recebeu, por ser uma mulher inspiradora com um coração gigante. À Melina agradeço especialmente por ter feito o registro fotográfico da rua Tiradentes e também pelo mapa de 1909 que compõe este trabalho. Assim, aproveito para agradecer também ao Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB) da UFPel que o disponibilizou para esta pesquisa.

Ao técnico do LEPPAIS, Hamilton Bittencourt, por ter me ajudado na edição do vídeo arqueológico e me ensinado a editar meus próprios trabalhos audiovisuais.

À CAPES, pela bolsa que me foi concedida e que financiou esta pesquisa, permitindo que eu me dedicasse exclusivamente a ela.

Ao Guilherme Almeida, por ter fornecido a foto da rua Tiradentes de 1919 e me emprestado um livro que foi importante para o desenvolvimento da dissertação.

Aos funcionários da Bibliotheca Pública Pelotense, especialmente ao Ueslei Goulart, que trabalha no Arquivo Histórico, por ter sido sempre solícito, fornecendo os jornais para que pudéssemos pesquisá-los, e à Janaína Rangel, museóloga atuante no Museu Histórico, por ter convidado o projeto Margens para realizar a exposição que compreendeu a data do Dia do Patrimônio neste espaço da biblioteca.

À Susana, que foi parte fundamental para o desenvolvimento de minha dissertação, por ter me mostrado o Projeto Mapeando a Noite e me apresentado à Louise.

Aos meus colegas de turma, Phellipe, Danusa, Yuri, Graciele e Cícero, com quem consegui estabelecer diálogos e trocas acerca do conhecimento arqueológico que me foram benéficas. Meu agradecimento especial ao Ph, por ter sido meu amigo

durante estes dois anos de mestrado. Amizade esta que começou desde o processo seletivo para o ingresso no mesmo, quando começamos a estudar juntos.

Às minhas amigas arqueólogas formadas pela FURG (que agora são colegas no mestrado), Adara e Yasmin, só tenho a agradecer por essa amizade que se construiu durante a graduação e que continua forte. Por todas as palavras de carinho e incentivo, por confiarem em mim e me apoiarem.

Não poderia deixar de agradecer a outras pessoas maravilhosas que conheci na FURG e que se tornaram grandes amigas, as arqueólogas Alice, Ana, Chayenne, Natália, Paula e Tamires, e os arqueólogos Filipe e Yure. E também ao futuro arqueólogo Fábio, por ter me auxiliado no preenchimento do currículo lattes para o processo seletivo do mestrado e na formatação desta dissertação, e por sempre dividir comigo os seus conhecimentos.

Aos professores/as do Bacharelado em Arqueologia da FURG, sou grata pela formação que me possibilitou ingressar em um mestrado logo após a graduação. Agradeço, particularmente, àqueles/as que mais me marcaram com seus valiosos ensinamentos: a Bia, o Martial, o Alberione e o Danilo.

Às minhas primas, Letícia e Nadine, pela amizade e pelas palavras de afeto e incentivo, especialmente à Nadine, por compartilhar comigo seu conhecimento sobre teorização foucaultiana.

Ao Diego, que mais do que namorado é um amigo. Agradeço por sempre estar disposto a ler minhas escritas e por trazer ótimas contribuições. Por toda paciência, carinho e dedicação que teve comigo em meio à correria que é a nossa vida acadêmica.

À minha irmã de coração Livia, por estar sempre comigo, me dando força e torcendo por mim, mesmo que de longe. Por fazer parte de mais esta conquista.

À minha não-humana preferida Missie, cachorra que me fazia companhia enquanto eu estava escrevendo esta dissertação.

Ao meu avô Ottoni que faleceu quando eu tinha 12 anos de idade. Foi com ele que aprendi o significado de patrimônio antes mesmo de eu pensar em me tornar arqueóloga. Se estivesse aqui, tenho certeza de que estaria orgulhoso de sua neta caçula. Às minhas avós Jurema (em memória) e Dalva, pois se sou a primeira mulher graduada e agora mestra de nossa família, é por que elas vieram antes de mim e lutaram pelo meu direito de estudar em uma Universidade Pública. Aos meus pais

Glaci e Francisco, por todo apoio e amor que sempre me deram. Por me ensinarem, desde pequena, que posso ser o que eu quiser. Devo este título a vocês.

*Me levanto*

*sobre o sacrifício*

*de um milhão de mulheres que vieram antes*

*e penso*

*o que é que eu faço*

*para tornar essa montanha mais alta*

*para que as mulheres que vierem depois de mim*

*possam ver além*

*(Rupi Kaur)*

## Resumo

COSTA, Vanessa Avila. **As Manifestações das Paisagens Ocultadas**: Arqueologia da Pelotas de Trabalhadoras Sexuais. 2020. 162f. Dissertação (Mestrado em Antropologia com área de concentração em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Partindo de uma perspectiva putafeminista, procuro compreender nesta pesquisa arqueológica as estratégias de resistência das trabalhadoras sexuais aos processos de exclusão (às políticas de controle e disciplinarização de seus corpos) no cotidiano da cidade de Pelotas (RS), responsáveis por naturalizar as opressões de gênero, classe, raça e etnia sofridas por elas. Para isso, realizei um estudo das paisagens onde os prostíbulos do século XX estavam situados, fazendo reflexões sobre o trabalho sexual no contemporâneo. Com o intuito de evocar essas paisagens, já que as casas de prostituição não foram preservadas, utilizei de metodologias arqueológicas alternativas, tais como vídeo, cartografia em desenho e pintura. A partir dessa pesquisa, discuto duas intervenções arqueológicas realizadas na cidade no Dia do Patrimônio: a exposição “A luta das trabalhadoras pelo direito de habitar a cidade de Pelotas” e a performance “Flor de Papel”. Ambas foram realizadas em espaços públicos com o objetivo de manifestar à população pelotense as paisagens dos prostíbulos que foram ocultadas pelo poder para que não se ouça mais falar das prostitutas que neles trabalhavam.

**Palavras-chave:** prostíbulos; trabalhadoras sexuais; arqueologia; paisagem; putafeminismo.

## Abstract

COSTA, Vanessa Avila. **The manifestations of Hidden Landscapes:** Archeology of Sex Worker Pelotas. 2020. 162f. Dissertation (Master Degree em Antropologia com área de concentração em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Starting from a putafeminist perspective, in this archaeological research I try to understand the resistance strategies of sex workers to the processes of exclusion (to the control and disciplinary policies of their bodies) in the daily life of the city of Pelotas (RS - Brasil), responsible for naturalizing the oppression of gender, class, race and ethnicity suffered by them. To this end, a study was conducted on landscapes where the brothels of the 20th century were located, reflecting on contemporary sexual work. In order to evoke these landscapes, since the houses of prostitution were not preserved, we used alternative archaeological methodologies, such as videos, cartography in drawing and painting. Based on this research, i discuss two archaeological works carried out in the city on Heritage Day: an exhibition “The struggle of workers for the right to inhabit the city of Pelotas” and a performance, “Paper Flower”. Both were executed in public spaces with the aim of presenting to the population of Pelotas the landscapes of the brothels that were hidden by the power so that we no longer hear about the prostitutes who worked in them.

**Keywords:** prostibles; sex workers; archeology; landscape; putafeminism.

## Sumário

Introdução .....	15
Capítulo 1 – Cartografias das margens como expressões da Arqueologia: entrelaçamentos cotidianos entres paisagens e trabalhadoras sexuais.....	30
1.1 O vídeo arqueológico “Evocando Paisagens” .....	34
1.2 Desenhos de uma cidade do passado-presente-futuro.....	43
1.2.1 As resistências de trabalhadoras sexuais em Pelotas .....	44
Capítulo 2 – Paisagens temidas, paisagens-fantasmas, paisagens estigmatizadas.	56
2.1 Mapeando as prostíbulos do começo do século XX .....	61
2.1.1 As Casas de Tolerância que transformam o centro em margem .....	89
Capítulo 3 – Para que as trabalhadoras sexuais não sejam esquecidas: duas intervenções públicas críticas enfocadas pela materialidade .....	116
3.1 “A luta das trabalhadoras pelo direito de habitar a cidade de Pelotas”: uma exposição .....	118
3.2 A performance Flor de Papel .....	136
Considerações finais .....	148
Referências .....	154

## Introdução

Esta pesquisa teve início em 2017 quando eu ainda era graduanda em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Conheci o Projeto de Extensão Mapeando a Noite: O Universo Travesti<sup>1</sup>, do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e passei então a mapear os prostíbulos situados no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, que existiram a partir do começo do século XX. Minha proposta era construir histórias sobre as trabalhadoras sexuais<sup>2</sup> que habitaram a cidade no passado, sob uma perspectiva arqueológica. A partir da compreensão de onde os prostíbulos ficavam localizados, eu queria produzir reflexões sobre quem eram as mulheres que neles trabalhavam e como construíram suas identidades e visões de mundo no meio urbano. Primeiramente, precisei vislumbrar as particularidades dos anos iniciais de 1900, desde a inserção da mulher no cotidiano da cidade, até o conceito de prostituição que foi produzido neste contexto histórico, por considerar tal entendimento fundamental para este estudo arqueológico.

Podemos dizer que o período que corresponde ao final do século XIX e começo do XX é caracterizado por uma mentalidade positivista paralela ao avanço do capitalismo, que pressupôs a construção de discursos científicos: o discurso médico e higienista, o discurso jurídico e criminológico, o discurso técnico e estético (PESAVENTO, 1994, p. 9). Políticas higienistas, Códigos de Posturas com as normas e regulamentações para a utilização dos espaços da cidade, planos de expansão e desenvolvimento urbano-industrial, o embelezamento da área central, com a

---

<sup>1</sup> O projeto Mapeando a Noite: O Universo Travesti é coordenado pela professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Dra. Louise Prado Alfonso. Este busca entender o universo das travestis que trabalham nas ruas das noites de Pelotas, especialmente as alocadas na região do centro da cidade, através de abordagens multidisciplinares que contemplem, junto aos estudos etnográficos, olhares voltados para a materialidade desse universo (ALFONSO, 2016) e está inserido no projeto de pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas.

<sup>2</sup> A putativista Monique Prada considera que o uso do termo trabalhadora sexual (sex worker) para definir a prostituição, atividade ao qual ela exerce, é “importante politicamente, para deixar bem marcada a afirmação de que trabalho sexual é trabalho” (PRADA, 2018, p. 55). Todavia, como destaca Prada, essa definição pode englobar uma gama enorme de atividades: a prostituta, a stripper, a *cam girl*, a dominadora profissional, a atriz pornô, a assistente sexual (Idem). Portanto, ao utilizar neste trabalho o termo “trabalhadoras sexuais” ou “trabalho sexual”, estou me referindo apenas às prostitutas e à prostituição.

construção de praças e a valorização da cultura e modos de vida europeus, começam a fazer parte do cotidiano de uma urbe que deveria ser disciplinada.

De acordo com Rosa Moura (2006), nas últimas décadas do século XIX já compunha a pauta de discussões e dos projetos do Poder Público o agravamento das condições sanitárias de Pelotas pelo aumento da população urbana (p. 50). Desse modo, nas reuniões da Câmara e nas páginas dos jornais tem-se a preocupação com a coleta de lixo, o fornecimento de água, o esgoto das casas e os terrenos alagadiços, além de discussões sobre formas para combater as moléstias da época: a varíola, a febre tifoide e a cólera (MOURA, 2006). Como afirma a autora, esta preocupação com a higienização dos espaços públicos e privados, a circulação do ar, das águas e dos esgotos parados não integravam uma demanda exclusiva de Pelotas, mas de todas as cidades do Brasil, que aspiravam uma estética urbana que as relacionaria ao que é moderno e belo<sup>3</sup>.

Ordenar a desordem urbana era a perspectiva empregada pelos médicos da época, e seguida pelo Poder Público Municipal, que pretendia viabilizar as “mudanças que anunciavam a construção de uma ordem burguesa na sociedade brasileira” (ENGEL, 2004, p. 12). Para isso, seria necessário produzir um conhecimento que pudesse intervir sobre todos os aspectos do cotidiano da cidade, como a prostituição, para conter “o caos urbano herdado do período colonial” (Idem). Contudo, será que a questão urbana da prostituição também era considerada uma pauta a ser discutida pelo governo pelotense?

Algumas autoras discutem a situação da mulher no final do século XIX e começo do XX. Segundo Margareth Rago, o enquadramento conceitual da figura feminina enquanto “rainha do lar” ou “mulher da vida” foi o caminho que os homens cultos do período encontraram para se referirem à condição feminina (RAGO, 1991, p. 20), criando o retrato da prostituta em oposição ao da mulher honesta, casada, boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada (RAGO, 2014, p. 122). Nesse sentido, construir masculinamente a identidade da prostituta significou silenciá-la e estigmatizá-la e, ao mesmo tempo, defender-se contra o desconhecido – a sexualidade feminina –, recoberta por imagens e metáforas assustadoras (RAGO, 1991, p. 21).

Conforme Angela Davis, embora a “dona de casa” tivesse suas raízes nas condições sociais da burguesia e das classes médias, a ideologia do século XIX

---

<sup>3</sup> Segundo Mora (2006), até meados dos anos de 1930 essa discussão permaneceu em Pelotas.

estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade (DAVIS, 2016, p. 231). Afinal, o espaço considerado feminino é o âmbito doméstico que se qualifica enquanto privado e, em contrapartida, os espaços públicos eram tomados como masculinos, na produção racionalizada/sexista da cidade.

Rago (2014) ressalta a cobrança que as mulheres vindas de classes baixas sofriam, por não estarem trabalhando somente em casa e realizando as atividades do lar, ou seja, sendo as donas de casa, esposas e mães em tempo integral, como queria a burguesia. Ainda que as fábricas solicitassem cada vez mais a presença feminina em seu interior, o estigma da “mulher pública” recaía sobre elas, justamente porque estavam trabalhando fora da esfera privada da vida doméstica. Desde a famosa “costureirinha”, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas (RAGO, 2014, p. 89). Todo um discurso moralista e filantrópico acena para elas, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize (Idem). Já aquelas que procuravam o seu sustento na prostituição, segundo Rago, são vistas perante à sociedade como subversivas, pois o casamento e o trabalho do lar eram considerados a única alternativa possível para uma mulher.

Devemos considerar que na representação santificada da mãe-esposa-dona-de-casa, ordeira e higiênica, o aspecto sexual só aparece se associado à ideia de procriação (RAGO, 2014, p. 114). Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios (SOIHET, 2012, p. 363). E quanto aquela mulher que não seguia o ideal de feminilidade que lhe foi atribuído? De acordo com Magali Engel, sua recusa em cumprir o papel social de esposa, mãe e dona de casa passou a ser tomada como antinatural (ENGEL, 2012). Os comportamentos femininos considerados desviantes – principalmente aqueles inscritos na esfera da sexualidade e da afetividade – eram vistos ao mesmo tempo e contraditoriamente como pertinentes e estranhos à sua própria natureza (Ibidem, p. 333).

Cientistas como o criminologista Cesare Lombroso passaram a formular justificativas no campo da psiquiatria para os desvios no comportamento feminino, que reforçavam o discurso burguês atuante na dessexualização da mulher. Partia-se do princípio de que, por natureza, na mulher, o instinto materno anulava o instinto sexual e, conseqüentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria, inevitavelmente, *anormal* (ENGEL, 2012, p. 340). Portanto, possuir um erotismo

intenso e forte inteligência eram características que, quando manifestadas em mulheres, estavam associadas a um gênio feminino extremamente perigoso (SOIHET, 2012).

Conforme Rago (2014), paulatinamente à elaboração do conceito de higiene social, a explicação do instinto natural prevalece sobre qualquer outra justificativa para as causas da prostituição, incluindo aí a da miséria econômica. Ou seja, estas causas se situavam em concepções biológicas e não sociais. Para Lombroso, as mulheres que se prostituem, diferentemente das mulheres honestas, possuem características físicas próprias, como uma fraca capacidade craniana e mandíbulas mais pesadas. Esses estudos, realizados na Europa, acabam por inspirar os médicos e criminólogos brasileiros. Tem-se então, no Brasil, mais precisamente nas primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento dos programas de eugenia, a fim de regular as relações sociais e sexuais que se constituem entre as diferentes classes sociais.

Com base neste referencial médico-policial é que o conceito de prostituição é construído no século XIX, segundo Rago (1991):

Fenômeno essencialmente urbano, inscreve-se numa economia específica do desejo, característica de uma sociedade em que predominam as relações de troca, e em que todo um sistema de codificações morais, que valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina, destina um lugar específico às sexualidades insubmissas (RAGO, 1991, p. 23).

A prostituta, por esta perspectiva, simboliza a negação dos valores dominantes, “pária da sociedade” que ameaça subverter a boa ordem do mundo masculino. Seu objetivo principal é a satisfação do prazer e, nesta lógica, prazer e trabalho são categorias antinômicas (RAGO, 2014, p. 122). Todavia, considero necessário que nos questionemos: Por que a prostituição não é considerada até os dias de hoje um trabalho, ainda que as mulheres que a exerçam sejam pagas? De acordo com Silvia Federici (2017, p. 178), a partir do momento que a procriação – geradora da mão de obra para a indústria –, foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista, o útero se transformou em território político, controlado pelos homens e pelo Estado. Desse modo, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres” (Ibidem, p. 145). Todo trabalho feminino, quando realizado em casa, seria definido como “tarefa doméstica”, e até mesmo quando feito fora de casa era pago a um valor menor do que o trabalho masculino – nunca o suficiente para que as

mulheres pudessem sobreviver dele (Ibidem, p. 184). Foi assim que o casamento passou a ser visto como a verdadeira carreira para uma mulher (Idem). Estas transformações, que tiveram seu ápice no século XIX com a construção da dona de casa em tempo integral, reconfiguraram o lugar das mulheres na sociedade e com relação aos sujeitos masculinos, criando uma nova divisão sexual do trabalho, de acordo com a autora.

Considerando que no regime capitalista as próprias mulheres se tornaram bens comuns, dado que seu trabalho foi definido como um recurso natural que estava fora da esfera das relações de mercado (FEDERICI, 2017, p. 192), a restrição da atuação feminina ao espaço do lar colocou o trabalho sexual como vocação natural (e, portanto, como trabalho não pago), assim como o trabalho doméstico e o trabalho reprodutivo<sup>4</sup>. Afinal, garantir que a mulher estivesse em casa, onde deveria executar estes trabalhos não remunerados que foram transformados em sua obrigação, é necessário para manter o capitalismo operando.

No Brasil, país construído pelo genocídio de povos indígenas, este projeto europeu de disciplinamento das mulheres que resultou na desvalorização do trabalho feminino, por meio da caça às bruxas, foi introduzido aos poucos e de forma violenta com a colonização. A ideologia higienista legitimada pelo discurso médico agiu, desse modo, na manutenção do modelo burguês de feminilidade (mãe, esposa e dona de casa em tempo integral), que fora elaborado no século XIX, já que o trabalho sexual pago passou a ser entendido pelo Estado como uma ameaça à monogamia da mulher e à privatização do útero, e a prostituta, a representação da esterilidade e o retrato da sexualidade não procriativa (FEDERICI, 2017). É com esta intenção de controlar a sexualidade feminina que o estigma de puta (PHETERSON, 1986) se constrói. Conforme a trabalhadora sexual e ativista Monique Prada destaca em seu livro intitulado “Putafeminista”, este não atinge apenas as mulheres que cobram por sexo, mas é responsável por tentar reprimir o comportamento de todas as mulheres. De acordo com Prada, aquelas que de algum modo contrariam a ordem das coisas na sociedade patriarcal se arriscam a sofrer por conta desse estigma: a Ofensa Madre, parecer uma puta, ser confundida com uma puta, ser chamada de puta (PRADA, 2018,

---

<sup>4</sup> Monique Prada traz as ideias de Silvia Federici para pensar o trabalho sexual. Como destaca a putativista (2018, p. 72) conforme as considerações de Federici, existem três tipos de trabalhos que são exigidos das mulheres sem que nada se pague por eles: o trabalho doméstico, o trabalho sexual e o trabalho reprodutivo.

p. 65). Ele se constrói à medida que transgredimos o ideal burguês da “bela, recatada e do lar”, criado no passado e imposto a todas as mulheres, inclusive as das classes mais baixas, como uma medida de disciplinamento para conter práticas consideradas desviantes, segundo Rago (2014). Ele atua como um fator essencial para a manutenção do sistema, como destaca a antropóloga argentina Dolores Juliano (apud Prada 2018, p. 65), pois é preciso persuadir as mulheres com a ideia de que serem esposas e mães é uma escolha melhor do que outra possibilidade. Nesse sentido, é necessário salientar que a opressão que as trabalhadoras sexuais sofrem no presente, desencadeada por esta estigmatização, está historicamente enraizada e é fruto do capitalismo e do colonialismo, como condições estruturais.

Em entrevista a Nuria Alabao (2018), Silvia Federici afirma que

Desde el principio del capitalismo las mujeres siempre han tenido que venderse, no solo en el mercado laboral, sino también en el mercado del matrimonio. El matrimonio con la cobertura del amor ha sido un mercado que implicaba la posibilidad de supervivencia económica. Entonces, prostituirse de una manera o de otra ha sido –y sigue siendo– el destino de las mujeres. Pensar que las mujeres únicamente venden su cuerpo en la calle o en un burdel es una ilusión, es una mentira. Las mujeres se venden de muchas formas y usan su cuerpo porque muchas veces no hay alternativa. (ALABAO, 2018).

Devemos levar em conta que a prostituta, sendo uma mulher igual às outras, está inserida no mesmo contexto de exploração e opressões que cerca todas as mulheres (PRADA, 2018, p. 72). No sistema capitalista, a exploração laboral está presente em todas as relações de trabalho, inclusive no trabalho sexual. E, muitas vezes, o trabalho sexual é a única ou melhor alternativa laboral (Ibidem, p. 60). Aproprio-me das palavras de Federici e, assim como ela, entendo que

No podemos decir: este tipo de explotación es aceptable y esta no. Eso implica establecer jerarquías entre las mujeres en relación a qué tipo de explotación están sometidas o soportan. Es verdaderamente una forma de moralización que no tiene en cuenta que esas mujeres igual no tiene otra alternativa mejor (ALABAO, 2018).

Portanto, como afirma Monique Prada, nenhum trabalho exercido em nossa sociedade é empoderador e emancipatório, sobretudo nenhum trabalho precário exercido por mulheres de baixa escolaridade e classe social.

A pobreza é degradante, violenta, humilhante e empurra as mulheres para os trabalhos precários, dos quais o trabalho sexual é apenas mais um. No entanto, num mundo que não tem tido sucesso em acabar com a pobreza, não é sensato condenar à clandestinidade as mulheres que precisam recorrer ao trabalho sexual para sobreviver. (PRADA, 2018, p. 60).

A criação do novo modelo normativo de mulher (frágil e soberana, abnegada e vigilante), que exalta as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual (RAGO, 2014, p. 88), também atuou na tentativa de apagamento

dos passados das trabalhadoras sexuais que viveram em Pelotas. Inclusive a invisibilização de suas presenças é notável se analisarmos as narrativas que são selecionadas pelas políticas de patrimonialização para serem contadas a partir dos bens tombados, como acontece, por exemplo, no chamado Dia do Patrimônio em Pelotas<sup>5</sup>, evento organizado pela Prefeitura Municipal. Como destacam Alfonso e Rieth (2016), a narrativa hegemônica pelotense está calcada em um passado branco, elitista e machista que se atualiza no contemporâneo da cidade por meio da escolha dos elementos que são preservados pelo poder público:

Trata-se de uma história marcada pela presença de grandes homens e a riqueza do Charque, que valoriza como temporalidades a época das charqueadas que se atualiza no presente, por intermédio do tombamento dos casarões do centro histórico da cidade, que privilegia uma determinada história, classe social, gênero e etnia (ALFONSO E RIETH, 2016, p. 134).

Para ir na contramão da narrativa oficial de patrimônio da cidade, construo, neste trabalho, os passados das trabalhadoras sexuais que vivenciaram a Pelotas do começo do século XX. Além disso, trago o resultado de duas intervenções arqueológicas realizadas no evento Dia do Patrimônio, ocorrido entre os dias 16 e 18 de agosto de 2019, que visaram estimular o diálogo com a população pelotense e a reflexão sobre a desvalorização do trabalho feminino forjada no passado, além de escancarar a política que construiu o estigma da puta, responsável por garantir a subalternização de trabalhadoras sexuais.

Ao imergir nas páginas do livro “Putafeminista” da trabalhadora sexual e ativista Monique Prada (2018), que citei anteriormente, decidi localizar esta prática arqueológica na perspectiva do putafeminismo, pois, segundo a autora, é urgente a abertura de espaços para tratar dos temas relativos ao trabalho sexual a partir de uma ótica feminista, não moralista, não punitiva e não vitimista (2018, p. 68). Portanto, utilizo o viés Putafeminista, posicionando esta arqueologia como uma prática marcadamente antiputafóbica<sup>6</sup>, para refletir sobre a Pelotas das trabalhadoras sexuais

---

<sup>5</sup> Em homenagem ao primeiro presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Rodrigo Melo Franco de Andrade, nascido no dia 17 de agosto, comemora-se, nesta data, o Dia do Patrimônio, através de ações organizadas em todo Brasil. A cidade de Pelotas, situada no estado do Rio Grande do Sul, é uma das que comemoram esta data. O projeto Dia do Patrimônio em Pelotas, em 2016, foi um dos vencedores do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade do Iphan. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3762/ocupacao-feminina-e-tema-do-dia-dopatrimonio-em-pelotas-rs>. Acesso: 01/07/2019.

<sup>6</sup> Para nomear o preconceito violento contra prostitutas, as trabalhadoras sexuais cunharam o termo putafobia (whorephobia) (PRADA, 2017).

e a forma como esta cidade as construiu enquanto sujeitas que agenciam suas próprias formas de habitar.

O Putafeminismo é um movimento que visa articular as trabalhadoras sexuais para lutar contra o estigma da profissão e pela garantia de direitos, reivindicando que o trabalho sexual é, sim, um trabalho. Nas palavras de Prada (2018), este é “um feminismo verdadeiramente radical, radicalmente libertário, autônomo”, forjado “entre mulheres pobres e de pouco estudo formal” (p. 71). “Lutamos por nosso direito de existir sem estigma e sem violência, por nosso direito de criar nossos filhos e filhas em segurança, por nosso direito de ocupar espaços para além das esquinas – reais e simbólicas – nas quais temos sido historicamente segregadas” (p. 72).

Meu objetivo é entender como elas resistiram<sup>7</sup> a estes processos de exclusão<sup>8</sup> (às políticas de controle e disciplinarização de seus corpos) no cotidiano de Pelotas, responsáveis por naturalizar as opressões de gênero, classe, raça e etnia sofridas por elas. A partir de pesquisas realizadas em documentos escritos, iconográficos e fontes orais, procuro desvelar, por meio do estudo das paisagens, os mecanismos do poder que atuaram na sua invisibilização e que construíram o estigma responsável por torná-las sujeitas clandestinas que lutam, cotidianamente, pelo seu direito à cidade (AGIER, 2015).

Ao pretender seguir por este caminho, deparei-me com várias inquietações, que aqui expresso em forma de perguntas: De que forma as paisagens da cidade do começo do século XX – que, com o início das políticas higienistas passaram a ser idealizadas a partir do discurso médico, por homens, brancos, heterossexuais e

---

<sup>7</sup> Resistência aqui é compreendida a partir de Michel Foucault ao afirmar que “onde há poder há resistência” e, por isso, “esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 2018, p. 104). Dessa forma, as resistências “não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder” (Idem). “Disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento” (Ibidem, p. 104-105). Os pontos de resistência são comumente “móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis” (p. 105). Portanto, para o autor, ao se exercer o poder sobre os indivíduos, a partir do qual formas de opressão agirão sobre seus corpos, subjetivando-os à medida que os sujeitos são atravessados pelas relações de poder que circulam na sociedade, eles podem promover um deslocamento dos processos de subjetivação do sistema, criando estratégias para resistir a estes processos.

<sup>8</sup> Conforme Alfonso (2012), o termo “processos de exclusão” está localizado em uma crítica a definição do conceito de exclusão por Passerrino e Momtardo (2007, p. 3). Estas autoras criticam o dualismo exclusão/inclusão que se funda a partir do entendimento de que alguém pode ser totalmente incluído ou excluído, isto é, de todos os espaços e setores que conformam a sociedade. Por isso, elas utilizam-se das considerações de Ladeira e Amaral para definir exclusão e inclusão a partir da ideia de processo, levando em conta as diversas vivências e transformações ao longo do tempo (in ALFONSO, 2012).

cisgêneros da elite pelotense – impuseram normatizações às trabalhadoras sexuais? Como as paisagens atuaram ativamente na construção da sua vida cotidiana? De que forma as trabalhadoras sexuais fizeram paisagens? Como esses passados, que não ficaram no passado, são ressignificados no presente? (COSTA, 2017).

Para compreender onde estavam situados os prostíbulo na paisagem da cidade, contei com a pesquisa realizada na Bibliotheca Pública Pelotense por estudantes do Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que fizeram seu estágio de campo obrigatório na esfera do meu projeto de mestrado, no Liber Studium – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo<sup>9</sup>, onde este trabalho também está inserido. Passamos a mapear os antigos prostíbulo de Pelotas a partir do jornal O Rebate<sup>10</sup>, que corresponde aos anos de 1914 a 1917. Nestes, aparecem notícias que denunciavam a prostituição na cidade. Também foi realizado o mapeamento dos prostíbulo a partir das narrativas de pessoas que conversamos. Pessoas que moram há bastante tempo em Pelotas e que lembram-se de onde alguns destes locais de encontro ficavam localizados.

Beatriz Thiesen (2009, p. 145) salienta que a materialidade, como o objeto de estudo da arqueóloga e do arqueólogo, pode ser observada diretamente, todavia, podem haver vestígios que foram destruídos, que foram efêmeros ou que nunca foram realizados, como, por exemplo, um projeto. Por isso, de acordo com a autora, existem duas formas complementares que potencializam o acesso à cultura material de uma sociedade: a observação direta e a indireta (BRUNEAU; BALUT, 1997, p. 46-47 apud THIESEN, 2009). Segundo a autora, devemos ter em mente que

as condições de observação não definem a arqueologia, ao contrário, são secundárias. O templo intacto e em atividade ou o que está reduzido a fantasma no solo, a fivela do cinto bem conservado ou o mesmo cinto de couro totalmente desaparecido e que estava associado à fivela, são objetos de estudo da arqueologia (THIESEN, 2005, p. 15).

Ou seja, ainda que os prostíbulo não estejam mais fisicamente representados na paisagem, podemos observá-los de forma indireta, por meio de fontes escritas, orais e iconográficas. Para isso, parto dos postulados teórico-metodológicos da

<sup>9</sup> O Liber Studium – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo é coordenado pela professora do Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Dra. Beatriz Valladão Thiesen. Entre 2018 e 2019, enquanto pesquisadora associada do laboratório, tive a oportunidade de trabalhar com três estudantes que fizeram seu estágio de campo no âmbito do meu projeto de mestrado: Nicolas Martins, Newan Souza e Violet Baudelaire.

<sup>10</sup> O jornal “O Rebate” circulou na cidade de Pelotas entre os anos 1914 e 1923 e, por privilegiar notícias policiais mais do que outros jornais da época (GOUVÊA, 2013), ao realizar sua leitura, é possível deparar-nos com diversas notícias vinculadas às prostitutas e casas de prostituição.

Arqueologia da Paisagem. Por esta perspectiva, a paisagem<sup>11</sup> é tomada, por muitas arqueólogas e arqueólogos, como artefato (THIESEN, 2005). Como ação intencional, portanto como artefato, ela promove objetivos políticos, econômicos, sociais e os expressa (THIESEN, 1999, p. 25). Podemos tratar do seu caráter passivo (como produto de relações sociais) e ativo (como vetor de relações sociais) (MENESES, 1983). Neste sentido, a paisagem pode ser concebida como materialidade (TRAMASOLI, 2015). Como afirma Tramasoli (2015, p. 60), todo artefato é sinônimo de materialidade, mas nem toda materialidade é sinônimo de artefato. Isto é, a materialidade pode ser entendida de dois modos não excludentes, complementares e com uma distinção estabelecida por fins analíticos. Ou nos referimos ao mundo percebido, àquilo que nos é dado, ou, então, como resultado de uma ingerência do ser humano sobre o mundo (p. 60). De acordo com o autor,

Basta apenas termos em mente que há uma dimensão do mundo que está lá independente da nossa vontade. Podemos percebê-la de formas mais ou menos diferentes, mas ela está lá por si só. A segunda noção é a que dá conta da transformação que nós causamos, com um fim, no mundo, ou seja, com intencionalidade, formando o que convencionou-se chamar artefato. (TRAMASOLI, 2015, p. 60).

Por isso, como afirma o autor, a arqueologia não deve limitar-se a estudar a ingerência humana sobre o mundo – os artefatos – também deve tomar como problema a sempre existente relação entre nós e o mundo – a materialidade (Idem).

Thiesen, ao compreender a paisagem como cultura material, já nos alertava, no ano de 1999, sobre o perigo de reduzi-la ao resultado de uma ação puramente intencional (artefato), a partir da leitura de Upton (1992) (p. 26). Segundo ela,

é necessário entendê-la para além disto, “para o produto incidental de uma ação cultural” (UPTON, 1992, p. 52). Não se trata, portanto, de “examinar simples relações entre intenção mental e criação física, entre a mente e o artefato (mas) o estudo da cidade como cultura material obriga a investigar as relações recíprocas entre os homens e as alterações humanas do ambiente, levando em conta intenção e reação, ação e interpretação” (Idem). (THIESEN, 1999, p. 26).

Como destaca Thiesen (1999), a paisagem não é cenário, nem pano de fundo. Nas palavras de Barbara Bender (2002), ela é um conflito profundo: não é somente vista, é também experimentada e vivida em toda sua essência. Portanto, mais que um simples reflexo da organização das coisas, ou mediadora de gostos, a paisagem é

---

<sup>11</sup> Defendo, a partir de Silveira (2009), que não existe uma paisagem que não seja cultural e, portanto, considerar a expressão “paisagem cultural” é uma redundância. Assim como a concepção de “paisagem natural” só existe a partir de certa perspectiva reducionista que separa a cultura da natureza, uma vez que a amplitude da ideia de paisagem não se esgota na complexidade que a própria ciência ocidental lhe outorgou (SILVEIRA, 2009, p. 71).

uma força ativa na criação, legitimação e mudança social (RUBERTONE, 1989, p. 50 apud THIESEN, 1999, p. 24-25). Sendo uma força ativa, como ressalta Ana Cristina de Sousa, ela atua na configuração das sociedades, imprimindo valores, normatizando e influenciando comportamentos, legitimando e naturalizando desigualdades, bem como exprimindo resistências (SOUSA, 2005, p. 295). Nesse sentido, a paisagem pode ser compreendida como uma produção integrada tanto à reprodução como à contestação do poder político (Idem).

Conforme Sousa (2005), a partir de um enfoque teórico sociopolítico, podemos pensar o significado da paisagem para quem a construiu ou para quem veio a ocupá-la (p. 295). Logo, esta forma de abordá-la permite compreender como humanos interagem com a paisagem. Bender (2002) ressalta a necessidade de integrar, dentro da discussão de relações sociopolíticas, os processos de socialização pelos quais as pessoas vêm a entender o mundo à sua volta. Afinal, segundo ela, pessoas fazem paisagens e as paisagens as fazem.

De acordo com Maritza Dode, através de uma arqueologia da paisagem podemos abordar a forma como se estabelecem divisões, negociações, relações e hierarquizações entre grupos sociais e espaços (DODE, 2012, p. 28). Ela possibilita compreender a forma como estes elementos se articulam para construir o espaço onde os grupos viveram e vivem e como estes elementos foram abarcados, resignificados e utilizados (Idem). O espaço aqui é compreendido conforme Thiesen (1999). Como afirma a autora, espaços são esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disto, [é capaz] de despertar emoções, reações, leis, orações, música e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas (DA MATTA, 1987, p. 15 apud THIESEN, 1999, p. 27).

Todavia, quando pensamos em paisagem não podemos esquecer que, para além da nossa centralidade, existe uma miríade de entes que se articulam, que a compõem, que a mantêm e que a transformam (TRAMASOLI, 2015, p. 63). González-Ruibal (2017) ressalta que, sendo a paisagem uma materialidade, seu estudo precisa ser realizado em dois níveis: um mais profundo, que está ligado à ontologia e ao inconsciente – a maneira como o universo material nos constrói como pessoas, e também, como sociedade. O outro nível, ao contrário, nos traz de volta à superfície e se refere à experiência cotidiana do mundo da matéria: a textura das coisas (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2017, p. 280), ou seja, da paisagem. É esta textura que

Tramasoli (2015) destaca em suas considerações como elementos da paisagem que são mais do que consequência da ação humana, utilizando-se das ideias de Olsen (2012). De acordo com o autor, as qualidades e as dinâmicas da paisagem que nós experimentamos também são o produto da interação e da troca entre brigadas de entidades não-humanas, como aquelas envolvidas no clima e nas mudanças sazonais. (OLSEN, 2012, p. 214 apud TRAMASOLI, 2015, p. 63).

Logo, a paisagem onde os prostíbulos estavam localizados tecia os modos aos quais as trabalhadoras sexuais vivenciavam e experienciavam a cidade sendo, ao mesmo tempo, construída por elas. Entendo que estes cotidianos, todavia, não ficaram no começo do século XX. Enquanto arqueóloga, devo me perguntar: “em que medida influi o passado no presente através de sua persistência (e insistência) material?” (GONZALEZ-RUIBAL, 2012, p. 106).

A arqueologia contemporânea revelou como inadequada é a divisão passado/presente desde um ponto de vista político e ético (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012, p. 106). Não podemos mais procurar purificar passados desconectando-os do mundo atual (OLSEN et al, 2012). Ao invés disso, precisamos considerar que a arqueologia é feita com os pés, as mãos e a cabeça no presente (THIESEN, 2013, p. 222) e, a partir daí, tece suas narrativas sobre passados distantes ou recentes, ou mesmo sobre o contemporâneo (RIBEIRO, 2017a, p. 224).

Conforme Olsen et al. (2012), o pensamento modernista passou a conceber o tempo de forma linear<sup>12</sup>, e é nos passados (aparentemente) remotos que reside o poder da arqueologia. A partir desta constatação, arqueólogas e arqueólogos “tem buscado superar a concepção de tempo linear e a divisão arbitrária entre passado e presente” (THIESEN, 2013, p. 222). Afinal, como afirmam Olsen et al. (2012), o tempo não é uma flecha em direção ao dito “progresso”; ele é complexo, é percolante. O tempo de percolação é uma noção em que o tempo surge das relações multifacetadas entre entidades de vários passados. Neste, passado e presente são completamente misturados (p. 153). Conforme González-Ruibal (2012, p. 106), o passado, ao contrário do que muitos pensam, não passa tão facilmente. Ele insiste em permanecer

---

<sup>12</sup> Silva (2018) conforme as ideias de Hissa (2012) afirma que o tempo concebido de forma linear organiza inúmeras experiências, ordenando e sincronizando pessoas, acontecimentos e processos. As concepções científicas deste tempo fazem parte de estudos arqueológicos tradicionais. Isso resulta numa restrição das possibilidades interpretativas, que, ao se basear em um tempo absoluto e não-humano, se concentra em organizá-lo, classificá-lo, determiná-lo e preenchê-lo (HISSA, 2012 apud SILVA, 2018, p. 28).

no presente e, às vezes, em envenená-lo. Pois é na percolação do tempo que as coisas ditas como sendo do passado estão conosco no aqui e no agora (WITMORE, 2006, p. 280 apud SILVA, 2018, p. 30).

Concordo com González-Ruibal ao afirmar que se o passado está no presente, não podemos nos afastar do compromisso moral da atualidade com aqueles/as que nos precederam (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012, p. 106) e é por meio destas considerações que a arqueologia é concebida nesta pesquisa. Ela investiga as texturas da vida cotidiana e avalia a natureza complexa do tempo, enredada nas coisas e na paisagem (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006, p. 122), atentando para as formas como a resistência das trabalhadoras sexuais se manifesta no passado-presente.

Ao levar em conta a fluidez com que os prostíbulos se deslocam na paisagem da cidade, passei a questionar-me: Como representar este mapeamento? Como demonstrar que as paisagens de Pelotas são transbordantes e estão emaranhadas em tempos conectados entre si – que elas contam-nos sobre as experiências de trabalhadoras sexuais que a vivenciaram no passado-presente?

Os Sistemas de Informações Geográficas – SIG<sup>13</sup> (ferramenta que comumente é usada por arqueólogos e arqueólogas para criar mapas) nunca me satisfizeram, pois sempre estiveram distantes da arqueologia que faço. Sendo a paisagem tão dinâmica e viva, como iria representá-la por meio de coordenadas geográficas que marcam pontos onde se situavam os prostíbulos? Sem falar que, considerando a situação de clandestinidade ao qual os prostíbulos<sup>14</sup> estão expostos, não seria ético mostrar a sua localização, afinal muitas trabalhadoras sexuais tiram seu sustento nestes locais exercendo o trabalho sexual. Pensando sobre estas questões juntamente com colegas<sup>15</sup>, propomos a realização de cartografias que privilegiassem as dinâmicas

---

<sup>13</sup> SIG, conforme Dode (2012, p. 30) trata-se de uma base de dados qualitativos e quantitativos geoespacializada. Em outras palavras, é um ambiente virtual baseado em cima de uma referência espacial, como uma foto aérea ou um mapa, chamada de planta base, onde informações que podem variar de distâncias a número de moradores/as de uma determinada casa são alocados.

<sup>14</sup> No Brasil o trabalho sexual não é criminalizado. Ele foi incluído na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) no começo do século XXI, sob o número 5198-5 (PRADA, 2018, p. 55). Todavia, a partir dos Artigos 228, 229 e 230 e outros do Código Penal, pessoas tidas como facilitadoras da prostituição, ou seja, que estabelecem a relação de trabalho entre a trabalhadora sexual e o cliente e que são pagas para isso, possuindo ou não casas destinadas à este fim, devem ser punidas.

<sup>15</sup> Considero importante ressaltar que todas as etapas desta pesquisa de mestrado foram realizadas coletivamente, com integrantes do Projeto de Extensão Mapeando a Noite: O Universo Travesti do GEEUR/UFPel e com estudantes do Bacharelado em Arqueologia da FURG que realizaram seu estágio de campo neste projeto de mestrado pelo Liber Studium.

ativas das paisagens emaranhadas nas vivências de trabalhadoras sexuais no passado-presente: cartografias envolvidas com a arte! Seguindo esta perspectiva, duas cartografias foram realizadas, uma em desenho e outra audiovisual, ao qual discuto no primeiro capítulo deste trabalho. A partir de uma crítica à ciência cartográfica, abordo a criação destas duas metodologias de cartografia na arqueologia, pensadas para romper com a inércia dos mapas modernos, explicitando como sua construção privilegia as experiências dinâmicas das paisagens que agenciam lutas de trabalhadoras sexuais em uma multiplicidade de tempos que estão conectados como em um nó.

Esta aproximação com a arte se fez presente durante toda a pesquisa, mas não se restringiu as cartografias. Com a entrada em cena de Violet Baudelaire, que atuou como estagiária do projeto pelo Liber Studium da FURG, deixei-me aventurar, ainda mais, pelos desenhos e aceitei o seu convite para embarcar no universo da performance, considerando a potência do envolvimento da arqueologia com a arte para manifestar, ao público pelotense, as paisagens da cidade das trabalhadoras sexuais que o poder sempre quis ocultar.

Assim, no segundo capítulo, a partir do jornal “O Rebate”, referente aos anos de 1914 a 1917, e também das narrativas de pessoas que viveram/vivem atualmente na cidade, concebi a paisagem onde os prostíbulos do chamado baixo meretrício (destinados aos homens da classe trabalhadora) estavam inseridos. Tendo como foco a rua Tiradentes, entre as ruas Anchieta (antiga General Victorino) e Quinze de Novembro, nas proximidades do Mercado Público, trecho da cidade descrito no jornal como “Bairro Sujo” por conta da presença de prostíbulos e de trabalhadoras sexuais, a partir das categorias sociais de gênero, classe, raça e etnia, evidencio os processos de exclusão das trabalhadoras sexuais na área central de Pelotas, bem como suas resistências a esses processos. Abordo, ainda, a pesquisa de Estágio de Campo de Violet Baudelaire, realizada em 2019, onde, através do desenho e da pintura, ela constrói a paisagem da rua Tiradentes do começo do século XX, expressando as lutas destas trabalhadoras pelo direito de (re)existir na cidade.

Friso que no decorrer deste trabalho, ao propor, juntamente com estagiários e estagiária a análise da categoria “trabalhadoras sexuais” para além da cisheteronormatividade, não conseguimos identificar nos jornais pesquisados as trabalhadoras sexuais travestis, ainda que soubéssemos que elas estavam exercendo o trabalho sexual no começo do século XX, da mesma forma que o realizam no

contemporâneo. Por isso, me detive a abordar o cotidiano das travestis que trabalham atualmente no centro de Pelotas (capítulo 1). Já Violet, enquanto mulher transexual e arqueóloga recém formada, que também trabalha como garota de programa<sup>16</sup>, demonstrou em sua pesquisa esta presença invisibilizada nos jornais da época. Por meio de uma pintura de uma trabalhadora sexual travesti e negra criada por ela, lançou algumas questões importantes para a reflexão sobre o trabalho sexual realizado por travestis no passado, ao qual discorrerei no capítulo 2.

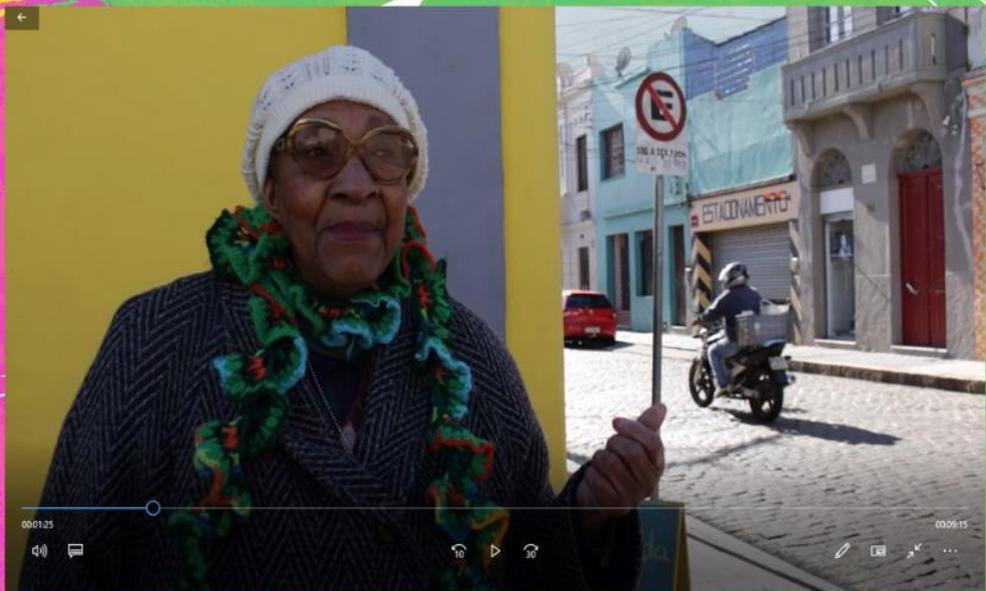
Por último, no terceiro capítulo, discuto duas intervenções arqueológicas realizadas no evento Dia do Patrimônio em Pelotas, que ocorreu em 2019: uma exposição no Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, criada a partir de alguns dos resultados desta pesquisa (cartografia, recortes de jornal, desenhos e pintura), e uma performance produzida por Violet Baudelaire, que ocorreu na Esplanada do Theatro Sete de Abril, situada na Praça Coronel Pedro Osório. Ambas pensadas com o objetivo de dialogar com o público pelotense sobre passados que geralmente são invisibilizados em eventos como este. Passados estes de trabalhadoras sexuais que fizeram Pelotas e que ainda a fazem no cotidiano, apesar dos mecanismos de coerção do Estado, como os processos de higienização social vigentes na cidade.

---

<sup>16</sup> Violet Baudelaire, que se autodenomina garota de programa, salienta que faz programas eventualmente, quando precisa de dinheiro para garantir seu sustento e que, portanto, possui privilégios em comparação à outras mulheres trans e travestis que vivem apenas da prostituição.

# CAPÍTULO 1

## CARTOGRAFIAS DAS MARGENS COMO EXPRESSÕES DA ARQUEOLOGIA: ENTRELACAMENTOS COTIDIANOS ENTRE PAISAGENS E TRABALHADORAS SEXUAIS



Antes de abordar a própria ideia de cartografia, foco deste capítulo, prefiro tratar primeiramente do conceito de margens, já que este guiou o pensar e o fazer do que aqui chamo de Cartografias das Margens. No que condiz a este conceito, as reflexões de Veena Das e Deborah Poole (2008) e de Michel Agier (2015) nos permitem refletir sobre diferentes definições que se complementam entre si, por possibilitarem desconstruir a noção moderna de margem como periferia. A postura que as toma como sinônimos acaba por reforçar as relações de poder e invisibilizar grupos, a partir do que é imposto, dicotomicamente, como a periferia (a margem) e o centro, configurando uma classificação racionalizada – estrategicamente elaborada – da cidade. Para Das e Poole (2008), podemos compreender o Estado (o centro) através das margens, já que ambos estão em contínua negociação, conformando relações de troca entre os/as sujeitos/as. As margens e, portanto, as fronteiras, não são inertes, mas, sim, fluidas e extravasantes (COSTA, 2018). Segundo Agier (2015), fazer-cidade é o meio para a instauração “do direito à cidade”, aqui e agora. Cidade que é virtual, porque está em movimento e é transformada dia após dia. Conforme o autor, a margem é uma posição política e epistemológica, que pode ser entendida como os modos de habitar que não seguem um determinado modelo de cidade – modelo este que é imposto pelo poder às pessoas que nela vivem. Portanto, por este conceito, o chamado “centro” pode ser o que as autoras e o autor denominam como margem, e vice-versa.

Estas reflexões, que motivaram a criação de metodologias de cartografias no âmbito da arqueologia, iniciaram-se na disciplina, realizada em 2018, de Tópicos Especiais em Antropologia e Arqueologia, intitulada “Cidades e suas Margens: trajetos, percursos e mapas”. Esta foi ministrada pela professora do Bacharelado e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Dra. Louise Prado Alfonso. A proposta principal da disciplina foi o desenvolvimento de um mapa que privilegiasse os modos de fazer a cidade de um determinado grupo em processo de exclusão em Pelotas e, para construí-lo, deveríamos deixar-nos inspirar por tantos trabalhos lidos na disciplina e pelos debates críticos estimulados em sala de aula. Eu, juntamente com a colega Martha Rodrigues Ferreira, bacharelada em Antropologia (Linha de Formação em Antropologia Social e Cultural) e com os colegas Wagner Previtali<sup>17</sup>, então bacharelado em Cinema e Audiovisual, Binô Mauirá Zwetsch, mestrando em

---

<sup>17</sup> Considero importante salientar que Martha Ferreira e Wagner Previtali também integram o projeto “Mapeando a Noite” do GEEUR.

Antropologia (Área de Concentração em Antropologia Social e Cultural) e Luiz Phellipe de Lima, mestrando em Antropologia (Área de Concentração em Arqueologia), decidimos realizar uma cartografia cuja temática seria o trabalho sexual em Pelotas, a partir de nossas reflexões sobre mapas alternativos e das discussões teórico-metodológicas do projeto “Mapeando a Noite: O Universo Travesti”. Mas, a pergunta principal ainda era “como realizar esta cartografia?”.

Nós sabíamos que, pela visão moderna de ciência, a cartografia é compreendida como um mapeamento topográfico fixo do espaço e formulamos críticas, a partir de Das e Poole (2008), acerca de sua suposta neutralidade. Consideramos que os mapas tradicionais (criados e utilizados à serviço do Estado), longe de serem neutros como o discurso científico positivista enfatiza, são instrumentos político-ideológicos que legitimam os processos de exclusão de grupos sociais no meio citadino, incluindo as remoções de comunidades dos lugares onde habitam. E também, atuam estrategicamente na classificação da cidade pelo poder sobre o que julgam serem lugares habitados e lugares vazios. A própria arqueologia ao priorizar um período específico de tempo, esquecendo-se do hoje, segundo Alfonso (2017), “pode favorecer um discurso de vazio, legitimando no presente a construção de empreendimentos imobiliários nos locais onde comunidades sempre estiveram, resistindo e se reinventando cotidianamente”. Portanto, ao construir mapas, não podemos ocultar que estes são aparelhos do poder. Temos que conceber que seu potencial como instrumento político-ideológico pode ser usado na contramão das políticas higienistas, de forma a legitimar as reivindicações de grupos sociais em processos de exclusão e sua permanência nos lugares onde habitam, vivenciam, transitam. Após pensar criticamente sobre mapas, nossa pretensão era transgredir a ciência cartográfica para dar conta das dinâmicas de vida humana e não-humana na cidade.

Na disciplina, nos deparamos com uma publicação de Tim Ingold de 2005, intitulada “Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descobridor-caminho e navegação” que nos instigou a produzir uma cartografia alternativa. Segundo o autor (2005, p. 96), elaborar um mapa cria a aparência de que a sua estrutura surge diretamente da estrutura do mundo, como se o/a mapeador/a servisse meramente para mediar uma transcrição “de uma para outra”. Como resultado, estes não evocam a experiência do lugar e o movimento de seus/suas habitantes, já que o mundo nele representado aparenta estar isento de vida. Nas palavras de Ingold (Ibidem, p. 97), o

mundo que ele descreve não é um mundo sendo feito, mas um que é 'já feito' para a vida ocupar.

Com a ótica racional de ciência, o envolvimento com a arte na construção da cartografia foi negada com a justificativa de que esta se apresentava de forma subjetiva. Dessa maneira, como nos diz Ingold a partir das considerações de Svetlana Alpers, passamos a acreditar que os mapas estão mais próximos da ciência, enquanto as imagens se aproximam da arte. Os primeiros fornecem dados quantificáveis e a topografia do lugar. Já as imagens de paisagem são evocativas, e ao contrário, procuram nos dar alguma qualidade de um lugar ou a impressão de seu/sua observador/a (p. 97). Contudo, expelir arte do mapa é também expelir ator-perceptores humanos do mundo, empurrar a sua experiência sensória direta para os extremos, e mandar suas narrativas de movimento e de viagem para o domínio da fábula, fantasia e alucinação (p. 98). É desconsiderar as visões de mundo dos grupos que vivenciam o lugar e a experiência das paisagens. Vivências e experiências estas que estão emaranhadas em tempos interligados.

Foi dessa forma que entendemos que o conceito de margens seria fundamental para guiar nosso mapa e, por isso, teríamos de criar uma Cartografia das Margens. Esta cartografia rejeita a concepção linear de tempo, a inércia dos mapas e a paisagem como um mero cenário que elimina as vivências dos grupos sociais que a fazem, buscando trazer de volta a arte aos mapas. Também rejeita o que a cartografia positivista tenta esconder, a partir do argumento da falsa neutralidade política e objetividade absoluta: a sua capacidade de legitimar a narrativa hegemônica e agir na manutenção do status quo, reproduzindo discursos que atuam na exclusão social de grupos.

Ela, ao contrário da forma como a cartografia tradicional é criada (um mapeamento que possui fronteiras estáticas, destituído de movimento e que não privilegia as experiências das pessoas e sua relação com a paisagem), foi concebida a partir das diferentes formas de habitar a cidade, vivenciando o seu cotidiano e compreendendo a subversão, pelos grupos sociais em processos de exclusão, das fronteiras que lhes são impostas, já que são eles que fazem a cidade, através da criação de estratégias de resistência. Ao ser pensada a partir dos pressupostos da Arqueologia da Paisagem, tendo como foco o trabalho sexual em Pelotas, foi idealizada como uma cartografia evocativa. Feita para evocar uma pluralidade de tempos emaranhados na vida vivida de pessoas e coisas; os fluxos criativos de uma

paisagem que, ao mesmo tempo em que constrói a vida cotidiana das trabalhadoras sexuais, é construída por elas. Agora, só tínhamos que estabelecer metodologias capazes de despertar a arte à cartografia.

### 1.1 O vídeo arqueológico “Evocando Paisagens”

Paralelamente a minha participação enquanto discente na disciplina “Cidades e suas Margens”, eu estava realizando outra disciplina, também de Tópicos Especiais em Antropologia e Arqueologia, intitulada “Vídeo Etnográfico”. Esta disciplina foi ministrada pela professora do Bacharelado e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Dra. Claudia Turra Magni. Seu plano de ensino baseava-se, principalmente, no desenvolvimento de um projeto de vídeo etnográfico que, em sua problemática, envolvesse humanos e/ou não-humanos, a fim de realizar um produto fílmico.

Optei por elaborar um vídeo com a Mestra Griô<sup>18</sup> Sirley Amaro, que nasceu em 1936 em um ponto da área central da cidade de Pelotas onde trabalhadoras sexuais exerciam o trabalho sexual: a rua Major Cícero, entre as ruas Andrade Neves e Quinze de Novembro.

Sirley da Silva Amaro é uma mulher negra de 84 anos de idade. Costureira aposentada e moradora da periferia de Pelotas, a Mestra Griô desempenha seu papel de ativista cultural (MARTINS, 2018). Seu trabalho, calcado na valorização da sabedoria ancestral africana, é transmitir seus saberes para as pessoas através da oralidade. Em suas Vivências Griô, ela faz uso de sua memória para contar histórias, trazendo à tona, através de suas narrativas, passados de grupos subalternizados que construíram Pelotas (como as histórias de pessoas negras, suas ancestrais) e o universo material da cidade no século XX (como as paisagens). A riqueza das narrativas de Sirley revelam passados de personagens invisibilizados (pessoas e paisagens) que se misturam com a sua própria história de vida como Griô.

Entendo que os “saberes afrocentrados, que estão embasados na oralidade e na experiência” devem ser valorizados por arqueólogas/os ao adotá-los em suas pesquisas. Estes saberes, que constituem as práticas da Mestra Griô Sirley Amaro, “ao mesmo

---

<sup>18</sup> Vinculado à Política Nacional de Cultura Viva, criada em 2014 pelo Ministério da Cultura do Brasil, o Projeto Ação Griô surge a partir de uma ação qualificadora de um grupo social que se transforma em política pública, conforme Felipe Martins (2018). Seu objetivo era “garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural” (BRASIL, 2014 apud MARTINS, 2008, p. 12), através da valorização dos saberes afrocentrados transmitidos por Mestras e Mestres Griôs.

tempo foram invisibilizados pelas epistemologias dominantes e se fortaleceram tornando-se mais potentes por resistir a várias formas de apagamentos” (MARTINS, 2018, p. 90). Ademais, fazeres arqueológicos baseados na oralidade e orientados por saberes e percepção de mundo afrocentrados já estão sendo desenvolvidos e encontram inspiração no papel social de Griôs (Cf. HARTEMANN E MORAES, 2018).

Devo ressaltar que a proposta de realização do vídeo foi motivada por um trabalho que já havia sido produzido com a Mestra Griô (COSTA, 2017):

Tudo começou quando conversei com Sirley em 2017 a respeito da pesquisa que eu estava realizando. Ela, a partir de minhas inquietações, contou-me que em 1936 nasceu e, desde então, morou por algum tempo em uma antiga zona de prostituição que, segundo relatos de moradores e moradoras do presente, ainda é um ponto de prostituição da cidade: a rua Major Cícero.

A rua do século XX está presente na sua memória e, enquanto caminhávamos por ela, Sirley observava a paisagem, lembrando-se de onde ficava sua casa. A partir desta memória, lhe surgem outras memórias: “A Major Cícero era um lugar de mulher da vida”.

Ela também me mostrou uma casa que marcou muito a sua infância: a casa da então ex-trabalhadora sexual Julinha.

“Ali foi a última das mulheres da vida que ficou que não tiraram. Ela não recebeu mais ninguém, mas ficou ali até morrer. Se chamava Julinha. Na minha infância a gente não podia nem falar com ela, depois ela vinha na janela. Morreu de tuberculose. Aí não queriam que a gente passasse. A gente criança não devia de brincar ali, aquelas coisas da época... Ela foi a última a ficar ali, mas já não era mais mulher atoa ou mulher da vida, como chamavam naquele tempo essas mulheres”.

As memórias da Griô sobre a rua Major Cícero se interligam às memórias da rua Doutor Cassiano, também entre as ruas Andrade Neves e Quinze de Novembro. Assim, a partir das narrativas cartográficas de Sirley, realizei, em desenho, uma cartografia de memórias, com suas lembranças sobre a antiga zona de prostituição:



**Figura 1:** Cartografia de memórias da antiga zona de prostituição de Pelotas, realizada em 2017.

Logo, a criação de metodologias para a realização de cartografias das margens foram inspiradas pelo trabalho realizado em 2017 com a Mestra Griô. O produto audiovisual foi proposto por mim, a partir das reflexões teórico-metodológicas discutidas na disciplina “Cidades e suas Margens”, onde decidi fazer uma cartografia em vídeo para a disciplina de “Vídeo Etnográfico”. Através do diálogo que estabeleci entre as disciplinas, garantindo uma articulação que resulte em um fim comum à ambas (o de construir cartografias), foi possível produzir metodologias para a produção de mapas alternativos no âmbito do fazer arqueológico.

A cartografia em vídeo foi pensada a partir de Ingold (2005), focando na diferenciação que o autor faz entre mapear e elaborar mapas. Em suas palavras,

é no momento que os mapas cessam de ser gerados como subprodutos de narração de histórias e em vez disso são criados como produtos finais de projetos de representação espacial, que faço a diferenciação entre mapear e elaborar um mapa. De fato, elaborar um mapa elimina, ou “extrai”, os movimentos de pessoas enquanto vão ou vêm entre lugares (descobrir-caminho), e também a recapitulação desses movimentos em gestos de inscrição (mapear) (INGOLD, 2005, p. 96).

Considerando que um dos sentidos de mapear é a narração ou recapitulação verbal de jornadas efetuadas (ou possivelmente o ensaio para jornadas a serem efetuadas) (Ibidem, p. 94), a elaboração da cartografia das margens em vídeo não

elimina as experiências de descobrir-caminho e de mapear de Sirley. Ao contrário, esta é uma cartografia de suas memórias, que evoca paisagens de passados que se misturam juntamente com o presente, por meio das narrativas da Griô.

Concluí que esta cartografia seria, portanto, um vídeo etnográfico arqueológico que tem como foco a contação de histórias da Mestra Griô sobre as ruas Major Cícero e Doutor Cassiano, seguindo o viés da etnografia arqueológica proposta pelo arqueólogo Yannis Hamilakis (2016). De acordo com o autor, a etnografia arqueológica é definida como “um espaço trans-cultural compartilhado de coexistências e interações” entre comunidade acadêmica (ou seja, arqueólogos/as, antropólogos/as sociais e culturais, acadêmicos/as de outras áreas...) e não-acadêmica, que se estabelece ao entrar “em colaboração num contínuo diálogo criativo e produtivo com pessoas e comunidades, e com seus envolvimento discursivos e práticos envolvendo matéria e tempo” (HAMILAKIS, 2016, p. 680).

Esta abordagem, conforme Hamilakis, não segue a moderna temporalidade linear e, ao invés disso, “está aberta aos vários modos de compreensão temporal e histórica encontradas, aceitando que a materialidade e a sensorialidade são inerentemente multitemporais”. Isto é, “a matéria, devido às suas propriedades duracionais, encena várias vezes como coexistência e não como sucessão, enquanto os sentidos são passado e presente, uma vez que toda percepção sensorial traz consigo as memórias de experiências sensoriais anteriores (BERGSON, 1991; HAMILAKIS, 2013).” (Idem).

Entretanto, apesar de ter focado o vídeo na abordagem da etnografia arqueológica durante sua criação em 2018 e de ter posicionado minha pesquisa, ao longo do texto, em determinados aportes teórico-metodológicos que considero necessários, concordo com Thiesen (2005): devemos rejeitar as múltiplas divisões do campo da arqueologia e localizar nossa pesquisa simplesmente enquanto um estudo de arqueologia, como também defende Tramasoli (2015). Entendo que,

Se, por um lado, é importante situar e explicitar um ponto de vista teórico e, a partir disto, lançar mão de conceitos e metodologias pertinentes e operacionais em relação a uma problemática específica, por outro, impingir rótulos e compartimentalizar pesquisas arqueológicas não parece ser o mais relevante, ainda que tais rótulos possam remeter à posição teórica do[a] pesquisador[a] (THIESEN, 2005, p. 14).<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> No entanto, defendo a importância de marcar as (re)existências de determinadas pesquisas arqueológicas feitas com (e por) sujeitos/as/es subalternizados/as/es, nomeando-as, visto que estas sofrem invisibilizações por estarem situadas e politicamente engajadas com as demandas de grupos em processos de exclusão. Aqui, cito algumas destas arqueologias, acompanhadas de referências que considero fundamentais: a arqueologia transviada (GOMES et al, 2019), a arqueologia queer (RODRIGUEZ, 2018), a arqueologia feminista e descolonial (RIBEIRO, 2017a), a arqueologia feminista

No mestrado, entrei em contato com algumas abordagens pensadas com um mesmo objetivo principal: o de aproximar comunidades e pessoas das pesquisas arqueológicas que desenvolvemos, promovendo um diálogo com elas. Estas são as ditas etnografias arqueológicas (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2017), como a arqueologia etnográfica de Castañeda (2008), a etnografia arqueológica de Hamilakis (2016), a etnoarqueologia de Cunningham e MacEachern (2016), entre outras.

Nesse sentido, as várias derivações apresentadas pela arqueologia são preocupantes, como explica Tramasoli (2015), sobretudo a ideia de uma arqueologia pública (e todas as arqueologias pensadas para estabelecer a interação com comunidades e pessoas, incluindo as que citei acima). Como aponta o autor, “a segmentação de diversas Arqueologias implica o subentendido de que é possível fazer uma Arqueologia que não seja pública. Cria-se espaço para uma especialização cujo fundamento deveria ser um compromisso ético, antes de mais nada, de todo[a] ou qualquer arqueólogo[a].” (TRAMASOLI, 2015, p. 21). Afinal, nós precisamos fazer arqueologia pública ou etnografia arqueológica para justificar nosso envolvimento com as problemáticas do mundo contemporâneo?

O que quero deixar marcado é que nossa prática arqueológica realizada a partir das narrativas de grupos do presente vai além da questão de fazer ou não etnografia. Dessa forma, ela (a etnografia) não deve atuar como um critério para estabelecer a interação com não-arqueólogos/as. E, muito menos, deve ser usada para justificar a realização de pesquisas arqueológicas sobre o presente. Temos que levar em conta que nem toda prática arqueológica que visa aproximar as pessoas do fazer arqueológico, atentando para suas formas de conceber o mundo material, pode ser definida como etnografia arqueológica, ainda que se utilize técnicas de pesquisa próprias do método etnográfico<sup>20</sup> (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2017). Nossa prática envolvida com o presente e com as pessoas que vivem hoje está além de uma arqueologia pública e das diversas etnografias arqueológicas: é uma questão ética que deve guiar toda pesquisa em

---

negra (BATTLE-BAPTISTE, 2011), a arqueologia transfeminista (BAUDELAIRE, 2019c), a arqueologia da diáspora africana (SINGLETON, 2010), a arqueologia indígena (ATALAY, 2006), entre outras.

<sup>20</sup> Conforme Ana Luiza Rocha e Cornélia Eckert, o método etnográfico “é composto de técnicas e de procedimentos de coletas de dados associados a uma prática de trabalho de campo a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do/a pesquisador/a junto ao grupo social a ser estudado” (ROCHA E ECKERT, 2008, n.p.). Segundo as autoras, “a prática da pesquisa de campo etnográfica responde, pois a uma demanda científica de produção de dados de conhecimento antropológico a partir de uma inter-relação entre o/a pesquisador/a e o/s sujeito/s pesquisado/s que interagem no contexto recorrendo primordialmente as técnicas de pesquisa da observação direta, de conversas informais e formais, as entrevistas não-diretivas, etc”. (Idem).

arqueologia. Portanto, “em vez de estarmos preocupados com rótulos deveríamos simplesmente usar o termo ‘arqueologia’. Isso é o que unifica nossas diversas práticas independentemente do período de tempo em que centramos nosso trabalho (o presente, o passado recente ou o passado remoto)” (Ibidem, p. 270).

Defendo, por isso, que este é simplesmente um vídeo arqueológico que foi pensado para ser uma Cartografia das Margens. Ademais, outrora, Witmore (2004, p. 60) explicitou que arqueólogos/as “devem se tornar mais familiarizados e criativos [engajando-se] com outras formas de documentação” arqueológica e, para isso, “as práticas artísticas podem fornecer um meio para lidar com essa questão”. Os vídeos são exemplos dessas práticas, como destaca o autor.

Todavia, estas relações despertam preocupações a respeito da retórica arqueológica que, segundo González-Ruibal (2012), muitas vezes é importada de outros campos do conhecimento, como da arte. Diferentemente do autor, entendo que podemos, sim, lançar mão do audiovisual (e da arte no geral) na arqueologia, desde que esta seja usada de forma consciente e crítica. Por isso, discordo em parte de González-Ruibal, ao rejeitar o modelo virtual como uma forma de expressão da arqueologia, afinal, para ele, uma disciplina que se baseia no estudo do mundo material não deveria se encantar com a virtualidade (que é imaterial). Mas antes, quero colocar que estou de acordo com algumas de suas observações:

Assim como González-Ruibal (2012), percebo a necessidade de construirmos uma retórica própria da arqueologia. Uma retórica que esteja baseada na materialidade e no fragmentário, em uma temporalidade complexa em que o passado e o presente se mesclam (p. 110). Inclusive conheço trabalhos incríveis realizados na cidade vizinha de Pelotas, Rio Grande, que estão embasados nas ideias deste autor, fazendo uso da materialidade para despertar emoções e sensações ao público, bem como para trazer questionamentos de ordem sócio-política (THIESEN, 2014; 2015; TRAMASOLI, 2015; SILVA, 2018).

Porém, penso que não podemos desconsiderar, como discuti anteriormente, que a materialidade pode (e deve) ser observada de forma indireta quando, por exemplo, esta materialidade não foi preservada, como é o caso da grande maioria dos prostíbulos do século XX de Pelotas. Como podemos expressar a arqueologia se a fisicalidade que podia ser acessada de forma direta não existe mais? Como manifestar essa materialidade? A realidade virtual, de fato, não é a forma mais adequada de manifestação do material arqueológico, que é fragmentário, caótico e carrega consigo a

marca do tempo (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012, p. 110). Entretanto, precisamos de alternativas para revelar um mundo material que existe fisicamente apenas nas lembranças das pessoas, nos documentos escritos e iconográficos... É a partir daí que recorro à técnicas de pesquisa da etnografia, citadas por Rocha e Eckert (2008), como as entrevistas não-diretivas e conversas informais, ao estabelecer diálogos com pessoas moradoras de Pelotas, a fim de mapear os prostíbulos do século XX, e também à técnicas da história, como a análise e interpretação crítica de documentos escritos e iconográficos, levando em conta o conteúdo dos documentos e o contexto em que foram criados e compreendendo os objetivos que estão por trás de quem produziu esses documentos, para atentar à paisagem onde se situavam os prostíbulos da cidade. Ao observar paisagens indiretamente, considero fundamental o uso da arte como uma experiência de manifestação dessa materialidade, utilizando implicações próprias da arqueologia. Neste caso, soma-se o potencial da arte na criação de cartografias como formas de expressão do mundo material.

Também não deixo de considerar o poder que as palavras possuem: conforme González-Ruibal, a própria palavra pode ser usada “como forma de manifestar o passado”, já que “a escrita pode expressar a materialidade tão bem como as imagens”. Para isso, precisamos de pouco, pois é possível criar histórias singulares com o mundo material e “tudo depende de como contaremos” (2012, p. 110) essas histórias. Tive esta experiência em meu Trabalho de Conclusão de Curso em 2017, com a criação de uma narrativa arqueológica escrita (COSTA, 2017, p. 100-101).

A definição da potência de manifestação da materialidade através do vídeo está não só na forma como realizamos sua gravação, atentando para enquadramentos de câmera, mas também na sua montagem. Ao montar um vídeo, através da escolha de sequências de imagens e sons, conseguimos configurá-los a nossa maneira, alterando cores, inserindo efeitos, dando destaque aos ruídos, etc. Utilizando-nos desses recursos, podemos exteriorizar uma paisagem que foi e é transformada cotidianamente e, inclusive, desconstruir a noção de tempo linear. Não somos capazes de acessar diretamente o passado, mas, por meio das narrativas da Griô, é possível revelar as paisagens de tempos que dialogam entre si, que estão no agora, juntamente conosco. Explico melhor ao demonstrar parte do pós-roteiro (realizado após a gravação das

imagens) que embasou a edição deste vídeo, intitulado “Evocando Paisagens - Uma Cartografia de Memórias da Griô<sup>21</sup>”:

Sirley, ao caminhar pelas ruas, lembra-se de sua infância. A paisagem a faz voltar no tempo e ela lança mão da sua imaginação no ato de rememorar a cidade de quando era criança. Os seus vínculos com aquela paisagem se revelam como “presenças de ausências”. Ela designa “aquilo que não é mais: “aqui vocês vêem, aqui havia...”, mas isto não se vê mais” (CERTEAU, 1994, p. 194). A paisagem, para ela, está carregada de sentimentos de afeto, despertando-lhe inspirações e emoções. As ruas lhe trazem as lembranças de seus pais, das brincadeiras com as crianças da quadra, do seu ofício de costureira desde os 13 anos de idade e do seu sonho em ser professora de ginástica, de seus/suas vizinhos/as, as casas de comércio daquele tempo (restaurante, bar, confeitaria, açougue, etc.) e das trabalhadoras sexuais que trabalhavam em casas ali situadas. Histórias que, como relata Sirley, “com o tempo ninguém mais vai dizer, só os antigos”. Passados estes que não são contemplados pela narrativa oficial, mas que são contados pela Griô.

Em sua oralidade, as histórias de sujeitos/as e de paisagens se entrelaçam. Quem são os/as personagens principais desta trama? Tanto Sirley, como as pessoas de suas lembranças e as paisagens das ruas (humanos e não-humanos), atuam como protagonistas do produto audiovisual.

O vídeo inicia com a música “A costura e a cultura” na voz de Sirley, uma de suas composições, que conta as trajetórias das/os Griôs, ao mesmo tempo em que aparecem duas fotos suas. Em seguida, na cena 1 (realizada na rua Doutor Cassiano), aparece a imagem da placa da rua, para dar início as falas de Sirley, e o mesmo acontece na cena 2 (realizada na rua Major Cícero).

A Griô está em movimento, onde conta suas lembranças e mostra a localização das casas e de outros elementos que estavam/estão presentes na paisagem. Por isso, utilizo o plano conjunto<sup>22</sup> para enquadrar Sirley e a paisagem das ruas, como também, apenas a rua em si, e o primeiro plano, onde apenas Sirley é enquadrada. No trabalho de edição, as imagens de Sirley que foram gravadas em primeiro plano, são revezadas

---

<sup>21</sup> O vídeo Evocando Paisagens – Uma Cartografia de Memórias da Griô está publicado no YouTube e pode ser acessado através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=6957MblpVOM&t=263s>

<sup>22</sup> Deixo aqui um site que explica de forma didática a noção de enquadramento na linguagem cinematográfica, além de demonstrar em imagens cada tipo de plano utilizado para a gravação deste vídeo: <http://www.primeirofilme.com.br/site/o-livro/enquadramentos-planos-e-angulos/>. Acesso: 28/06/2019.

com as imagens das ruas e das casas, mas sua voz está presente. As casas são filmadas atentando para os detalhes contados por Sirley. Por exemplo, ao falar da janela da casa de Julinha – “eu me lembro de ver a Julinha na janela (...)” –, esta é enquadrada em primeiro plano, para trazer a sensação de sua presença ao/à espectador/a. A ideia é provocá-lo/a para que perceba que o mundo material é socialmente ativo e nos constitui enquanto sujeitos/as.

Logo, as imagens das ruas e das casas foram feitas posteriormente, após a primeira gravação com Sirley, da escuta de suas falas e da análise do material audiovisual. As imagens das ruas são realizadas utilizando o plano aberto e plano geral e, além disso, seus sons (ruídos provocados pelo barulho dos carros e motocicletas, por exemplo) não foram minimizados na edição, para mostrar ao/à espectador/a as vivências das ruas, que estão em movimento e que são (re)feitas no cotidiano, pois entendo que somente ao nos desfazermos da intenção de purificar o mundo material conseguiremos compreender as múltiplas realidades das vidas.

Meus questionamentos para Sirley são cortados na edição do vídeo. Esta edição está pautada na ideia de continuidade, a partir da *montage-narration*, um dos tipos de montagem que dão sentido à elaboração fílmica citados por PIAULT (2001) a partir da experiência de Brighton. Segundo o autor, na *montage-narration*,

(...) os planos formam sequências que são as fases cuja articulação conta uma história. É a continuação dos acontecimentos mostrados de uma certa maneira que permite organizar uma dramaturgia através da qual o[a] espectador[a] vai compreender a ação e suas motivações humanas e sociológicas, o conjunto de causas e efeitos, os acasos e as suposições que constituem a trama do relato (PIAULT, 2001, p. 157).

Ao final, após o término da fala de Sirley e antes dos créditos, aparece uma cena da rua Major Cícero onde faço uso do som ambiente. Dessa forma, os sons das ruas fazem parte deste produto fílmico, indicando ao/a espectador/a que elas estão em constante transformação. Após esta imagem, finalmente aparecem os créditos com a música cantada pela Griô “Negra das Missanga”, que também é uma de suas composições.

Portanto, um recurso audiovisual que enfoca na materialidade, apesar de sua virtualidade, pode causar ao/à espectador/a a sensação de que o passado não passou, além de despertar sentimentos e memórias. Não podemos tocá-la e cheirá-la, mas podemos vê-la, ouvi-la e, até mesmo, senti-la.

Segundo Witmore, a “experiência digital não pode substituir a experiência vivida de caminhar”, mas “pode ser usada como um complemento a essa experiência”

(WITMORE, 2004, p. 62). Por isso, quando caminharem pelas ruas de Pelotas, mostradas no vídeo, pessoas poderão lembrar-se das histórias contadas por Sirley, de como eram estas ruas no passado recente, tendo uma experiência diferente das que tiveram em caminhadas anteriores, a partir de uma outra forma de enxergar aquela materialidade. Com “olhos de ver”, nas palavras de Beatriz Thiesen, elas poderão refletir sobre o modo como as trabalhadoras sexuais fizeram a paisagem da cidade e, apesar disso, foram invisibilizadas na construção da narrativa oficial de Pelotas.

Eu também concordo com outra inquietação de González-Ruibal (2012) acerca da utilização de vídeos na arqueologia. Esta apreensão é de natureza política, pois, como sabemos, “o mundo virtual é privilégio de poucos[as]”. Portanto, não podemos “esquecer a lacuna que existe entre quem possui todos os aparatos ao seu alcance e quem carece por completo (ou quase) deles” (p. 110). Foi pensando nestas questões que a segunda metodologia de cartografia orientou-se. Esta será explicitada a seguir.

Mas antes, eu não poderia esquecer do principal, além, é claro, de ressaltar que não teria sido possível realizar este vídeo sem o apoio e participação ativa de Sirley, que deixou-nos imergir em suas histórias. Para gravar o produto audiovisual contei com a colaboração de integrantes do Projeto de Extensão Mapeando a Noite: a “equipe de filmagem” formada pelos colegas Mateus Fernandes e Wagner Previtali e a colega Martha Rodrigues. Wagner, hoje graduado em Cinema e Audiovisual, foi, especialmente, meu braço direito quando se tratava de produzir as imagens. Além disso, o apoio técnico foi oferecido pelo LEPPAIS (Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som), que na ocasião estava sendo coordenado pela professora Claudia Turra Magni, onde tive o auxílio do editor de imagens, Hamilton Bittencourt Júnior.

## **1.2 Desenhos de uma cidade do passado-presente-futuro**

A segunda metodologia para a criação de uma cartografia foi proposta juntamente com a/os colega/s que estavam realizando a disciplina “Cidades e suas Margens”, citados anteriormente. Esta foi inspirada pelas considerações de Filho e Teti (2013) acerca de uma cartografia social pensada a partir de Deleuze e Foucault. Como afirmam o autor e a autora, esta cartografia

Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência. Tal estratégia desenha não exatamente mapas no sentido tradicional do termo e sim diagramas, que não se referem à topografia, mas a uma topologia dinâmica, a lugares e movimentos de poder, traça diagramas de poder, expõe as linhas de força, diagrama enfrentamentos, densidades, intensidades (FILHO E TETI, 2013, p. 47).

Apoiadas/os pelas reflexões que guiam o fazer de uma cartografia social e tendo como objetivo principal compreender as resistências cotidianas de trabalhadoras sexuais (tanto travestis como mulheres cisgêneras) entrelaçadas nas paisagens do passado-presente-futuro da cidade de Pelotas, definimos que uma cartografia em desenho poderia agir como um meio de expressar essas paisagens e seus conflitos, portanto, sem “higienizá-las”, ao contrário do que fazem determinadas ferramentas como o SIG. Optamos por desenhar, mas, antes disso, decidimos sair para caminhar. Então, a partir de nossas caminhadas seria possível mapear, na cidade de Pelotas, os prostíbulo do presente, assim, como foram mapeadas as casas do século XX através das histórias contadas por Sirley. O futuro foi compreendido como um projeto (SANTOS, 1999), tendo como foco a regulamentação do trabalho sexual, que é uma das pautas de trabalhadoras sexuais na luta pela garantia de direitos. E foi assim que estabelecemos uma outra cartografia das margens.

### **1.2.1 As resistências de trabalhadoras sexuais em Pelotas**

*“O centro, à noite, é o meu palco!”*

*(Interlocutora do projeto de extensão  
Mapeando a Noite)*

Estávamos em junho de 2018. Em meio a uma noite fria, começamos a caminhar pelas ruas do centro de Pelotas, atentando o olhar para os locais onde as trabalhadoras sexuais costumam circular a fim de atrair seus clientes, assim como para os prostíbulo, e realizamos a experiência de mapear. Avistamos travestis em algumas esquinas e nos deparamos com casas de prostituição com variados nomes, como Bangalô e Wiskeria, com letreiros que apresentam luzes neon, e também casas como o Bar das Coleguinhas

que apresentavam, na placa com seu nome, mulheres seminuas. Realizamos, desse modo, uma interpretação da ordem discursiva das fachadas:

O Bar das Coleguinhas constrói seu marketing e propaganda na fachada, diferentemente das outras casas que não comunicam, explicitamente, ao/à transeunte, seu vínculo com a prostituição, ainda que apresentem signos que transmitem a sua relação com o trabalho sexual. A sua própria configuração arquitetônica é diferente das demais casas. Estas apresentam muros e portas com grades, que passam a imagem de “lugares fechados”, possuindo uma maior discricção. Contrapondo-se à essas casas, o Bar das Coleguinhas estava com porta e janela abertas, o que permitia às pessoas que estavam passando pela rua a visão do que estava acontecendo em seu interior e também possibilitava ouvir as músicas que estavam tocando.

Mais além de aspectos simbólicos que são inerentes aos prostíbulo, eu entendo que eles são agentes: muitas pessoas desviam seus caminhos para não passar na frente deles, reformulando, muitas vezes, trajetos que lhes eram rotineiros. Desta e de outras formas, a paisagem que está relacionada ao trabalho sexual, molda o cotidiano de sujeitas e sujeitos. Por conta da criminalização de prostíbulo, estes fecham e, depois, reabrem em outros pontos da cidade. Estão sempre em movimento e, as paisagens em que eles estão inseridos, se transformam dia após dia.

Portanto, decidimos que levaríamos em conta, para a elaboração de uma cartografia, a fluidez dos locais onde as trabalhadoras sexuais executam seu trabalho. Além disso, tínhamos de considerar a questão ética que envolve nosso trabalho engajado com pessoas, já que a localização desses pontos da cidade, evidenciada em um mapa, poderia fazer com que este seja utilizado pelo poder público contra as trabalhadoras sexuais, de modo que venha a prejudicá-las.

Dessa forma, a cartografia foi construída como uma criação em desenho, em uma cartolina tamanho 50x66, a partir de nossas caminhadas à noite, das memórias de Sirley e das demandas de trabalhadoras sexuais. Propomos a criação de desenhos desprovidos de margens/bordas, sem a utilização de régua, para fazer uma cartografia que escorrega para além das margens, que “vaza” e contesta o tempo linear, assumindo nossas subjetividades e posicionando-nos contra a tentativa de eliminá-las.

Durante a gravação das imagens com a Mestra Griô Sirley Amaro, ela contou-nos que quando morava na rua Major Cícero, esta já não era mais um lugar de “mulher da vida”, pois “já tinham tirado elas dessa rua”, diferentemente da rua Doutor Cassiano, que ela lembra-se de haver polícia na esquina com a rua Andrade Neves, na sua infância.

Sirley também relata o preconceito que sofreu a ex-trabalhadora sexual Julinha que morou na rua Major Cícero até vir a falecer. Como conta a Griô, por Julinha ter sido “mulher atoa ou da vida” (como chamavam as prostitutas naquele tempo, segundo ela) e também por estar com tuberculose, as crianças, incluindo Sirley, não podiam brincar na sua calçada, havendo uma proibição por parte dos pais. Além disso, os pais da Griô passaram a morar na rua Major Cícero logo após o seu nascimento, porque a rua, ainda que se situasse no chamado centro da cidade, “era um lugar muito barato naquele tempo, porque era lugar de casas de mulher da vida”, ainda que já tivessem “tirado elas” daquele local e, por isso, a rua “ficou com esse estigma”. A fala de Sirley reflete os processos de higienização social na cidade de Pelotas, com as remoções das trabalhadoras sexuais dos locais que se configuram como o centro, para áreas tomadas como a periferia, a fim de invisibilizá-las.

Mas, como iríamos representar as suas resistências, frente aos processos de higienização na cidade de Pelotas, na cartografia construída em desenho – cartografia esta que, seguindo nossa proposta, deveria apresentar os movimentos de uma paisagem sendo construída e transformada cotidianamente pelas prostitutas? Para demonstrar as resistências cotidianas de trabalhadoras sexuais, o chafariz denominado Fonte das Nereidas, situado na Praça Coronel Pedro Osório (antiga Praça da República) – patrimônio institucionalizado da cidade – deveria ficar no centro da cartografia. Explico o porquê:

Os chafarizes nasceram da necessidade de suprimentos de água à população, quando ainda não havia encanamento (PARADEDA, 2003, p. 246). Para solucionar este problema em Pelotas, a Fonte das Nereidas e outros chafarizes foram importados da França pela Companhia Hidráulica Pelotense. Esta foi instalada em 1873 em frente ao Theatro Sete de Abril e, mais tarde, acabou sendo transferida para o centro da Praça Coronel Pedro Osório (antiga Praça da República), no local onde antes se situava o antigo pelourinho, onde pessoas negras escravizadas eram fisicamente violentadas. O centro da praça também estabeleceu-se enquanto um lugar para comercializar essas pessoas, na época das charqueadas. De acordo com Maria Paradedda (2003), a população buscava água na Fonte das Nereidas em baldes e pipas e deveria pagar por ela.



**Figura 2:** Ilustração do Pelourinho da Praça Cel. Pedro Osório realizada por Hermann Rudolf Wendroth. Década de 1850. Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas.

A opulência de Pelotas deve-se às comunidades negras responsáveis por construir a cidade. No entanto, este discurso não aparece na narrativa oficial. O poder público, ao selecionar narrativas para contar os passados de Pelotas, privilegia apenas um lado da história: a de homens brancos da elite do charque, assumidamente heterossexuais e cisgêneros (COSTA, 2018), valorizando seu patrimônio institucionalizado, a fim de ocultar a dívida histórica da cidade com as comunidades negras. Esta narrativa criada não pensa Pelotas em sua pluralidade (ALFONSO E RIETH, 2016) e sua seleção é feita por uma ótica colonialista. É dessa forma que os passados de pessoas negras que construíram a cidade passam, constantemente, por um processo de apagamento da memória coletiva pelotense.

De acordo com o Almanach de Pelotas de 1914, os jardins públicos da cidade, incluindo a Praça Coronel Pedro Osório, foram remodelados obedecendo ao estilo inglês. Estes são pensados pelo poder para o lazer das elites e seguem um ideal de embelezamento calcado no branqueamento da população e no eurocentrismo. Conforme Eliane Peres, em Pelotas, o modelo de vida dessas elites, assim como, os costumes, os hábitos e os comportamentos, o lazer, as artes, as atividades intelectuais de um modo geral, foram imitados principalmente do município da Corte (Rio de Janeiro) e dos países da Europa (PERES, 1998, p. 7). Além disso, este projeto colonialista se estabelece com o objetivo de higienizar os locais ditos “públicos” do centro, a partir de processos de remoção de trabalhadoras sexuais, bem como de outros grupos sociais subalternizados,

como as comunidades negras (o que ainda se manifesta no presente), purificando as paisagens tomadas enquanto possuidoras de uma estética “desordenada”.



**Figura 3:** Praça Coronel Pedro Osório (antiga Praça da República) nas primeiras décadas do século XX.  
Fonte: Acervo de Imagens do Projeto de Pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas.

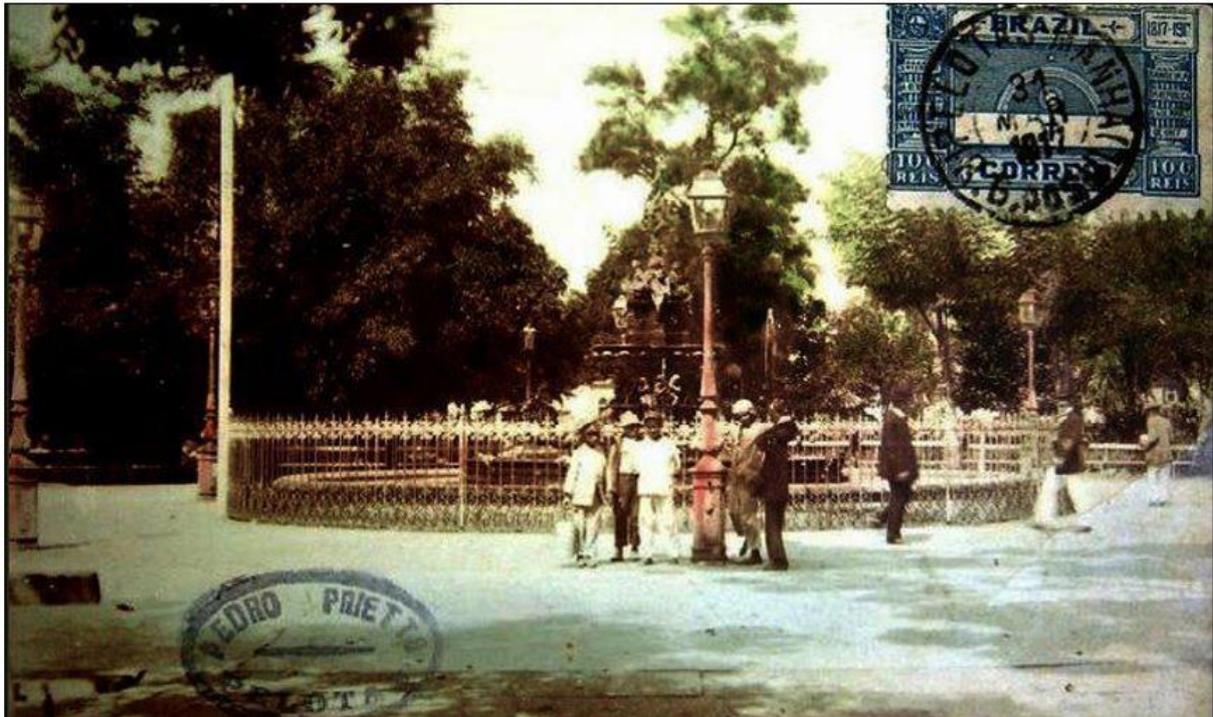
Conforme Thiesen (no prelo), o chamado "aformoseamento" do espaço serviu para apagar a memória dessas pessoas negras que foram escravizadas. Para o poder, este passado deve ficar bem escondido. Não devemos lembrar que houve escravidão em Pelotas. Então, se a materialidade é capaz de nos assombrar (SHANKS apud RUIBAL, 2008, p. 251), deve-se retirar o pelourinho que traz à tona o seu passado de escravidão e, no seu lugar, colocar um referencial que enaltece a exuberância da “Princesa do Sul” enquanto uma cidade cosmopolita e que, ao mesmo tempo, é a representação da modernidade, de uma Pelotas que se quer aristocrática: um chafariz importado da França<sup>23</sup>. Isto é o que Beatriz Thiesen chama, ao pensar os processos de higienização na Praça Tamandaré situada na cidade vizinha (Rio Grande), de “saneamento da paisagem e da memória”. Em outras palavras, “extirpamos aqueles traços que lembram algo que queremos esquecer, ou que, pelo menos os que têm o poder de controlar o que deve ou não ser lembrado, querem esquecer” (THIESEN, 2013, p. 225). Ao mesmo tempo, também representa o desejo da elite local de ter o local como vitrine de sua opulência, como afirma Loredana Ribeiro (2017b, p. 85).

<sup>23</sup> “Modelo de desenvolvimento, de modernidade, de civilização, de nobreza, principalmente a França servia de parâmetro para a organização da vida familiar e social da elite pelotense” (PERES, 1998, p. 7). O poder hegemônico de Pelotas passou a se inspirar no projeto de urbanidade da Paris de Haussmann e em suas políticas higienistas, para planejar a cidade.

Pode-se mudar radicalmente a paisagem de uma cidade negra como Pelotas, retirando elementos que são símbolos de opressão e, também, de resistência dessas pessoas. Entretanto, o racismo não pode ser apagado e, muito menos, a luta das comunidades negras por justiça social. A arqueologia, ao lidar com as relações entre paisagens e grupos sociais subalternizados, pode reagir contra esses apagamentos, já que ela “não conta o passado; ela deixa essa tarefa à História. A Arqueologia dá conta do passado atualizando-o para reavivar a memória atual” (THIESEN E POUQUET, 2018, p. 18).

A arqueologia pode fazer lembrar das hipocrisias de homens pertencentes à elite pelotense já que, ao mesmo tempo em que eles condenam à clandestinidade as trabalhadoras sexuais, sustentando um discurso conservador e cristão “em defesa da família”, também procuram seus serviços. Em que medida essas posturas, que se configuram enquanto moralistas e, também, hipócritas, diferem-se das que presenciamos nos dias de hoje por parte de homens que se dizem defensores do que chamam de “família tradicional brasileira”?

Este chafariz, que foi instalado na Praça Coronel Pedro Osório com o objetivo de compor uma paisagem tomada, por uma ótica moderna, como “harmoniosa”, ideal para os passeios das elites, e que valorizasse os casarões posicionados ao seu redor, também cumpria outro papel: o de tentar “higienizar” presenças (humanas e não-humanas) tidas como indesejadas, como as de trabalhadoras sexuais e de outros grupos sociais subalternizados, das grandes árvores que encobriam a vista dos casarões e dos animais que ali pastavam.



**Figura 4:** Cartão postal da Praça Coronel Pedro Osório em 1917. Fonte: Loredana Ribeiro, 2017b, p. 79.

Cabe salientar que em 1877, é colocado um gradil de ferro no entorno da praça e, através de portões, seu acesso passa a ser controlado (RIBEIRO, 2017b). Outras medidas que se alinhavam a criação de condições que levariam ao que chamavam de um uso “adequado” da praça, além do ajardinamento e do gradeamento, segundo Loredana Ribeiro, também foram tomadas, como a “regulamentação dos horários de frequência e suspensão do fornecimento de água nas torneiras do chafariz” (PAULA, 2005, p. 13 apud RIBEIRO, 2017b, p. 85). Conforme a autora, estas exigências se relacionam com a segregação da utilização do espaço, ao negar às pessoas escravizadas e à população vinda de classes mais baixas de abastecer-se de água, bem como eliminar a praça dos espaços noturnos acessíveis para o lazer desta população, com a justificativa de que fariam “arruaças” (RIBEIRO, 2017b). Entretanto, nada disso apagou a presença da população negra de Pelotas, que circulava a trabalho dentro e fora dos casarões elitistas, se reunia na praça para piqueniques familiares e que seguiu usuária constante, ainda que malquista, da praça central (Ibidem, p. 79).

A preocupação de conservar o gradil e as árvores se faz presente nas Atas da Câmara, de acordo com Silveira (2009), ao mencionar a escolha da nomeação de um guarda para vigiar a praça à noite, “evitando os danos que têm ocorrido no local” (SILVEIRA, 2009, p. 117). Isto demonstra os atos de desobediência ao aprisionamento

do espaço público pelas regras do decoro social burguês (RIBEIRO, 2017b, p. 85). Imagino que as trabalhadoras sexuais tenham sido responsáveis por protagonizar muitas destas resistências.



**Figura 5:** Praça Coronel Pedro Osório cercada com gradil de ferro. Fonte: ILLUSTRAÇÃO Pelotense, nº 13, anno II, 1920, p. 10 in Silveira, 2009, p. 114.

A Fonte das Nereidas (planejada no passado para o lazer das elites) passa por constantes ressignificações que se relacionam com os significados que a pluralidade de grupos sociais atribuíram e atribuem a ela, a fim de sustentar suas identidades. Nos dias de hoje, o chafariz, à noite, configura-se para as trabalhadoras sexuais enquanto um local ritualístico e de trabalho. De acordo com Juliana Martinelli, travesti e trabalhadora sexual que atuou como interlocutora do projeto “Mapeando a Noite: O Universo Travesti” antes de seu falecimento em 2017, é na Fonte das Nereidas, à noite, que ocorre um ritual: o batismo das travestis, com seu “nome de guerra”. Como destaca Fagundes (2014, p. 15; 21), nas narrativas míticas das Nereidas, elas são as 50 irmãs de Tétis, a mais famosa das Ninfas, filha de Nereu e Dóris, mãe do herói grego Aquiles. Segundo conta “Os Lusíadas”, do português Luís de Camões, rememorando os mitos da antiguidade clássica greco-latina, quando a nau de Vasco da Gama se deparou com fortes ventos enviados por Netuno, Vênus intercedeu e ordenou que as Nereidas se enfeitassem com grinaldas de rosas, a fim de seduzi-los. Vale nota que na mitologia greco-latina os mares, os rios e os ventos assumem formas antropomorfas. Portanto, ao ver a beleza das Ninfas, ou seja, das Nereidas, os ventos abandonaram sua missão e renderam-se aos seus encantos.

E é assim, no chafariz, que as travestis ritualizam e constroem suas identidades como trabalhadoras sexuais a partir da materialidade que faz parte de suas formas de vivenciar a cidade à noite: roupas, sapatos, bolsas, joias, perucas, apliques, maquiagem, etc. Tal como as Nereidas, elas se enfeitam para seduzir os homens (os ventos). Desse modo, a Fonte das Nereidas é um elemento fundamental para compreender como as margens se constroem a partir do centro e, portanto, não podem ser definidas, já que são constantemente (des)construídas, como expliquei anteriormente. Esta ideia também pode ser entendida pela fala de outra interlocutora do projeto Mapeando a Noite: “o centro, à noite, é o meu palco!”. Ainda que a paisagem carregue uma ordem de poder que age nos processos de exclusão das trabalhadoras sexuais da chamada área central, elas produzem estratégias para transgredir estas normas, se apropriando do local, o vivenciando e lutando para garantir a sua permanência, assim como fizeram no passado.

Aqui, deixo uma foto do evento onde se deu a escolha da Miss e Mister Diversidade, na Semana da Diversidade que ocorreu em 2016 na Fonte das Nereidas, para pensar estas ressignificações a partir das diversas maneiras de vivenciar o chafariz por parte de grupos em processos de exclusão na cidade de Pelotas. Ao relembrar este evento, trago como destaque os modos aos quais as travestis e mulheres trans – que, em sua maioria, encontram no trabalho sexual a melhor forma de subsistência (MOIRA, 2018, p. 176) – reivindicam os espaços da cidade, lutando contra a transfobia e também, no caso das que são trabalhadoras sexuais, a putafobia. Afinal, nas palavras da trabalhadora sexual travesti e putafeminista Amara Moira “a transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a putafobia amplia a exclusão a que já estamos sujeitas só por meramente existir”. “Sabemos que seremos consideradas putas mesmo as poucas de nós que escaparem ao trabalho sexual” (MOIRA, 2018, p. 176).



**Figura 6:** Escolha da Miss e Mister Diversidade em Pelotas, que ocorreu na Fonte das Nereidas (Semana da Diversidade de 2016). Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Mapeando a Noite

Ao definir a Fonte das Nereidas como ponto central de nossa cartografia, recortamos uma imagem sua e colamos no meio da cartolina. Ao seu redor, fizemos um desenho da rua Major Cícero acerca das memórias de Sirley, contadas a partir do vídeo. Assim, nos questionamos: E como seria a rua Major Cícero da juventude de Julinha? Imaginamos a rua, no começo do século XX, com a polícia na esquina, controlando e vigiando o trabalho sexual e os prostíbulos, antes das remoções das trabalhadoras sexuais, tal como ocorrera na rua Doutor Cassiano, segundo as narrativas da Mestra Griô. Ao outro lado, desenhemos as paisagens do presente: a Wiskeria, o Bangalô e o Bar das Coleguinhas, as travestis que exercem o trabalho sexual na esquina, os movimentos dos carros indo em direção aos pontos de prostituição, como observamos em nossas caminhadas (sem mostrar a sua localização).

Abaixo, nos perguntamos: e o futuro? Desenhemos então uma carteira de trabalho, já que uma das pautas das trabalhadoras sexuais é a regulamentação da prostituição no Brasil. Naquele momento, consideramos importante destacar que o Deputado Federal Jean Wyllys apresentou no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº

4211/2012 – Lei Gabriela Leite<sup>24</sup>. Esta lei visava regulamentar a atividade de profissionais do sexo, porém sua tramitação parou em 2013. No projeto, é diferenciada a prostituição da exploração sexual, assim como tipifica as modalidades de prestação de serviços sexuais como trabalhador/a autônomo/a e coletivamente em cooperativa. Ademais, regulamenta a prestação de serviços nas casas de prostituição, vedando apenas a exploração sexual. Na justificativa apresentada pelo Deputado, sustenta que o objetivo principal do Projeto de Lei é desmarginalizar a profissão e, com isso, permitir, às/aos profissionais do sexo, o acesso à saúde, ao Direito do Trabalho, à segurança pública e, principalmente, à dignidade humana.

Porém, como iríamos mostrar a dialogicidade entre tempos a partir do chafariz? Decidimos, então, construir traçados que se ligam a ele, conectando passado-presente-futuro. Estes traçados representam as trajetórias das trabalhadoras sexuais, seguindo a perspectiva de Certeau (1994). Nas palavras do autor (p. 176), os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares. Sob esse ponto de vista, as motricidades dos pedestres formam um desses “sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade”. A passagem do autor dialoga com as frases que escrevemos na cartografia, juntamente às trajetórias das trabalhadoras sexuais: “As paisagens tem vozes do passado, do presente e do futuro, que ecoam por todos os cantos da cidade”; “O contemporâneo e seus passados que não passaram”; “Tentaram nos apagar. Porém, o que não sabiam, é que continuaríamos em todo lugar”.

Refletindo após a elaboração da cartografia, nos questionamos: As trabalhadoras sexuais fazem, desfazem e refazem a cidade, no ontem, no hoje e no amanhã de Pelotas? Deixo aqui nossa cartografia em desenho para que leitoras e leitores também reflitam sobre.

---

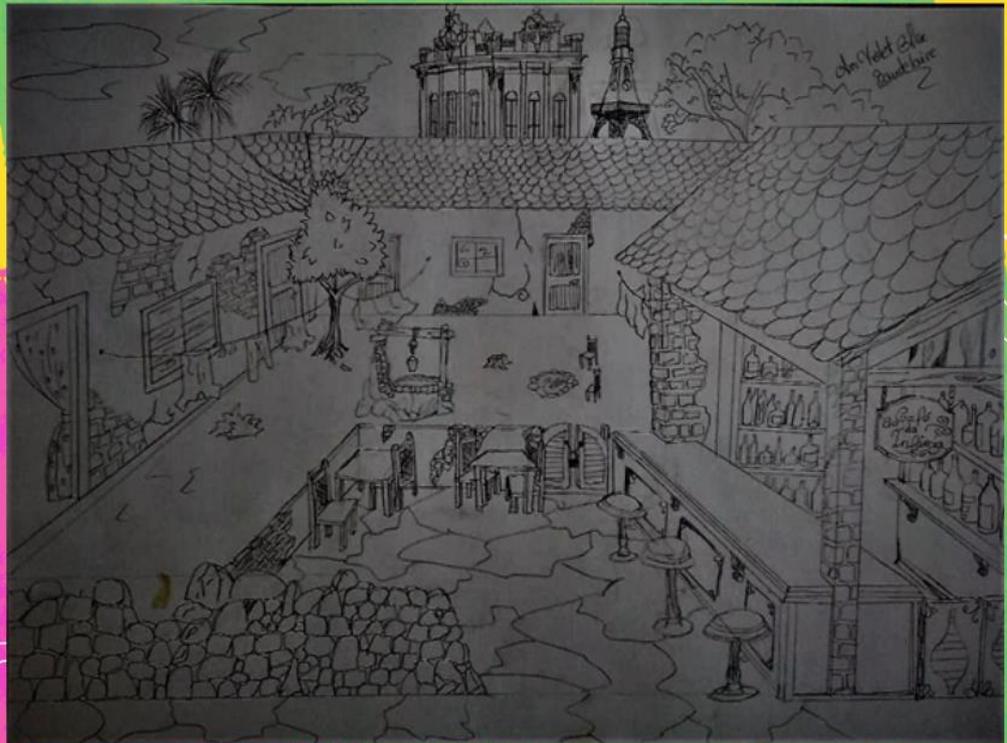
<sup>24</sup> Gabriela Leite foi uma prostituta brasileira, escritora e ativista na luta pelos direitos trabalhistas das trabalhadoras sexuais. Também foi presidente da ONG Davida, fundada por ela em 1992. Faleceu em 2013, aos 62 anos.



Figura 7: Cartografia em desenho (2018).

# CAPÍTULO 2

PAISAGENS TEMIDAS,  
PAISAGENS-FANTASMAS,  
PAISAGENS ESTIGMATIZADAS



***Mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, impuras, insignificantes, o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, que negam a importância do lar e preferem circular enfeitadas pelas ruas, desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos, subversivas que rejeitam o mundo edificante do trabalho, surdas aos discursos masculinos moralizantes e que perseguem a todo custo a satisfação do prazer? (RAGO, 2014, p. 115).***

Os passados que busco trazer agora não são os mesmos das histórias contadas pela Mestra Griô nas cartografias. Estes pertencem a um tempo um pouco mais recuado – mais precisamente os anos de 1914 a 1917 –, mas que se interligam às memórias de infância de Sirley nas ruas Major Cícero e Doutor Cassiano. Assim, começo este capítulo com uma epígrafe de Margareth Rago, pois foi a partir dela que percebi as denúncias do jornal pelotense O Rebate, que existiu no começo do século XX, à efervescência dos prostíbulos do chamado baixo meretrício no centro da cidade e às trabalhadoras sexuais que neles trabalhavam.

Conforme Rago, a temática da prostituição despertou interesse desde meados do século XIX não apenas entre médicos, juristas, criminologistas e literatos, mas também entre jornalistas. Este interesse esteve estreitamente ligado a preocupação com a moralidade pública e, mais especificamente, com a definição dos códigos de conduta da mulher, num momento de intenso crescimento urbano-industrial (RAGO, 1991, p. 19).

Afinal, como em uma cidade que se quer Princesa do Sul, “tudo se tolera beaticamente, numa eclosão de amor... licencioso”? “Em todo caso, O REBATE cumpre seu dever, desvendando esses horríveis cancros que roem o organismo combalido desta misera princesa desthronada” (O Rebate de 8 de março de 1915, p. 2). Vale lembrar, como afirma Rago (1991, p. 23), que o conceito de prostituição construído no século XIX é saturado de conotações extremamente moralistas e associado às imagens da sujeira, do esgoto, da podridão, em suma, daquilo que constitui uma dimensão rejeitável na sociedade. Condenando e estigmatizando a prostituição, quer-se eliminá-la como uma parte cancerosa, como destaca a autora. Por isso, a metáfora orgânica do “cancro social” é utilizada para designar o comércio amoroso (Idem).

Temos que considerar ainda que os discursos sobre os passados criados por nossa sociedade apagaram muitas categorias de pessoas em detrimento do pretensioso e glorioso passado europeu, branco, cis-heteronormativo e patriarcal (BAUDELAIRE, 2019a, p. 2). As mulheres (cisgêneras, transgêneras, lésbicas, bissexuais, negras, brancas...), as pessoas negras em geral, os trabalhadores, nas palavras de Baudelaire (2009a), foram varridos para as margens da história tradicional e só eram lembrados quando a ciência, positivista, machista, transfóbica e racista pretendia constituir estereótipos pré-conceituosos sobre essas pessoas (p. 2). Dessa forma, legitimava e naturalizava historicamente nossas relações de poder e os discursos de ódio vigentes em nossa sociedade (Idem). Os jornais, enquanto aparelhos políticos-ideológicos disfarçados de meios informativos onde a neutralidade e a busca pela “verdade” dos fatos são imperantes, também foram responsáveis por construir esses estereótipos.

O jornal O Rebate, mais do que outros jornais que circulavam na década de 1910, veiculou uma gama de reportagens investigativas, relatos de crimes, notícias polêmicas, poemas, folhetins e propagandas que utilizavam a temática criminal (GOUVÊA, 2013, p. 1). Por conta desse seu caráter, a fim de despertar o interesse do público, lançava uma gama relativamente ampla de notícias que envolviam trabalhadoras sexuais, além de demonstrar os locais onde os prostíbulos estavam situados como uma forma de denunciá-los diante da ineficácia do poder municipal para detê-los. Estas descreviam, em sua maioria, cenas repletas com as diversas formas de violência aos quais as prostitutas sofriam, incluindo agressões físicas, tentativas de feminicídio e, até mesmo, de suicídio, como é o caso da notícia abaixo, correspondente ao jornal do dia 12 de janeiro de 1915 (p. 2):

#### “O TERRÍVEL LYSOL

Tentou suicidar-se, hoje, às 2 horas da tarde, a mundana Albertina Lukewi (vulgo Polaca) residente à rua Dr. Cassiano, na casa de tolerância de Maria do Trote.

A tresloucada rapariga ingeriu pequena dose de lysol. Quando o toxico começou o seu effeito, a infeliz bradou por soccorro, sendo attendida pelas companheiras, que lhe deram, um antidoto, ficando fora de perigo.

O motivo do ‘suicídio’ foi ‘paixonite aguda’.”

As crônicas policiais, além de apresentarem os acontecimentos diários da urbe pelotense, mostravam igualmente como as informações dos crimes eram editadas e publicadas com um discurso peculiar dos jornais no início do século XX (GOUVÊA,

2013, p. 1). Suas notícias são carregadas de sensacionalismo e dramatização, misturando personagens e histórias reais com a ficção. Nas palavras de Gouvêa, confundiam realismo e romance, por meio de tragédias diárias com lugares e personagens que existiam na vida real (p. 4). São os chamados *fait divers*. Estas crônicas policiais preenchem o noticiário de forma variada, detalhada e às vezes cômica, com casos curiosos e misteriosos, dramas violentos ou absurdos, relatos rápidos ou extensos (Ibidem, p. 3), produzidas com a finalidade de atrair leitores e, conseqüentemente, vender mais exemplares. Portanto, segundo a autora, as crônicas não podem ser entendidas nem como acontecimentos verdadeiros e, muito menos, falsos, já que “os *fait divers* apresentam indícios culturais do tempo em que foram produzidos, e como qualquer outro documento não são reflexos de uma realidade passada” (GUIMARÃES, 2007, p. 325 apud GOUVÊA, 2013, p. 4). Isto é, são frutos do contexto histórico em que foram produzidos e precisam ser compreendidos como tal.

É necessário que nos indaguemos: se as versões de verdades são diversas e plurais, como podemos determinar que existe apenas uma verdade sobre um acontecimento e colocá-la enquanto absoluta? A verdade dos jornalistas que registram o fato é a mesma daquelas/es que vivenciaram este fato? Quais seriam as versões dos acontecimentos se estes fossem contados pelas próprias trabalhadoras sexuais e não pelos jornalistas de um jornal local de caráter conservador?

Ao vislumbrar as notícias sobre o que configuravam-se para os repórteres do jornal O Rebate enquanto desordens ocasionadas pelas prostitutas que trabalhavam nos prostíbulos em pleno centro de Pelotas, apreendi suas denúncias ao que chamavam de “imoralidade” como uma forma de conceber as paisagens novecentistas. Paisagens estas que estão estritamente relacionadas às trabalhadoras sexuais e que, por isso, são estigmatizadas. Pois não é o fantasma da prostituição (RAGO, 1991, p. 37) – o que (PHETERSON, 1986) também chama de estigma de puta – que determina em quais ruas as mulheres que não exercem o trabalho sexual devem circular, quais roupas devem usar e como, no geral, devem se comportar, para que não sejam vistas como prostitutas? A mulher fora do lar, sobretudo se desacompanhada, precisou prestar muita atenção aos seus gestos, aparência, roupas, para não ser confundida com a figura dissoluta, excêntrica da prostituta, “mulher pública” (RAGO, 1991, p. 40).

Peres (1998) afirma que em Pelotas as mulheres eram desaconselhadas a andarem sozinhas, pois a rua, além de estar associada ao mundo masculino, também estava vinculada ao vício e à prostituição. A revista literária *Ilustração Pelotense* de 1918 demonstra que as mulheres não deveriam sair desacompanhadas, sobretudo em determinados períodos do dia:

Podem as moças andar sós?

Não há inconveniente algum em que uma senhorinha saia só pela manhã a fazer compras. A tarde também não há inconveniente, mas deve ter-se em consideração que de tarde há mais agrupamento e movimento. A essa hora é, pois, preferível não sair só (REVISTA ILLUSTRACÃO PELOTENSE, 1918 apud PERES, 1998, p. 26-27).

É dessa forma que o estigma atua e, por isso, tem sido uma das estratégias mais eficazes de dominação patriarcal (PRADA, 2018, p. 35). Tal como fantasmas, os trechos da cidade onde haviam a presença de prostíbulos eram temidos e, ao mesmo tempo, desconhecidos por muitas, que eram proibidas por seus pais ou maridos de ousarem chegar perto destes locais, apesar deles mesmos os frequentarem. Inclusive era uma das reivindicações das ditas famílias “respeitáveis” o maior controle e censura da moralidade pública (RAGO, 1991, p. 38), como é demonstrado nas seguintes notícias:

“PELA MORAL

Pedem-nos reclamar contra o procedimento pouco correcto com que se portam, especialmente á noite, umas mulheres da vida fácil, que moram á rua General Netto, defronte ao Clube Commercial. A algazarra atinge ao auge, assim que escurece, e prolonga-se, frequentemente, até alta madrugada. As famílias que moram nas adjacencias estão prohibidas de chegar á janella, pois as hetarias nada respeitam. Era muito justo que a autoridade, si é que existe em Pelotas, chamasse à ordem as inconvinientes mulheres” (O Rebate de 19 de abril de 1915, p. 2).

“(...) Dão-se os maiores escandalos em semelhante casa de baixa prostituição, tanto que as familias moradoras nas immediações vivem revoltadas e a clamar contra as scenas offensivas á moral que a meude ali ocorrem” (O Rebate de 15 de setembro de 1917, p. 2).

Paisagens temidas, paisagens-fantasmas, paisagens estigmatizadas. Como compreendê-las?

Primeiramente, busquei pela localização das zonas da cidade onde estavam localizados os prostíbulos ao longo dos anos de 1914 a 1917, descritas pelo O Rebate, atentando ainda para a denominação destes e quem eram seus proprietários e proprietárias. Pude lançar reflexões sobre quem eram as trabalhadoras sexuais que estavam atuando nestes locais, que eram destinados ao chamado baixo meretrício, a partir de recortes de raça e etnia. Tomei esta análise como uma forma

de escancarar as violências sofridas por elas, mas, sobretudo, de lembrar dos passados de resistência dessas mulheres que foram historicamente marginalizadas e tiveram suas memórias apagadas (BAUDELAIRE, 2019a, p. 5) em prol de uma narrativa oficial androcêntrica e putafóbica.

Saliento ainda que nos jornais pesquisados não foi possível identificar as trabalhadoras sexuais travestis, uma vez que as notícias fazem referência apenas às mulheres cisgêneras. Suas presenças são completamente apagadas, ainda que elas também tenham construído as paisagens pelotenses novecentistas. Quanto às trabalhadoras sexuais cisgêneras que aparecem nos jornais, estas são, em grande maioria, brancas. Todavia, temos que pensar que se para uma mulher branca e pobre no final do século XIX e começo do século XX, período pós-abolição da escravidão, haviam poucas alternativas de trabalho, para as mulheres negras haviam menos ainda. Conforme Djamila Ribeiro, se as mulheres brancas eram discriminadas por serem mulheres, também eram privilegiadas por serem brancas (RIBEIRO, 2019). Logo, as mulheres negras eram discriminadas por serem mulheres e negras<sup>25</sup>. E seguem sendo. O trabalho doméstico e o trabalho sexual pagos constituíam algumas das poucas possibilidades de atividades que eram executadas por mulheres negras, tanto para aquelas que conquistaram sua liberdade, quanto para as descendentes de pessoas escravizadas. Portanto, um número significativo dessas mulheres eram prostitutas e estavam ocupando os prostíbulo de Pelotas.

## **2.1 Mapeando as prostíbulo do começo do século XX**

Começo esta análise por duas ruas já mencionadas pela Mestra Griô Sirley Amaro como locais onde o trabalho sexual era realizado, como vimos no primeiro capítulo: a rua 3 de Fevereiro (atual Major Cícero) e a rua Doutor Cassiano.

### **Rua 3 de Fevereiro (atua Major Cícero)**

---

<sup>25</sup> Como ressalta Djamila Ribeiro em seu texto intitulado “Por um olhar interseccional”, publicado em 2015, “todas as mulheres sofrem machismo, mas, dependendo de sua posição social, podem oprimir outros grupos. Essa perspectiva de que todas as mulheres sofrem igualmente é desumana, porque essa universalização da categoria mulheres foi feita tendo como base uma mulher branca, heterossexual e de classe média. O racismo cria uma hierarquia de gêneros e ao dizer que todas sofreremos iguais, quando sabemos que não, perpetuamos essa representação que deixa de fora muitas mulheres e cria uma hierarquia de vidas; escolhe quais vidas devem ser representadas e consequentemente salvas.” (RIBEIRO, 2015, n.p.).

A maioria das notícias apresentadas pelo jornal que fazem referência à rua 3 de Fevereiro indicam que nesta haviam prostitutas morando, mas não é possível afirmar que estas casas eram prostíbulos, como é o caso da denúncia feita pelo O Rebate no dia 27 de abril de 1915 (p. 1):

“QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

Chama-se a atenção da policia as sucessivas BADERNAS promovidas por umas mulheres da vida airada, moradoras à rua 3 de fevereiro, junto ao CAFÉ COIMBRA. Essas mulheres vivem constantemente embriagadas, cometendo actos contrários á moral publica. A policia não é alheia ao procedimento incorreto de taes mulheres, pois mais de um guarda já tem feito companhia ás mesmas na mesa das tascas (...)”.

Além disso, elenca notícias sobre a tentativa de suicídio de Lydia Pereira, trabalhadora sexual que morava nesta rua e que veio a falecer após a ingestão de uma grande dose de lysol, como noticiou o jornal correspondente ao dia 10 de novembro de 1914.

TENTATIVA DE SUICIDIO

O LYSOL EM SCENA

(...) Hontem coube a vez à rapariga de vida facil Lydia Pereira, de 18 annos de idade, casada e residente á rua 3 de Fevereiro n. 112. Lydia tendo feito uma scena de ciumes com o seu querido resolveu morrer e sem tirtte nem guarte ingeriu uma forte dose de Lysol. Dahi a instantes esse corrossivo começou a sua destruidora obra e as companheiras da tresloucada mulher scientificando-se do succedido brandaram por soccorro. Immediatamente foram chamados os Drs. Luiz Pereira Lima e Bernardino Gomes de Abreu que ministraram os antidotos applicaveis em casos taes, livrando Lydia da morte. O seu estado é melindroso.” (O Rebate de 9 de novembro de 1914, p. 2).

*Casa da Caftina Vassoureira de tal*

Apenas uma notícia, entre os jornais pesquisados, faz menção direta a um prostíbulo situado na rua 3 de fevereiro, mais especificamente entre as ruas General Osório e Andrade Neves, a casa da caftina Vassoureira de tal, assim denominada pelo jornal. Nesta mesma notícia, referente ao ano de 1917, o repórter conta o que aconteceu com Paulina Corrêa, de 13 anos de idade:

“NUM ANTRO DE PERDIÇÃO

EFFEITOS DA CAFTINAGEM

(...) Há muito que Paulina Corrêa, de 13 annos de idade, filha de José Corrêa, proprietário do “Kiosque Santo Antônio”, sito á rua General Osório, esquina Senador Mendonça, andava de namoro com um rapaz, cujo nome não conseguimos saber. Hontem, ás 20 horas, Paulina abandonou a casa de seus paes e foi para a casa da caftina Vassoureira de tal. Á rua 3 de fevereiro n. 360, entre Osório e Andrade Neves.

O pae de Paulina, sentindo falta de sua filha, deu parte á policia e esta sahiu em perseguição da menor. Consequindo dete-la mesmo na occasião em que entrava no referido antro e onde seu sedutor já a esperava. Na occasião em que este viu a policia, poz-se em fuga. Paulina foi removida para a casa, negando-se a fazer confissão alguma, dizendo que sahiu de casa por sua vontade propria. Ouvimos, e de certo é isso a pura verdade, que a infeliz menina vinha de ha tempos a esta parte, sendo seduzida pela caftina Acemia e pelas precoces messalinas que habitam o seu esterquilino. Este é um dos mais escandalosos prostíbulo de Pelotas. Alli vivem, no mais ascoros deboche, quatro ou cinco meninas, algumas ainda impuberes, as quaes servem de repasto a quantos as procuram para o amor mercenario! (...)" (O Rebate de 15 de setembro de 1917).

É importante problematizar o que ocorreu com Paulina para pensar a relação da prostituição na conjuntura passada com a prostituição na conjuntura atual. Conforme salienta Amara Moira no prefácio do livro de Monique Prada, as trabalhadoras sexuais (que vivem atualmente) são “pessoas (adultas e capazes de consentir) que tiram seu sustento do sexo. Trabalhadoras, portanto, e não crianças ou pessoas prostituídas, traficadas, mantidas em situação de cárcere e/ou vítimas de estupros constantes” (PRADA, 2018, p. 12). É necessário fazer a diferenciação: trabalho sexual é trabalho. Exploração sexual, estupro e tráfico de pessoas são crimes – e não trabalho<sup>26</sup> (Ibidem, p. 58). Por conseguinte, o ocorrido que foi noticiado pelo jornal O Rebate de 1917, seria descrito, nos dias de hoje, como exploração sexual e não como trabalho sexual. Temos que levar em conta, ainda, que outras menores de idade eram vítimas do que atualmente denominamos de exploração sexual e também que muitas mulheres que aparecem nas notícias enquanto prostitutas adultas podem ter sido vítimas da exploração sexual quando eram crianças ou adolescentes. No Brasil, a lei expressa no artigo 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que prevê como crime a exploração sexual de crianças e adolescentes (PRADA, 2018, p. 58) só foi criada no final do século XX, mais precisamente no ano de 1990.

Por outro lado, também devemos considerar que de 1890 até 1916, a idade limite para casar oficialmente era, para as mulheres, 14 anos e para os homens, 16 anos. Menores deveriam ter o consentimento dos pais para casarem-se até atingirem 21 anos (LEVY, 2009). Com o Código Civil de 1916, a idade limite aumentou dois anos: para casarem-se, mulheres deveriam ter 16 anos e os homens 18 anos, perante autorização do responsável (Idem). A pedofilia não era considerada um crime, como é nos dias de hoje.

---

<sup>26</sup> Como destaca Monique Prada (2018), o que deve ser combatido é a exploração sexual, o estupro e o tráfico de mulheres, e não o trabalho sexual, que é executado por mulheres adultas.

Além disso, o trabalho infantil, antes da República Velha, vigorava nas fábricas. Com a Constituição de 1934, as/os menores de 14 anos foram proibidas/os de exercerem quaisquer tipos de trabalho.

Também não é possível saber se as mulheres trabalhadoras sexuais que viveram naquele tempo e que aparecem nos jornais, eram vítimas ou não de estupros constantes, sendo obrigadas a terem relações sexuais sem o seu consentimento, ainda que a cultura do estupro permeie a sociedade brasileira desde a colonização. Mas, devemos levar em conta os ambientes de extrema violência aos quais estas mulheres estavam expostas, sendo física e psicologicamente agredidas pelos frequentadores dos prostíbulos onde trabalhavam, pelos “caftins” e também por policiais, sofrendo diversas formas de opressão, como as notícias encontradas nos jornais geralmente relatam.

Além disso, acrescenta-se as tentativas do que hoje denominamos de feminicídio, o assassinato de mulheres por homens, motivados por sentimentos de posse e ciúmes, a inferiorização da figura feminina e o ódio, que na década de 1910 era denominado “crime passional” ou “crime de paixão” (ALEIXO, 2019) como uma forma de não punir os assassinos. Afinal, temos que pensar que o prostíbulo sempre foi (e ainda é) um lugar seguro para o machismo, onde a misoginia faz ninho (PRADA, 2018, p. 37). Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que as principais vítimas de feminicídio sempre foram as mulheres casadas. Portanto, acabar com a prostituição não é acabar com os corpos disponíveis para objetificar, explorar e humilhar, porque isso já acontece dentro dos casamentos gratuitamente, conforme Santuzza Souza (2018).

A notícia abaixo relata a agressão que sofreu Gertrudes de Oliveira pelo indivíduo Pedro Lucas. No primeiro posto policial, ao qual seu agressor foi encaminhado, concluiu-se que a causa pelo qual ela sofreu os ferimentos foi simplesmente “ciúmes” acompanhado de uma “grande pressão alcoólica”.

#### “AGRESSÃO E FERIMENTOS

Sabbado, á 1 hora, á celeberrima quadra da rua Tiradentes, entre General Victorino e 15 de Novembro, na tasca do “Mãosinha”, o individuo Pedro Lucas, agrediu armado de um caco de garrafa, à mulher Gertrudes de Oliveira, fazendo-lhe dois ferimentos, um na cabeça e o outro na região abdominal, ambos do lado esquerdo. A victima foi conduzida para a Santa Casa e o aggressor recolhido ao xadrez do 1º posto. Deram causa á agressão, ciúmes e grande pressão alcoólica.” (O Rebate de 28 de dezembro de 1914, p. 2).

A culpabilização da mulher, vítima da agressão, era (e ainda é) uma estratégia usada para que o homem, o agressor, fosse visto como a vítima, neste caso, por conta do ciúmes que a mulher lhe causou. A partir dessa inversão de papéis e com as leis ao seu favor, homens ficavam impunes por violentarem mulheres.

Deparei-me com notícias de duas prostitutas que tinham por apelido “Polaca”, Albertina Lukewi, cuja crônica em que ela aparece foi anteriormente citada, e também Emilia Podovisky que aparece na seguinte notícia referente ao jornal do dia 26 de dezembro de 1914 (p. 2):

“ESPANCAMENTO A RUA TIRADENTES

“No outro, fregue, á rua Tiradentes, de propriedade de Fractuoso Alves, houve, quinta-feira, ás 19 horas, grossa baderna. Um individuo, depois de beber á farta, esbofeteou a mundana Emilia Podovisky, por automasia “Polaca”, tentou alvejar o dono do fregue. Dois marinheiros que se encontravam no local desarmaram o “valiente” e entregaram-no á policia. No 1º posto o badernista não quis declarar o seu nome.”

Então me questionei, a partir da leitura de Rago sobre o tráfico das “escravas brancas” (1991, p. 285-291), se estas mulheres sendo supostamente de nacionalidade polonesa, não haviam sido trazidas de seu país – onde viviam em situações precárias – para os prostíbulos por traficantes, com a esperança de terem uma vida melhor no território brasileiro, sendo, portanto, vítimas do tráfico. Contudo, temos que considerar que “muitas brasileiras faziam-se passar pelas nacionalidades mais requisitadas no mercado do prazer [como polonesas e francesas], adotando apelidos como Ivonne, Lulu, Lili, Jeannette, Rosita, Renée, tingindo os cabelos ou falando com sotaque” (RAGO, 1991, p. 292). Além disso, se a expressão “polaca”, de uma maneira geral, designava as polonesas, nem sempre era sinônimo de prostituta, como nos estados onde a imigração eslava havia sido maior: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Idem). Em estados como Rio de Janeiro e São Paulo ocorria exatamente o inverso, pois o termo aludia às prostitutas. Por “polacas” entendia-se mulheres loiras vindas de países da Europa oriental, que a imaginação popular romantizava e confundia totalmente (RAGO, 1991, p. 292). Isto é, também havia a possibilidade de terem vindo para o Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, junto com suas famílias – e não a partir do tráfico – e terem começado a executar o trabalho sexual pago posteriormente ou ainda, de serem mulheres que já exerciam a atividade em suas cidades de origem (PRADA, 2018, p. 54) e que vieram para o Brasil em busca de melhores qualidades de vida. Entendo que esta questão precisaria de um maior aprofundamento e que, por conta da escassez de fontes sobre as trabalhadoras

sexuais, talvez não seja possível compreender quem eram as mulheres Albertina Lukewi e Emilia Podovisky.

Considero importante evidenciar, através destas reflexões, que o fenômeno da prostituição pelotense do começo do século XX deve ser tratado dentro do seu contexto histórico, levando em conta as particularidades próprias do período, para que nos afastemos de uma visão presentista sobre a temática. Entender que nesta época a prostituição se caracterizará como a comercialização sexual do corpo feminino (RAGO, 1991, p. 54), a partir do conceito elaborado no século XIX que teve como respaldo o discurso médico-policia. Onde “a figura da prostituta poderá ser estrategicamente redefinida, aparecendo como parâmetro de *limite* para o comportamento feminino no espaço urbano” (Idem). Por isso, considero que todas as mulheres que viveram no começo do século XX e que comercializavam sexualmente seus corpos, incluindo as que foram submetidas à violências das mais diversas e as menores de idade, eram trabalhadoras sexuais daquele período, visto que naquele tempo não vigoravam as mesmas leis que existem hoje.

Entretanto, não podemos deixar de considerar os contextos de violência e abusos aos quais as mulheres que viveram no período estavam submetidas, não apenas no interior dos prostíbulos, como também dentro do seu próprio matrimônio, nas suas casas. Pois não é no lar onde as mulheres casadas devem realizar o trabalho sexual não pago, muitas vezes sem o seu consentimento, sendo estupradas por seus maridos, por este “não trabalho” (o trabalho sexual) ser tomado enquanto sua obrigação como esposa, bem como o trabalho doméstico e o trabalho reprodutivo? Como afirma Prada, “a prostituição, junto com o matrimônio, é uma das instituições mais sólidas da sociedade patriarcal” (2018, p. 44) e é no prostíbulo, um ambiente de relativa domesticidade frequentado por homens, em sua maioria “pais de família”, onde o trabalho sexual pago é exercido. Ou seja, o prostíbulo está intrinsecamente atrelado ao lar, conforme Prada, constituindo assim um “dispositivo de dominação patriarcal” (COSTA, 2017, p. 47). Inclusive devemos ter em mente que muitas mulheres saíam de seus casamentos abusivos, onde eram oprimidas e violentadas cotidianamente por seus companheiros e passavam a exercer o trabalho sexual remunerado como uma alternativa para garantir seu sustento. Este é o caso de Antonietta Dias Louzada, de 15 anos de idade:

Antonietta Dias Louzada, é como se chama uma infeliz rapariga que tendo casado com Waldemar Soares Louzada não foi feliz com o matrimonio pois era frequentemente castigada. A infeliz em pouco tempo de consorciada tem conhecido diversos mistéres, já foi actriz, tendo trabalhado nas companhias “Popular Portuguesa” e “Cidade de Pelotas”. O seu deshumano esposo não a deixava ficar sossegada, após 10 ou 15 dias de separação ia buscal-a e passados alguns dias espancav-a. Antonietta, cançada de apanhar, abandonou de vez seu marido, entregando-se á prostituição. O seu algoz, não obstante a vida que sua mulher tinha abraçado, procurou-a e ofereceu-lhe viverem juntos. A infeliz accedeu aos desejos de seu marido e passados alguns dias foi barbaramente castigada. Abandonou o lar renunciando para sempre á vida do mesmo. Hontem, às 20 horas, encontraram-se os esposos á rua General Telles, esquina da General Victorino e Waldemar fez-lhe a proposta de mais uma vez juntarem-se. Antonietta recusou-se terminantemente a acompanhá-lo e o selvagem, vendo-se contrariado, pucha de um grande canivete e desfere sobre a infeliz mulher um golpe, que foi attingil-a na região lombar, lado esquerdo. Além disso rasgou-lhe as vestes. Antonietta sentindo-se ferida chamou o auxilio da policia, tendo o seu fero agressor fugado. A victima, que conta com 15 annos, é branca, foi recolhida á Santa Casa, recolhendo-se em seguida em á sua residencia, a rua Manduca Rodrigues nº 518” (O Rebate de 26 de abril de 1915, p. 2).

### **Rua Doutor Cassiano**

#### *Casa de Tolerância de Maria do Trote*

Na rua Doutor Cassiano deparei-me com a Casa de Tolerância de Maria do Trote. Esta aparece em duas notícias do jornal O Rebate: a primeira, de 1915, apresenta a tentativa de suicídio de Albertina Lukewi, de apelido Polaca, a partir da ingestão de uma pequena dose de lysol e a segunda, de 1916, mostra o relato do que acontecera à Marietta Madureira, ex-moradora da pensão de Maria do Trote.

#### **“UMA ‘ENCRECA’ POR CAUSA DAS ROUPAS**

A mulher Marietta Madureira, ha dias retirou-se da pensão da meretriz conhecida por Maria do Trote, á rua Dr. Cassiano. Marietta não poudé pagar a pensão, porem, deixou como garantia de sua divida as roupas todas que possuía. Com o frio, que tem feito, a Marietta foi ter com a sua credora, afim de ver se conseguia pelo amavel retirar as suas roupas. Credora e devedora tiveram uma troca de palavras, que quase chegou as vias de facto. Houve uma “encreca” medonha que chegou ao conhecimento do sr. Delegado de policia, o qual prometeu agir de conformidade com a lei...” (O Rebate de 12 de junho de 1916, p. 3).

A partir deste relato fiquei me perguntando se Marietta Madureira era prostituta ou não, já que quando o jornal faz referência às prostitutas estas são chamadas de “mulheres de vida airada”, “horizontais”, “mundanas”, “meretrizes”, “decahidas”, “mulheres da vida facil”, “hetairas”, entre outros. A notícia não faz nenhuma associação do nome de Marietta à prostituição, ainda que ela estivesse hospedada na mesma pensão em que vivia a trabalhadora sexual Albertina Lukewi.

## Rua Voluntários da Pátria

### *Casa de Tolerância de Rosalina Maia*

Sobre a rua Voluntários aparecem notícias que fazem referência à duas casas de tolerância que nela ficavam situadas: uma de propriedade de Rosalina Maia e a outra de Maria Pereira. A primeira aparece duas vezes em notícias correspondentes ao ano de 1914 e estava associada à tentativas de suicídio, sendo uma delas relacionada à trabalhadora sexual Innocencia Ramos, amiga de Lydia Pereira, falecida após ingestão de grande quantidade de lysol e outra associada à trabalhadora sexual Joanna Mascarenhas.

#### “TENTATIVA DE SUICIDIO

Hontem às 21 horas, na casa de tolerancia de Rosalina Maia, á rua Voluntarios n. 54, a horizontal Innocencia Ramos, vulgo “Pequena” de 22 annos de idade, solteira impressionou-se com o suicidio de sua amiga Lydia Pereira e resolveu matar-se tambem. Para levar a efeito o seu tentamen mandou comprar uma pequena quantidade de permanganato de potassio, diluiu-a em agua e ingeriu o toxico. Chamado o Dr. Armaldo Menezes medicou a “Pequena” deixando-a fóra de perigo.” (O Rebate de 11 de novembro de 1914, p. 2).

#### “TENTATIVA DE SUICIDIO

Homtem, às 11 horas da noite, na casa de Tolerancia de Rosalina Maia, sita á rua Voluntarios, tentou suicidar-se, ingerindo certa quantidade de lysol, a mulher de nome Joanna Mascarenhas. Ciumes levaram-na a fazer essa “Fita”. Joanninha foi attendida pelo sr. Dr. Botafogo, achando-se fóra de perigo. Ora, a Joanna...” (O Rebate de 17 de dezembro de 1914, p. 2).

A outra notícia onde é descrita a Casa de Tolerância de Rosalina Maia corresponde ao ano de 1915 e mostra o que pode ser o seu novo endereço ou, até mesmo, sua localização mais precisa, visto que este é referenciado na esquina entre as ruas Santa Cruz e Voluntários.

#### “CIUMES E TIROS

Antonio Nogueira Sobrinho, empregado da cocheira Simões & Mello enciumado porque a sua “deusa”, “bateu a linda plumagem” foi à casa de tolerância de Rosalina Maia, à rua Santa Cruz, esquina Voluntários, quebrou muitos vidros e disparou alguns tiros. Esse facto passou-se às 23 ½ horas e policia nada viu...” (O Rebate de 14 de abril de 1915, p. 2).

### *Casa de Tolerância de Maria Pereira*

A notícia restante faz menção à casa de tolerância de Maria Pereira, situada na rua Voluntários, entre Marechal Deodoro e Paysandu (atual Barão de Santa Tecla). Esta, publicada em 1915, traz queixas à ineficiência da polícia pelotense, acusando-a de estar mancomunada com a “caftina” por não intervir contra os escândalos causados pelas meretrizes que moram na casa e, inclusive, pela própria Maria Pereira, perturbando a ordem e assolando as ditas “famílias de bem” que residiam em suas proximidades.

**“PELA MORAL**

Moradores da rua voluntarios, entre Marechal Deodoro e Paysandú, quexam-se-nos de que as mulheres domiciliadas na casa de tolerancia de Maria Pereira, inclusive esta, se conduzem de modo assas inconveniente, attentando contra a moral publica e os bons costumes. Especialmente á noute, dão-se ali scenas escandalosas, por entre palavriado chulo e gestos immoraes. Apezar disso, a policia nada vê, pois a dona daquelle antro de perdição, segundo ella mesma diz, ESTÁ LIMPA com certa autoridade, de quem é comadre e, talvez... ALGO MÁ. Ainda ha pouco, houve a iniciativa de um abaixo-assignado, solicitando ao poder competente as providencias necessarias, no sentido de cohibir as immoralidades que estamnos relatando. Entretanto, nada se conseguiu porque o GROSSO da zona fez ouvidos de mercador. Aqui deixamos consignada a queixa, muito embora seja isto MALHAR EM FERRO FRIO. Manda quem póde e o mais é conversa fiada...” (O Rebate de 11 de julho de 1915, p. 1).

**Rua Marquez de Caxias (atual Santos Dumont)**

Outra casa de tolerância situava-se na rua Marquez de Caxias (atual Santos Dumont), nas imediações da Santa Casa. A notícia em que esta rua aparece também relata o ferimento sofrido pela trabalhadora sexual Generoza Alves de Azambuja na mencionada casa de tolerância, conforme a notícia do jornal O Rebate do dia 3 de novembro de 1914 (p. 2):

**“CHARIVARI**

**Mulher ferida**

Em uma casa de tolerancia à rua Marquez de Caxias, proximo á Santa Casa, houve um grosso sarilho, resultando ficar ferida, na nadega direita, a mundana Generoza Alves de Azambuja, de 24 annos de idade. Ao trilhar de apitos compareceu a policia, que prendeu parte das pessoas envolvidas no barulho. Generoza foi pensada na Santa Casa e recolheu-se depois à sua residencia.”

**Rua Aquidaban (atual Coronel Alberto Rosa)**

A primeira notícia que li, correspondente a rua Aquidaban (mais precisamente, na esquina com a rua General Telles), foi publicada no dia 1 de abril de 1915 e não faz referência direta à prostituição e às prostitutas. Por isso, não se pode dizer que o local era um prostíbulo, já que as notícias do jornal relacionadas às jogatinas também descrevem os locais onde eram realizados os jogos de azar enquanto “antros de immoralidade”.

“ANTRO DE IMMORALIDADE

A’ rua General Telles, esquina Aquidaban, existe um escoroso antro de immoralidade, onde se sucedem as scenas mais condemnaveis e offensivas da moral pública. Alem disso, as desordens são constantes ali, não podem as familias permanecer às janelas, nem transitar pelo local. Chamamos a atenção da autoridade competente paro o facto” (O Rebate de 1 de abril de 1915, p. 2).

*Casa de Tolerância de Ambrozina Azevedo*

Todavia, outra notícia descreve a Casa de Tolerância de Ambrozina Azevedo, também situada na rua Aquidaban. Esta foi publicada no dia 24 de maio de 1915. Fiquei me questionando se a notícia anterior não fazia referência a esta casa, apesar do relato do jornal não afirmar que ela se localizava na esquina da rua Aquidaban com a rua General Telles, mas apenas na rua Aquidaban. Ademais, a notícia demonstra a indignação do repórter por conta dos bailes realizados na casa que, embora fossem ilegais, contavam com o apoio dos guardas do 2º posto policial da cidade.

“REVIRA

Quotidianamente realisam-se REVIRAS na casa de talerancia da mulher Ambrozina Azevedo, á rua Aquidaban n. 208. E’ necessario notar que para esses bailes não ha licença e que fazem de porteiros, mestre de sala e directores da festa, guardas do 2º posto. No baile havido domingo, foi chefe da festa, o auxiliar Honorio do 2º posto. Por ter comparecido ao baile e não querer pagar entrada foi prezo Rodrigo Silva com vista ao comissario Mira” (O Rebate de 24 de maio de 1915, p. 3).

**Rua General Netto**

O jornal O Rebate apresenta duas notícias em que a rua General Netto é mencionada. A primeira notícia é de 19 de abril de 1915 e foi citada anteriormente. Esta denuncia o mau comportamento de “mulheres da vida fácil” (como o jornal se refere às trabalhadoras sexuais) que residem nesta rua, em frente ao Clube Commercial, por estarem importunando a vizinhança. Entretanto, a notícia não faz

referência a uma casa de prostituição específica, apenas a localidade onde estas mulheres estavam morando. Já a segunda notícia cita uma casa de tolerância situada na rua General Netto, entre as ruas General Victorino (atual Padre Anchieta) e Felix da Cunha, sem mencionar o nome da proprietária ou proprietário da casa, bem como nomes de prostitutas.

**“PRISÃO DE UM VIGARISTA**

Foi preso, hoje, á tarde pelo policial, ordenança do sr. Delegado de policia, um individuo que se homisara na casa de tolerancia sita á rua General Netto, entre General Victorino e Felix da Cunha. Esse indivivuo é accusado de varias “vigarices”. Pormenorisaremos o facto, amanhã.” (O Rebate de 28 de abril de 1915, p. 2).

**Rua General Argollo**

A rua General Argollo aparece na notícia referente ao dia 1 de junho de 1915, onde é mencionada uma casa de tolerância que se situava na esquina desta com a rua 15 de Novembro. Também relata a agressão sofrida pela trabalhadora sexual Ernestina Rodrigues, moradora desta casa.

**“AGRESSÃO**

Hontem, ás 2 ½ horas, os dezordeiros Arthur Guilherme, Americo Galheni, vulgo “Castelhano” e Oscar Vianna aggreDIRAM á meretriz Ernestina Rodrigues, moradora na casa de tolerancia á rua General Argollo, esquina 15 de novembro. Esses individuos esperaram a infeliz mulher no Kiosque de Dorvalino Chagas, sito á rua Argollo. Quando Ernestino passava esses bardenistas aggreDIRAM-na a bofetadas. A victima gritou e compareceu no local o guarda nº 9 do 3º posto a quem os “valientes” receberam á facção. O nº 9 não entimidou. Conseguindo prender a Americo tendo fugado os seus companheiros” (O Rebate de 1 de junho de 1915, p. 2).

Fiquei me questionando se o Kiosque de Dorvalino Chagas, situado na rua General Argollo, também não era um prostíbulo. Ou ainda, se a casa de tolerância mencionada não era o próprio Kiosque. Entretanto, para fazer estas inferências precisaria de mais informações sobre os prostíbulos da rua General Argollo, que não apareceram em meu universo de pesquisa.

**Rua Tiradentes**

Na rua Tiradentes foi onde encontrei a maior concentração de casas de prostituição, principalmente entre as ruas General Victorino (atual Padre Anchieta) e 15 de novembro. Esta quadra era chamada pelos jornalistas do O Rebate de “Bairro

Sujo” por ser um local com grande presença de prostíbulos e das chamadas casas de tavolagem (casas de jogos), demonstrando o discurso higienista vigente no período. Este discurso foi responsável por vincular o trabalho sexual pago, conforme Rago (1991), à imagem da imundície, da sujeira, da doença, de tudo aquilo que causa repugnância e que deve ser repellido e combatido para o “bem da sociedade”, e tem como objetivo legitimar a exclusão de trabalhadoras sexuais do centro da cidade. A quadra ficava situada nas proximidades do Mercado Público, já que a localização deste também abrangia a rua Tiradentes e a rua 15 de novembro, como é possível ver na única imagem da década de 1910 que encontrei da Rua Tiradentes. Isso me levou a pensar, juntamente com Violet Baudelaire, que “talvez a ausência destes registros [de um trecho situado no centro de Pelotas] seja o grito de que se quis esconder algo ali, ou talvez, do que não se queria ver, já que [no jornal] aparecem tantos relatos nessa região” (BAUDELAIRE, 2019a, p. 8).



**Figura 8:** Rua Tiradentes (esquina com a rua 15 de novembro) e Mercado Público no ano de 1919.  
Fonte: Almanaque do Bicentenário de Pelotas (v. 2), 2014.

A foto, registrada no ano de 1919, mostra a parte mais central da cidade. Nela vemos o prédio da Prefeitura Municipal, localizado entre as ruas Lobo da Costa e 15 de novembro. Sua entrada (pela 15 de novembro), ficava em frente à Praça Coronel Pedro Osório, que também compreendia essa rua em termos de extensão. É possível ver ainda o Theatro Sete de Abril, localizado na rua Marechal Floriano entre as ruas 15 de novembro e General Victorino, também disposto em frente à praça principal da cidade.

Se atentarmos para a rua Tiradentes, entre as ruas 15 de novembro e General Victorino, podemos identificar algumas casas situadas na quadra denominada pelo O Rebate de “Bairro Sujo”. Na esquina com a rua 15 de novembro é possível identificar uma casa com o nome de um comércio na fachada, denominado “Armazem Tavares”. Esta é de arquitetura eclética, possuindo ornamentação e platibanda, bem como o sobrado que está ao seu lado. A casa restante, onde é possível ver na foto apenas uma pequena parte sua, possui estilo colonial (luso-brasileiro), sendo de tipologia “porta e janela” e era desprovida de platibanda e ornamentação. Como podemos ver na imagem, as edificações coloniais possuem atributos que as diferenciam de edificações ecléticas, que, por sua vez, são posteriores àquelas (THIESEN, 1999, p. 88). Segundo Thiesen (1999), a partir das considerações de Bello (1997), o ecletismo tem sido considerado como um movimento que, em sua origem e evolução, está associado à trajetória de ascensão da burguesia (BELLO, 1997, p. 36 apud THIESEN, 1999, p. 90). Este foi inspirado pelo ideal de progresso e modernidade que se faziam presentes “no Iluminismo, nos ideais da Revolução Francesa, na industrialização, na transformação do estilo de vida, na emergência do nacionalismo, no positivismo, nas imagens do cinema” (Idem). Portanto, a casa de arquitetura colonial poderia ser uma construção mais antiga do que as casas de estilo eclético.

Se observarmos a foto, veremos também que em frente as três casas, ao outro lado da rua, existe um telhado semelhante ao que possuem as chamadas casas em fita, de tipologia “porta e janela”. Seriam as residências situadas desse lado da rua um conjunto de casas que possuem telhados contíguos e, portanto, de arquitetura colonial?

Na paisagem de hoje a casa da esquina encontra-se relativamente preservada, enquanto a casa que está ao seu lado apresenta apenas alguns elementos que foram preservados da construção original (figura 9). Já a casa de estilo colonial foi demolida por completo. Em frente a essas casas, sobrevive na paisagem apenas uma casa de arquitetura eclética, localizada na esquina, que pode ter sido construída posteriormente ao ano de 1919, já que ela não é visível na foto. Ao seu lado estão casas que foram construídas, provavelmente, entre o final do século XX e começo do século XXI. Estas são destinadas ao comércio local, bem como a casa de arquitetura eclética (figura 10).



**Figura 9:** Casas da rua Tiradentes, entre 15 de novembro e General Victorino. Foto: Melina Monks da Silveira (2020).



**Figura 10:** Casas da rua Tiradentes, entre 15 de novembro e General Victorino. Foto: Melina Monks da Silveira (2020).

Não poderia deixar de me questionar se estas residências que aparecem na foto de 1919 foram casas de prostituição durante os anos de 1914 a 1917. Afinal, quais eram os prostíbulos que ficavam situados na quadra da rua Tiradentes, entre as ruas General Victorino e 15 de novembro? Seria possível fazer inferências sobre as características destas edificações?

### *Café da Infância*

O Café da Infância foi um prostíbulo que tinha como proprietário “Mãosinha”. Acredito que ele tenha ganhado este apelido por conta de alguma deficiência que possuía em uma das mãos, considerando que na sociedade burguesa, tendo como respaldo o discurso médico, criou-se imagens estereotipadas e preconceituosas das pessoas com deficiência. Dessa forma, o capacitismo, assim como outras formas de discriminação, também moldava (e molda) as relações de poder.

O proprietário do Café da Infância é descrito na notícia do jornal *O Rebate* do dia 8 de fevereiro de 1915 (p. 3) como “o ‘Jesus’ d’aquella zona”, ou seja, do chamado “Bairro Sujo”. O jornalista também afirma que seu prostíbulo funciona com o apoio da polícia, sem que qualquer intervenção seja feita no local. Logo, o envolvimento de “Mãosinha” com o poder público faz com que ele não seja punido pelas autoridades.

#### “O MÃOSINHA

O proprietário da immunda tasca, á celebre quadra da rua Tiradentes, denominada “Café da Infância”, conhecido pelo antonomasia de “Mãosinha” é o “Jesus” d’aquella zona. Paschoal Bonifacio de Bomfim, cozinheiro do “Hotel Portugal” foi á casa do Mãosinha e pediu 6 garrafas de cerveja, ingerindo o liquido em companhia de alguns camaradas. Pegou a despeza, ficando os copos cheios de cerveja. O proprietario da espelunca, possuído de furia, quebrou copos e garrafas e quiz desancar o seu freguez. Paschoal procurou os guardas 12 e 14 que davam serviço na quadra e lhes poz ao corrente do sucedido. Estes declararam que nada podiam fazer. Ao que nos consta Mãosinha é acobertado por um “grande” na policia, d’ahi a impunidade que gosa.” (*O Rebate* de 8 de fevereiro de 1915, p. 3).

A notícia referente ao dia 4 de janeiro de 1915 (p. 2) parece atestar a impunidade que privilegia “Mãosinha”, já que apenas a trabalhadora sexual Carlota de tal foi presa ao cometer algum delito – descrito no jornal como “grande fita” –, juntamente com o proprietário do Café da Infância. “Mãosinha” não foi preso.

“Ainda na mesma zona cabulosa, o proprietário da bodega do “Mãosinha” fez grande fita com a horizontal Carlota de tal. A policia fez acto de presença, prendendo a citada mulher.” (*O Rebate* de 4 de janeiro de 1915, p. 2).

As prostitutas, além de trabalharem no Café da Infância, também residiam no local. Este, além de servir de moradia e local de trabalho para as trabalhadoras

sexuais, também vendia bebidas alcólicas para seus clientes, sendo uma espécie de bar. A notícia referente ao jornal do dia 12 de dezembro de 1914 (p. 3) relata a tentativa de suicídio da trabalhadora sexual Tininha que morava no prostíbulo do “Mãosinha”. Vale destacar que neste relato, assim como nos outros que citei anteriormente, os jornalistas utilizam-se de um tom bastante irônico, potencialmente machista e putafóbico, que desqualifica a figura das mulheres, o seu sofrimento e as reais causas que levaram estas trabalhadoras a terem pensado em se suicidar, com o intuito de chamar atenção do público e, conseqüentemente, vender mais jornais.

“PSEUDO-SUICIDIO

Hontem á noite, a rapariga de vida facil de nome Tininha, moradora no prostibulo do “Mãosinha”, á rua Tiradentes, resolveu morrer e ingeriu uma pequena quantidade de Lysol. Dentro em pouco sentiu Tininha os efeitos do toxico e arrependeu-se do acto que commettera, brandou por soccorro compareceu a policia e a “suicida”, foi posta fóra de perigo. Amores mal correspondidos levaram a infeliz a esse acto “fiteiro”. “A suicidite” está pegando, como a mania dos revistas. Parecem até irmãs gêmeas.” (O Rebate de 12 de dezembro de 1914, p. 3).

Tininha também aparece na notícia do jornal correspondente ao dia 14 de dezembro de 1914 (p. 2), em um relato de caráter bastante sensacionalista, onde se privilegia o sarcasmo na linguagem utilizada.

“QUADROS VIVOS

A APOLOGIA DO NU

Sempre a rua Tiradentes

Na faina diaria de registrar factos passados nas ruas já nos habituamos a descrever as scenas havidas na celebre quadra da rua Tiradentes, entre 15 de novembro e General Victorino. Terriveis borracheiras, grande badernas, ciumeiras e suicidios, punhaladas, tiros e pancadaria grossa, dão-se quatro diariamente. O facto que vamos registrar é inedito, em Pelotas. A meretriz Tininha, em companhia de outras “hetarias”, foi a espelunca denominada “Café da infância”, e, com as collegas, despiu os trajes, envergou roupas de renda, sahindo a passeio... N’essa exhibição de plastica se divertiram até aborecer-se: Os guardas que policiam aquelle trecho, que envergonha Pelotas, nada viram, ou aliás viram e... gostaram. Santa cegueira...” (O Rebate de 14 de dezembro de 1914, p. 2)

Desse modo, os jornalistas do O Rebate buscam criar o estigma da puta do Bairro Sujo, uma mulher desordeira e escandalosa, que vende seu corpo à homens de índole bastante questionável nas bodegas da Tiradentes, entre 15 de novembro e General Victorino. Este estigma construído seria um modo de legitimar os discursos formados pelas famílias que reclamavam da importunação causada pelos prostíbulos, com o objetivo de garantir a venda de seus exemplares, formando uma opinião pública contrária aos “antros de immoralidade” do “Bairro Sujo”. Afinal, aquelas mulheres

deveriam ser jogadas para áreas mais afastadas do centro, junto com as “immundas tascas” onde trabalham, deixando assim aquele espaço tão central livre para que as famílias pudessem ali residir.

Gouvêa (2013), conforme as considerações de Fausto (2013), afirma que a quantidade de crimes noticiados e os destaques nos jornais que eram publicados durante a década de 1880 até meados dos anos de 1920, tendem a mudar de acordo com as “inclinações políticas de cada jornal, das simpatias, das idiossincrasias com relação a determinado chefe de polícia.” (FAUSTO, 2001, p. 180 apud GOUVÊA, 2013, p. 2). Nesse sentido, a abundância de notícias de crimes que diariamente são encontradas no jornal *O Rebate* pode ser entendida como uma maneira de criticar o governo municipal (GOUVÊA, 2013). Esse discurso das famílias, ancorado pelo jornal, atua como medida para pressionar o poder público a agir contra o meretrício que ocorre no trecho, já que a polícia, duramente criticada nas notícias, não estava cumprindo o seu papel e detendo as mulheres e os prostíbulos.

Todavia, cabe fazer algumas perguntas: Será que os mesmos compradores do *O Rebate*, homens considerados “cidadãos de bem” e “pais de família”, não eram frequentadores dos prostíbulos do “Bairro Sujo”? Será que estes homens não “procuravam meretrizes durante a noite e vestiam o uniforme de marido durante o dia” (BAUDELAIRE, 2019a, p. 3)? Seriam os próprios jornalistas do *O Rebate*, responsáveis por escreverem as matérias sobre as terríveis desordens ocasionadas pelas meretrizes no Bairro Sujo, clientes destas trabalhadoras? Como desvelar estas hipocrisias?

Outra notícia, que tem por título “No Bairro Sujo”, envolve o Café da Infância. Esta foi publicada no dia 24 de abril de 1915 e relata a agressão sofrida pela trabalhadora sexual Clotilde de Faria no prostíbulo.

#### “NO BAIRRO SUJO

Hoje, às 12 horas, o conhecido desordeiro Haroldo Moreira vulgo “Barbadinho”, foi ao “Café Infância”, situado á rua Tiradentes e, armado de navalha cortou a meretriz Clotilde de Faria, no rosto e na mão direita. Apoz o delicto, “Barbadinho” fugou, mas foi preso e desarmado, estando com as costelas bem aquecidas pelo chanfallo, ao xadrez do 1º posto.” (*O Rebate* de 24 de abril de 1915, p. 2).

#### *Fregue de Fructuoso Alves*

O prostíbulo de número 573, situado no trecho da rua Tiradentes, entre as ruas 15 de novembro e General Victorino, tinha como proprietário Fructuoso Alves. Este,

que também vendia bebidas alcóolicas, aparece no jornal, principalmente, relacionado às agressões sofridas por mulheres, incluindo a que fora desferida por um cliente do prostíbulo à trabalhadora sexual Emilia Podovisky (Polaca). A notícia foi publicada pelo jornal no dia 26 de dezembro de 1914 e já foi aqui citada.

Na bodega de Frutuoso Alves também ocorreu a morte de Cesaria de Carvalho por seu ex-companheiro. Em meio a um contexto extremamente machista como o do começo do século XX, as mulheres que não eram casadas, mas que viviam juntamente com homens, eram chamadas de “amásias”, sendo estigmatizadas e, também, confundidas com a figura da prostituta. Logo, o jornal se refere à Cesaria como “ex-amásia” de João Francisco.

## NO BAIRRO SUJO

### SCENA DE SANGUE

#### ASSASSINATO E FERIMENTO

#### A PRISÃO DO DELINQUENTE

“(...) Hontem, ás 23 horas, encontraram-se João Francisco e Cesaria, na espelunca denominada “Café leal”, á rua Tiradentes n. 507, entre as ruas Felix da Cunha e General Victorino e não podendo conter o seu odio o delinquente attirou-se sobre a sua ex-amasia, no proposito de espancal-a; Cesaria fugiu pelos fundos da casa, indo refugiar-se à mesma rua n. 573, na bodega de Frutuoso Alves Henrique.” João Francisco, apoz a brilhatura, desceu em demanda de sua residencia; muniu-se de um revolver, encheu os bolsos de capsulas e regressou á rua Tiradentes, tendo, previamente, para chamar a atenção da policia e desvial-a do “quadro” disparado, á rua Constituição, 4 tiros a esmo. Emquanto os guardas accudiam ao local onde foram ouvidos os estampidos, João Francisco procurava a sua victima, indo encontral-a conversando com umas companheiras, no café á rua Tiradentes n. 573 e nesse momento historiava a aggressão que fora victima e dizendo temer que esse individuo a assassinasse. Nesse interim João Francisco entra na espelunca, o cenho carregado mostrava que as suas intenções eram sinistras. Approximou-se de Cesaria, puxou-a por um braço e disparou-lhe um tiro de revolver, que atingiu-lhe a bocca, sahindo na nuca. Acto continuo, largou-a tendo a infeliz, mal ferida, deo uns passos cahindo morta no vão d euma porta (...) Os gaurdas 11 e 25, do 1 posto, Boaventura Andrade dos Santos e Emilio Soares, que vinham em demando do centro, prenderam a João Francisco, não sem ter o assassino reluctado, um pouco, e o levaram ao 1º posto (...)” (O Rebate de 15 de outubro de 1915, p. 2).

Também fiquei me questionando sobre o “Café Leal”, situado na rua Tiradentes nº 507, entre as ruas Felix da Cunha e General Victorino. Este é chamado na notícia de “espelunca”. Considerando que no jornal outros prostíbulos são chamados de espelunca, como é o caso da Bodega de Catharina Cuniga (que tratarei a seguir), seria o Café Leal uma casa de prostituição?

*Espelunca da caftina Catharina Cuniga*

Domingas de tal, mulher negra que tinha uma banca de Mocotó no Mercado Público, era “corretora” (agenciadora) de mulheres, responsável por apresentar as casas de tolerância à elas, convencendo-as a trabalharem nas mesmas. Dentre estas casas de tolerância aos quais Domingas encaminhava as mulheres para que nelas executassem o trabalho sexual, estava a espelunca da caftina Catharina Cuniga.

Catharina Cuniga, de nacionalidade italiana, possuía um prostíbulo situado na rua Tiradentes, entre as ruas 15 de novembro e General Victorino. As prostitutas que nele trabalhavam também residiam no local. A notícia abaixo, publicada no dia 8 de dezembro de 1914, relata o ocorrido a Maria Mendes Pereira, de 16 anos, que após ser incentivada por Domingas de tal a pedir para morar no prostíbulo de Catharina, passou a se prostituir no mesmo, conforme a notícia abaixo, referente ao dia 8 de dezembro de 1914 (p. 2):

“UMA VICTIMA  
MENOR É DEFLORADA E DEPOIS SEDUZIDA PELA CAFETINAGEM  
OS ANTROS DA RUA TIRADENTES

Em principios de Novembro, a menor Maria Mendes Pereira, de 16 annos de idade, filha de Abilio Pereira e Idalina Mendes Pereira, residente á rua Constituição n. 350, fora com a familia do sr. Gil Costa, veraneiar na Capella da Buena. Chegada ali, Maria enamorou-se de Fernando Baletto, que lhe fez promessa de casamento, conseguindo por esse meio defloral-a, há cerca de um mez. Em seguida, o seductor fugou para esta cidade, onde veio residir com o seu tio, Octaviano Mendes, empregado na Fabrica de Tecidos Rheingantz e morador á rua 3 de maio n. 60. Domingo passado a referida menor foi ao Mercado Central, fazer umas compras, e travou conhecimento com a preta Domingas de tal, que ali tem uma banca de Mocotó, sob n. 5. Domingas, que parece ser uma corretora das casas de tolerancia, tratou de seduzir a menor, perguntando-lhe se não gostaria de ter uma vida boa, farta e alegre. Maria contestou affirmativamente. A´ vista disso, a preta aconselhou-a a que se dirigisse à espelunca da caftina Catharina, à rua Tiradentes e declarasse querer morar no referido antro de perdição. Voltando depois à casa de seu tio e refletindo sobre a proposta que recebera, Maria resolveu afinal, recolher-se ao prostibulo de Catharina, onde se encontra, entregue ao vicio e á libertinagem (...).” (O Rebate do dia 8 de dezembro de 1914, p. 2).

Se pensarmos na figura de duas mulheres, a “caftina” e a prostituta, percebemos que elas se diferem hierarquicamente e em termos de “status social”. As prostitutas trabalhariam para estas mulheres em jornadas longas e exaustivas. Considerando que estes prostíbulos eram da baixa prostituição, destinados aos homens da classe trabalhadora e que, portanto, eram mais baratos em comparação com os prostíbulos de elite, acredito que as prostitutas não recebiam salário pelo trabalho sexual executado ou recebiam uma mísera parte, já que este deveria ser

destinado para pagar sua moradia naqueles prostíbulos que também ofereciam a possibilidade de neles residir, além de sua alimentação, suas roupas, bebidas, entre outros gastos. Ademais, ambas, “caftina” e prostituta, corriam riscos de serem violentadas nos prostíbulos – tal como as mulheres casadas e que não exerciam o trabalho sexual pago corriam dentro de seus casamentos, no lar –, ainda que as prostitutas estivessem mais suscetíveis a sofrerem agressões do que as “caftinas”. O trabalho sexual pago exercido no interior destes prostíbulos deveria ser bastante precário, bem como outras profissões executadas por mulheres pobres daquele tempo.

Ainda que a mulher negra Domingas de tal não seja prostituta, mas “corretora” de mulheres, ela trabalhava para donas de casas de tolerância (caftinas) que eram brancas, como é o caso da italiana Catharina Cuniga, e deveria ganhar uma ínfima parte dos lucros dos prostíbulos. No jornal não aparece nenhuma notícia que faça referência à “caftinas” negras, mas apenas a uma trabalhadora sexual negra e a “corretora” Domingas de tal, também negra. Portanto, “caftinas” e prostitutas não se diferem apenas em termos de “status social”, mas também de raça. Se analisarmos esta questão por um recorte de raça, as “corretoras” negras também vivenciam situações diferentes daquelas vividas por prostitutas negras.

Por não ser possível estipular a quantidade de caftinas e prostitutas brasileiras e estrangeiras residentes na cidade no período estudado, não se pode afirmar se “caftinas” estrangeiras eram maioria em relação às “caftinas” brasileiras com base nas notícias do jornal O Rebate de 1914 a 1917. Mas devemos considerar, a partir de um recorte de etnia, que as prostitutas e “caftinas” de origem europeia eram mais bem-quisitas em comparação com as brasileiras, por este ser um período que se caracteriza pela valorização da Europa como um modelo de modernidade que deve ser implantado no Brasil, o que se configura enquanto um pensamento eurocêntrico.

Consequentemente, ainda pensando em hierarquias de gênero, as prostitutas brancas, sendo estrangeiras ou não, sofriam menos opressões do que as prostitutas negras, por conta do racismo estrutural que atravessa nossa sociedade. Afinal, o que significava ser uma trabalhadora sexual negra ou uma “corretora” e vendedora de mocotó do Mercado Público igualmente negra nos anos iniciais do século XX? O que isso significaria em uma cidade como Pelotas que, além de ser conservadora, machista e putafóbica, é racista, que nega até os dias de hoje a sua herança africana,

que é intolerante com as religiões que fazem parte desta matriz<sup>27</sup>, que não dá o devido crédito às populações de pessoas negras escravizadas (africanas e descendentes de africanas) por terem sido as únicas responsáveis por impulsionar um dos importantes ciclos econômicos da cidade, como o ciclo do charque, que resultou na própria formação da cidade e na sua pujança econômica no século XIX, que nunca se preocupou em se retratar historicamente por todo sofrimento que causou aos antepassados e antepassadas das pessoas negras que lá vivem atualmente e segue contando a história dos homens brancos da elite do charque, torturadores, estupradores e assassinos de escravizados e escravizadas? O que significa ser uma trabalhadora sexual negra em uma cidade como Pelotas atualmente?

Uma única notícia, publicada no dia 13 de junho de 1916 (p. 3), faz referência direta a uma prostituta negra. Esta se chamava Maria Virginia e possuía 17 anos. A notícia afirma que a prostituta foi ferida com uma faca na perna esquerda por Edmar, que a fazia companhia no botequim de Antonio Fernandes situado no chamado “Bairro Sujo”.

“O BAIRRO SUJO NOVAMENTE  
EM ACTIVIDADE

Ha muito tempo que o noticiario dos jornaes locais não tinha uma encrenca passada no celeberrimo Bairro Sujo, para registrar. Hoje, porem, uma baderna, promovida por um celebre desordeiro, veio por termo à tranquilidade dos noticiaristas. Pelas 12 horas, o costumaz badernista Edmar Passos Ferreira, em companhia da decahida Maria Virginia, preta, de 17 annos de idade e residente á rua Tiradentes n.554, dirigiu-se ao botequim de Antonio Fernandes á mesma rua n.551, onde ambos começaram a beber. Subitamente, o alcool começou a influenciar no cerebro de Maria, inspirando mil desejos. Sentiu appetite, e mandou vir almoço para ella e seu amante. Si comeram e bem, melhor beberam, mas quando o alcool attingiu o auge, entraram os amantes a discutir. Edmar, que é um typo que tem prazer em ver sangue, puxou de uma faca e feriu Virginia, na coxa esquerda. Esta banhada em sangue, cahiu por terra. Veiu a policia, que levou a victima a medicar-se na Santa Casa, enquanto que o aggressor fugou.” (O Rebate de 13 de junho de 1916, p. 3).

Contudo, como afirmei anteriormente, outras mulheres negras estavam executando o trabalho sexual em Pelotas no período, ainda que estas geralmente não apareçam no jornal O Rebate ao longo dos anos de 1914 a 1917.

---

<sup>27</sup> No século XIX, no auge do ciclo econômico do charque, Pelotas foi o município do Rio Grande do Sul que possuía a maior quantidade de pessoas escravizadas, fator que se reflete no alto número de casas de religiões de matriz africana que existem na cidade.

Também ressalto, a partir da notícia referente ao dia 8 de dezembro de 1914 (p. 2), que o fato do jornalista ter mencionado que Maria Mendes Pereira teve relações sexuais com Fernando, para depois relatar o seu envolvimento com Catharina Cuniga, demonstra que “a invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade” (RAGO, 2014, p. 88). Dessa forma, a notícia coloca o fato de Maria ter feito sexo antes do casamento como uma das causas pelo qual ela decidiu se prostituir, o que demonstra o estigma que as mulheres que optavam por não casarem-se e mesmo assim terem relações sexuais acabavam sofrendo.

Esta notícia segue:

“Basta dizer que, só à rua Tiradentes, existem quatro casas de tolerancia, onde se exerce torpemente a cafetinagem. Essas casas teem os numeros 563, 555, 557 e 573, nellas exercendo-se o lenocinio e a baixa prostituição, com affronta solemne À moral publica e aos bons costumes. Alem disso, deus Baccho pontifica nesses bordeis, inspirando scenas repulsivas, desordens e crapulagem desonvolta. Mas, para quem appellar?!...” (O Rebate do dia 8 de dezembro de 1914, p. 2).

Concluí que pelo menos no ano de 1914 existiam 4 prostíbulos no chamado “Bairro Sujo”. Estes possuíam os número 563, 555, 557 e 573. O prostíbulo de número 573 tinha como proprietário Fructuoso Alves. Entretanto, nas notícias encontradas, não consta o número das outras casas situadas no trecho neste mesmo ano, como o Café da Infância. Considerando que uma dessas casas corresponde ao prostíbulo de Catharina Cuniga, além do Café da Infância e do Fregue de Fructuoso Alves, qual seria a outra casa de prostituição localizada no Bairro Sujo em 1914?

A notícia publicada no dia 15 de janeiro de 1915 que tem por título “Desordem”, refere-se a agressão sofrida por Colota, que tinha como apelido Ruiva, por estar promovendo “grande desordem com suas companheiras de prostituto” na Bodega da Catharina. A agressão foi desferida por um guarda que, após violentá-la, a conduziu ao 1º posto policial. O jornalista que escreveu a matéria desaprovou a ação policial que ocasionou a agressão de Colota, ainda que o mesmo fosse contra as prostitutas estarem vivendo e trabalhando no centro da cidade. A postura do jornalista demonstra o reforço as críticas ao governo municipal pelo jornal O Rebate: “Como se vê, a nossa policia prima sempre pela cortezia e urbanidade, conhecendo a fundo as leis e as regras de educação.” (O Rebate de 15 de janeiro de 1915, p. 3).

De acordo com Patrícia de Lima (2016), a coluna do escritor Simões Lopes Neto denominada “Inquéritos em Contraste” e publicada pelo jornal A Opinião Pública

de 1913, elenca mais informações a respeito da Bodega de Catharina Cuniga. No prostíbulo, que também vendia alguns aperitivos e bebidas alcóolicas, trabalhava a prostituta Maria Torta. Segundo Lima, ela foi uma conhecida prostituta da Bodega da Catharina, frequentemente envolvida em incidentes que acabavam na delegacia (p. 68).

Além disso, Simões Lopes Neto chama o trecho da Tiradentes compreendido entre as ruas 15 de novembro e General Victorino de Whitechapel. Conforme Lima, este era um bairro londrino que, no final do século XIX, era conhecido pela pobreza acentuada de seus habitantes e também por ser uma das zonas de meretrício da cidade (LIMA, 2016, p. 68). No local também ocorreu, em 1888, o assassinato de trabalhadoras sexuais pelo homem que ficou conhecido como “Jack, o estripador”. O relato em questão foi publicado na edição de 14 de junho de 1913 e tem por título “Rusga de Beco”.

“Chamemos, porém – apenas por dar mal sentido –, chamemos beco à quadra 11<sup>a</sup> da Rua Tiradentes. É a Whitechapel mirim das nossas tropas fandangas: é a zona das chamadas – bodegas – Aí trusteeia, por direito de antiguidade, uma Catharina, que não tem nada da Rússia...; esta é italiana. É a decana dos balcões da pá virada; vende tragos de abrideira, salames, queijo e pão, além de horas sesteáveis... Se fornece comida quente será apenas para uma certa corte ambulante, de pelos vários e que dá pelos nomes, rinchantes, uns, dulçorosos, outros de Niquinha, a Zéca, Laydes, Ondina, Celeste, a Frangalho, a Torta...” (A Opinião Pública do dia 14 de junho de 1913 apud LIMA, 2016, p. 54).

### *Bodega do Raphael*

A Bodega do Raphael também ficava localizada no Bairro Sujo, juntamente com os prostíbulos de Catharina Cuniga, Fructuoso Alves e “Mãosinha”. Este prostíbulo aparece na notícia referente ao dia 21 de janeiro de 1915 (p. 2):

#### “A ACTIVIDADE DA POLÍCIA

Hoje, ás 6 horas da manhã, quando já era regular o movimento nas ruas, as mulheres Chininha, vulgo “Corumbá” e Emilia, vulgo “Polaca”, postadas á rua Tiradentes na Bodega do Raphael, entre 15 e General Victorino, entraram a apedrejar as pessoas que passavam por aquelle local.

Para remate, as terríveis mulheres, fazendo uso de uma vasilha contendo agua, começaram a molhar os transeuntes.

Além d’isso, pronunciavam, em ato brados, as maiores obscenidades.

Resta-nos saber porque a nossa policia obstem-se de dar uma providencia cabível, extinguindo a immundicie existente naquele ponto tão central e movimentado?!

Será ... tolerancia?

Nós constatamos todos os dias, factos reprováveis naquele ponto e, no entanto, é “chover no molhado”.

Na ocasião em que as desordeiras acima mencionadas atiravam pedras, passava um creoulo, por ali, o qual, sendo atingido, fez uso de um facão, espalheando uma daquelas damnadas.

Novamente solicitamos às autoridades competentes uma providencia para a extinção daqueles centros tão prejudiciais à sociedade.” (O Rebate de 21 de janeiro de 1915, p. 2).

Esta notícia me lembrou muito um trecho do livro de Monique Prada:

“A prostituta está além da fronteira, lá onde as mulheres decentes não podem estar. E é ela, somente ela, que a sociedade escolhe condenar e apedrejar. E eu escolhi ser, ou fui escolhida para ser, essa mulher a quem se apedreja. Hoje, estou jogando essas pedras de volta para vocês. Recebam-nas com carinho” (PRADA, 2018, p. 45).

Entendi a importância de um relato como este para simbolizar as resistências das trabalhadoras sexuais, embora consciente de que trata-se de mais uma notícia sensacionalista do jornal. Pedi que Violet Baudelaire, em seu estágio de campo, fizesse um desenho tomando como base este relato. Então ela decidiu fazer uma pintura com tinta a óleo como uma forma de manifestar não só essas resistências, mas também as presenças de trabalhadoras sexuais travestis, invisibilizadas nos jornais. Temos que levar em conta que uma prostituta travesti negra era triplamente oprimida, em função de sua classe social, gênero e raça, sofrendo transfobia, putafobia e racismo.

Violet pintou uma mulher cisgênera branca, Emilia Podovisky, que tinha por apelido “Polaca”, e também Chininha, apelidada de “Corumbá”, que foi representada como uma travesti negra. Na imagem, enquanto Emilia joga água em um homem, Chininha segura pedras para apedrejá-lo (figura 11).



**Figura 11:** Desenho realizado por Violet Baudelaire (2019a).

Segundo Baudelaire, os elementos utilizados para a pintura foram pensados propositalmente segundo as tendências de consumo mais comuns na sociedade ocidental de 1915 (2019a, p. 6). Dessa forma, foram usadas como base fotografias e

ilustrações do período e artigos sobre a moda daquele tempo, como o exemplar digital do livro “Storyville portraits: photographs from the New Orleans red-light district, circa 1912” de E. J. Bellocq, que foi publicado em 1970 e que contém diversas fotos de prostitutas em meados de 1912. Na pintura, as trabalhadoras sexuais estão usando chapéus e vestidos longos. Também está presente um urinol de faiança fina que possui a técnica decorativa *transfer printing*, de estilo *chinoiserie* e padrão *willow*, usado por “Polaca” para jogar água.



**Figura 12:** Foto de uma faiança fina que possui a técnica decorativa *transfer printing*, de estilo *chinoiserie* e padrão *willow*. Foto: Vanessa Avila Costa, 2020.

Uma das trabalhadoras sexuais está segurando um cachimbo para uso de substâncias psicoativas como tabaco e cannabis. Conforme Baudelaire, “é importante lembrar que o consumo dessas substâncias era muito comum entre as classes mais marginalizadas”. Inclusive “alguns autores interpretam isso como um meio de amenizar as desigualdades de gênero e raça, e naquele período o uso, plantio e consumo variado da cannabis ainda não havia sido criminalizado no Brasil”

(BAUDELAIRE, 2019a, p. 6). De acordo com o arqueólogo Shay Rodriguez (2018), os elementos da cultura que podem ser considerados falocêntricos devem ser interpretados para além do pênis, já que o falo simboliza uma ideia de masculinidade.

Coisas, como charutos e cigarros podem ser vistas como representações convencionalmente construídas da masculinidade e virilidade dos homens. Ao longo do século XIX as mulheres passaram a adotar coisas que eram utilizadas até então apenas pelos homens, na tentativa de performar o poder que os significados falocêntricos atribuíam aquelas coisas, como por exemplo o salto alto (BAUDELAIRE, 2019a, p. 6).

Foi sobretudo para mostrar essa reação de inversão e desconstrução da cultura falocêntrica que Violet decidiu colocar uma trabalhadora sexual segurando um cachimbo na pintura. Ela também destaca a preocupação que teve com a oposição das cores das roupas, ditas femininas e ditas masculinas, e a justifica explicando que durante o século XIX a moda passou a ser cada vez mais considerada feminina, pois “este é um período na sociedade moderna em que as ideias de gênero binárias e cis-heteronormativas começam a ganhar cada vez mais poder e presença nas coisas que constituem as vidas das pessoas oitocentistas” (Ibidem, p. 7).

Esse processo sofre influência de uma série de mudanças que vinham acontecendo desde o final da Idade Média, como o surgimento gradual de uma classe burguesa baseada nas ideologias industriais, produtoras, racionais e economicistas da assim chamada “Ética Protestante”. Enquanto a aristocracia se utilizava da moda para se diferenciar de quem não tinha o que eles chamavam de “sangue real”, ou seja, quem não era nobre, a burguesia queria se diferenciar negando toda luxúria e o exagero da vida aristocrata (...). A burguesia então associou a moda apenas às mulheres, embora todas as pessoas sejam afetadas por modos de viver, ser, parecer e estar. E de repente as roupas associadas aos homens passaram a ter cortes e ângulos retos, cores neutras, pasteis e sóbrias, enquanto que as roupas destinadas às mulheres eram coloridas, estampadas e ainda possuíam um toque da aristocracia (Idem).

O homem foi pintado utilizando roupas consideradas masculinas, ou seja, de aspecto sóbrio, com linhas e ângulos retos e cores neutras, que davam a impressão de que a moda era uma coisa fútil, inútil e improdutora, algo que o homem moderno não deveria expressar (VIEIRA-SENA et. al, 2011 apud BAUDELAIRE, 2019b, p. 16). Além disso, sua expressão facial lembra a ideia de medo, curvando as sobrancelhas para o centro superior do torus supraorbital e criando linhas no centro da testa (BAUDELAIRE, 2019b, p. 16). Este está segurando uma cruz em sua mão para demonstrar a relação paradoxal que há entre as ideologias hegemonicamente cristãs e as práticas e discursos de ódio machistas de nossa sociedade (Ibidem, p. 23). Já as trabalhadoras sexuais estavam utilizando vestidos com decotes ousados

para os padrões de vestimenta vigentes na época. É importante lembrar que embora o modelo do vestido que Violet pintou tenha sido inspirado por uma foto do que era considerado tendência entre as mulheres em meados de 1915 (com exceção do decote, que foi uma criação propriamente sua), “nada garante porém que as mulheres às margens socioeconômicas tivessem acesso a esse tipo de roupa, já que as vestimentas que foram retratadas eram geralmente de alta costura” (BAUDELAIRE, 2019b, p. 3).

As trabalhadoras sexuais e o homem foram pintados em frente a uma parede de tijolos e pedras de tamanhos irregulares em tons de cinza, preto e branco para contrastarem com as vestimentas das pessoas. Mas também para demonstrar que poderia haver uma possibilidade dos prostíbulos do trecho da rua Tiradentes, entre as ruas 15 de novembro e General Victorino, terem sido construídos utilizando diferentes tipos de materiais que eram reaproveitados, tais como os cortiços (discutirei essa possibilidade de configuração arquitetônica dos prostíbulos posteriormente). Assim, a fachada da Bodega do Raphael, demolida como uma forma de esquecer as histórias das trabalhadoras sexuais que trabalhavam e viviam na Tiradentes, também foi imaginada por Violet e pintada.

A pintura foi realizada em 4 folhas A3, não só para ter mais espaço para pintar detalhes, como também para criar uma espécie de quebra-cabeça, pois como afirma Violet, na Arqueologia

Construir discursos sobre o passado é olhar para uma série de vestígios, mas nunca para o todo. Sempre existem lacunas invisíveis. Temos que tentar costurar o passado a partir destas coisas fragmentadas que sobreviveram ao tempo e a borracha da história. Por isso a ideia de costurar as imagens em 4 folhas diferentes (BAUDELAIRE, 2019a, p. 10).

### *Bodega de Antonio Fernandes*

A Bodega de Antonio Fernandes também ficava localizada no chamado “Bairro Sujo” e tinha como número 550. A notícia referente ao dia 4 de outubro de 1915 (p. 2) relata a agressão sofrida por Maria Mendes Rodrigues, desferida pelo proprietário da bodega. Não se pode afirmar que Maria era prostituta, já que a notícia não a relaciona diretamente à prostituição. A mulher poderia ser apenas cliente da bodega, que também vendia bebidas.

“NO BAIRRO SUJO

Antonio Fernandes, proprietário da espelunca n. 550 da rua Tiradentes, espancou a mulher Maria Mendes Rodrigues e fracturou-lhe o couro cabelludo. O VALIENTE foi prezo.” (O Rebate de 4 de outubro de 1915, p. 2)

### 2.1.1 As Casas de Tolerância que transformam o centro em margem

#### **A CELEBRE QUADRA DA TIRADENTES**

*(...) Seria uma obra de saneamento moral, se houvesse uma autoridade que, tomando a serio o cargo para que é pago, ordenasse o fechamento das casas de tolerancia (...) que infestam áquella quadra, que esta situada num dos pontos mais centraes da cidade. (O Rebate de 7 de dezembro de 1914, p. 1).*

Para entender os motivos pelos quais os prostíbulo da baixa prostituição se situavam em pontos tão centrais de Pelotas ao longo dos anos de 1914 a 1917, sem que estes sofressem processos de remoção para áreas mais periféricas da cidade, considerando o discurso médico-higienista vigente no período, procurei por estudos que tratassem da rua Tiradentes ao final do século XIX e começo do século XX. Encontrei pesquisas que discutem a situação das moradias de operários, da comunidade negra e das prostitutas. As habitações encontradas, ao contrário dos prostíbulo, não gozavam de tanto “status” (PRADA, 2018) perante as autoridades. Eram malvistas por estas e precisavam ser efetivamente eliminadas da área central: os chamados cortiços.

Conforme Patrícia de Lima, Pelotas “empreendeu uma cruzada contra os cortiços, encampada pela Delegacia de Higiene<sup>28</sup>, órgão que, na teoria, deveria zelar pelas condições sanitárias de toda a cidade” (LIMA, 2016, p. 51). Todavia, na prática concentrava-se em promover o fechamento dos cortiços e fazer com que seus proprietários providenciassem as melhorias dessas habitações coletivas. Considerados “antros de doenças e indivíduos de índole questionável” (DODE, 2012, p. 11), os cortiços deveriam ser higienizados. Seus indesejáveis moradores e as próprias estalagens poluíam a visão da cidade que se inspirava na moderna Europa

---

<sup>28</sup> De acordo com Lorena Gill (2004), em Pelotas a Polícia Sanitária estava vinculada à Diretoria de Higiene do Estado, que tinha por objetivo fundamental “[...] a prevenção e repressão dos abusos que possam comprometer a saúde pública ou individual”. (Jornal A Opinião Pública de 18 de março de 1908, p. 1 apud GILL, 2004, p. 148).

para modelar seu cotidiano e, conseqüentemente, precisavam ser “varridos” para locais mais afastados do centro. Pois,

“O que significa, numa cidade como Pelotas – pode-se dizer sem exagero – viverem, ociosamente, em cortiços imundos, verdadeiras sentinelas, mil ou duas mil mulheres, explorando a prostituição mais reles, passando as noites e os dias na ebriedade e nos maxixes, recusando-se ao serviço em casas de família, ou impondo-lhes condições tais que importam uma confissão implícita de não quererem trabalhar honestamente? Ali está a sede da grande variedade de males oriundos da malandrice e da sífilis que envenena e dizima as populações, transformando-se da noite para o dia, homens válidos em verdadeiros cretinos.” (Jornal Correio Mercantil de 25 de novembro de 1892, p. 1 apud GILL, 2004, p. 140).

Lima (2016) destaca o esforço do governo municipal para higienizar estas habitações. Como afirma a autora, a Delegacia de Higiene promoveu, em 1906, uma viagem patrocinada para a imprensa pelos cortiços. Proposto pelo delegado de higiene, José Calero, acompanhado pelos jornalistas do Diário Popular, Correio Mercantil e A Opinião Pública, “o passeio percorreu diversos cortiços e contrafeitos<sup>29</sup>, revelando as péssimas condições de higiene e o estado de degradação e indignidade em que viviam os moradores” (LIMA, 2016, p. 51). A fim de garantir a eliminação ou a melhoria dessas habitações, este foi realizado com o intuito de adquirir o apoio dos jornalistas para a campanha de saneamento de Pelotas. “Os jornais, como previsto, afiançaram, nas reportagens que se seguiram, a necessidade de promover a limpeza da urbe. Afinal, a elite leitora considerava que as doenças que espreitavam os seus respeitáveis lares tinham origem ali” (Idem). Na primeira página do jornal Diário Popular, referente ao dia 11 de setembro de 1916, foi publicada uma notícia que relata a situação aos quais os/as habitantes dos cortiços foram vistos pelos jornalistas:

“Na sua maior parte, eles não são moradias humanas: são antros sem ar, sem luz, furnas úmidas, antecamaras dos hospitais da Santa Casa, focos de anemia, de tifo e da terrível tuberculose, onde os desprotegidos da sorte se revesam, contaminando-se de tais males, que depois trazem cá para fora, propagando-os pelas oficinas e pelos nossos lares. Nesses cortiços, empilhados, vivem dezenas de indivíduos: quatro, seis, oito e mais por cubículo! Cinquenta, sessenta, oitenta num corredor estreito, onde não esbatem-se, benfazejos, os raios do sol, onde uma água esverdeada brota do chão, das paredes amareladas, com grandes máculas escuras de expectoração. Num estreito espaço está tudo: leito, mesa, bancos, baú, bacias, fogareiro, o cão, o gato e os vasos de noite... ou as latas que fazem o efeito destes. Em alguns, então, quando a chuva despenha-se, não há dia! Seus moradores, para que o cômodo não fique alagado, fecham as minúsculas portas e janelas de madeira, sem vidros, e lá dentro, à luz mortífera de um candeeiro, alimentado a azeite, ou de uma vela de sebo, exalando odores repugnantes, em consórcio com as emanções do carvão, que crepita em fogareiros, desenrola-se a vida doméstica!” (Apud. LIMA, 2016, p. 51-52).

<sup>29</sup> Conforme Moura (2006), os contrafeitos constituíam um tipo de moradia popular, conformando uma espécie de variação dos cortiços. “Eram pequenos compartimentos, quase sempre com o telhado constituído por apenas um plano inclinado”. Além disso, essas moradias eram construídas voltadas para o passeio público, retiradas quatro metros do alinhamento (p. 71).

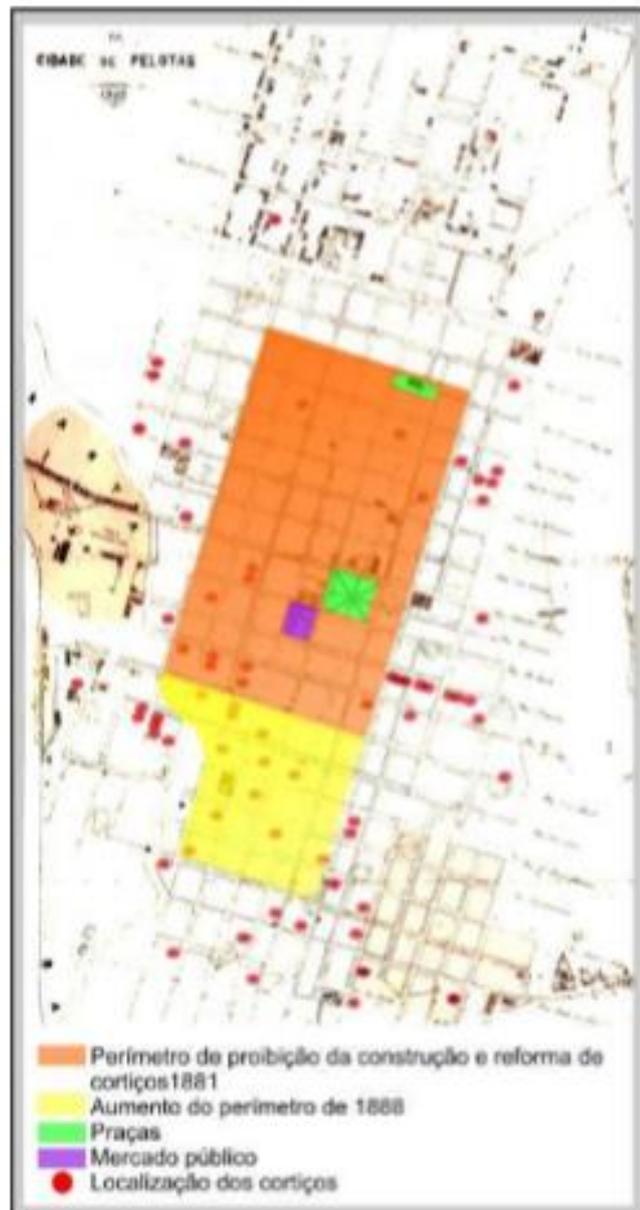
De acordo com Rosa de Moura, no “final do século XIX, essas moradias (...) ocupavam zonas centrais ou muito próximas aos centros urbanos” (MOURA, 2006, p. 75). No dia 19 de fevereiro de 1881, a fim de efetivar a criação de um zoneamento social, as construções denominadas cortiços foram proibidas pelos vereadores dentro do perímetro situado entre as ruas Paysandu (atual Barão de Santa Tecla), Santo Antônio (atual Senador Mendonça), Jatahy (atual Gonçalves Chaves) e 7 de Abril (atual Dom Pedro I). Nesse sentido, a necessidade de estabelecer uma área livre dessas construções sugere que este tipo de moradia já era comum em Pelotas e não correspondia ao padrão pensado para ocupar, pelo menos, os inúmeros terrenos vazios contidos dentro do perímetro de proibição (Ibidem, p. 55).

Em 19 de dezembro de 1888 um novo Código de Posturas foi aprovado para a cidade. Nele o perímetro de proibição de cortiços, definido em 1881, foi ampliado, mantendo-se os limites, respectivamente a Rua Gonçalves Chaves e o curso do Arroio Santa Bárbara. “Proibia-se, assim, a construção ou a manutenção de cortiços nas áreas de expansão urbana de cota mais alta e, conseqüentemente, menos suscetíveis a enchentes” (Ibidem, p. 59). O Código de Posturas apresentava uma definição de cortiço, bem como o novo perímetro de proibição:

Art. 12 – Proibe-se a construção de cortiços dentro da área limitada pelas ruas Gonçalves Chaves, Santo Antônio, Paysandú e São Domingos [atual Benjamin Constant]. Chama-se cortiço, para os efeitos desta postura, todo o prédio em que residir mais de um indivíduo ou família com economia separada e em cuja edificação não sejam observadas as regras normais de disposição das habitações e as estipuladas nestas posturas. Art. 13 – Os proprietários de cortiços ficam obrigados a executar nos mesmos, todas as medidas e disposições que a bem da higiene pública e que na forma destas posturas e das leis, decretos e regulamentos em vigor sobre a saúde pública, lhes forem ordenados pela Câmara (MOURA, 2006, p. 59).

Como afirma Moura a partir da leitura do primeiro artigo do Código de Posturas, “o cortiço era compreendido como uma forma de habitação coletiva, onde as unidades não seguiam regras de disposição normais”. Logo, é possível “pensar em uma referência a moradias com um número de habitantes excessivo e sem as instalações mínimas necessárias para sua higienização” (Idem).

A autora, a partir de documentos do Conselho Municipal, da Intendência, jornais e nos boletins da Delegacia de Higiene, localizou os cortiços de Pelotas, tomando como base um mapa da cidade de 1909.



**Figura 13:** Mapa com a localização dos cortiços. Fonte: MOURA, 2006, p. 75.

A área laranja do mapa mostra o perímetro de proibição da construção e reforma dos cortiços. A área amarela representa o aumento do perímetro em 1888. Em vermelho estão marcados os cortiços, em roxo o Mercado Público e em verde as praças. Segundo Moura, “a região de maior número de cortiços é aquela ao sul da Praça da República, com duas áreas de maior concentração, na Rua Tiradentes e na Várzea do Arroio Santa Bárbara, ambas fora das áreas de proibição, mas contíguas a elas” (2006, p. 76).

Tomando como modelo o mapa utilizado por Moura (2006), decidi usar o mesmo mapa de 1909 para analisar onde os prostíbulos de 1914 a 1917 estavam

localizados na paisagem novecentista. Sobretudo, se estes se situavam dentro ou fora do perímetro de proibição e reforma de cortiços.

O mapa base utilizado pela autora foi impresso em uma cartolina de 1 metro por 50 centímetros. A partir dele, decidi criar uma cartografia um pouco diferente da que foi discutida no primeiro capítulo deste trabalho, já que agora o objetivo era evidenciar a localização dos prostíbulos do início do século XX na cidade. Comecei a desenhar no mapa as casas de prostituição, nomeando as que apresentavam suas denominações no jornal O Rebate e as identificando por cores diferentes. Também fiz diversas colagens, pois como o mapa é contornado em preto, notei que os desenhos não ficaram muito evidenciados, assim como os nomes dos prostíbulos. Imprimi e coleí pequenas imagens referentes ao Mercado Público, à Praça Coronel Pedro Osório, à Prefeitura Municipal, à Bibliotheca Pública Pelotense e ao Theatro Sete de Abril, que encontrei no Google Imagens<sup>30</sup>, não apenas para que a leitora e o leitor identifique mais facilmente o centro da cidade, mas também para que estas interajam com as narrativas de interlocutoras/es que também foram coladas.

Todas essas fotos dos prédios são atuais e foram tiradas à noite, com exceção da foto do prédio do Theatro Sete de Abril, que foi registrada entre o final do século XIX e começo do século XX. Essas se articulam com a narrativa da interlocutora do projeto Mapeando a Noite, “o centro, à noite, é o meu palco”, que coleí no mapa, nas imediações da Fonte das Nereidas. Ao mesmo tempo, as fotos vinculadas às narrativas são provocativas, pois procuram demonstrar as diversas camadas de tempos que se misturam e que estão atreladas as paisagens dos prostíbulos. Ainda que esses prostíbulos tenham sido destruídos e soterrados em camadas e mais camadas de machismo (BAUDELAIRE, 2019a), eles ainda estão lá!

Nas proximidades da rua Major Cícero e Doutor Cassiano, onde localizei, respectivamente, a Casa da Caftina Vassoureira de Tal e a Casa de Tolerância de Maria do Trote, coleí as seguintes falas da Mestra Griô Sirley Amaro: “Em 1936 já tinham tirado as mulheres da vida da rua Major Cícero”; “Em 1945 tinha policiamento na esquina da Cassiano com a Andrade Neves”. Além disso, fiquei me questionando:

---

<sup>30</sup> Fotografia da Fonte das Nereidas, registrada por Estefani Leitzke. Fonte: [https://www.flickr.com/photos/\\_paradoxo\\_/13182601115](https://www.flickr.com/photos/_paradoxo_/13182601115). Fotografia do Mercado Público. Fonte: <http://ecult.com.br/topico/mercado-central>. Fotografia da Prefeitura Municipal. Fonte: <http://diariodamanhapelotas.com.br/site/outubro-rosa-paco-municipal-fica-iluminado-durante-todo-o-mes/>. Fotografia da Bibliotheca Pública Pelotense, registrada por Fabrício Marcon. Fonte: <https://www.facebook.com/Olharessobrepelotas/posts/1543170882456778>. Fotografia do Theatro Sete de Abril. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/14425661289521712/>.

será que Julinha, a trabalhadora sexual mencionada por Sirley e moradora da rua Major Cícero, não havia trabalhado em alguma das casas de prostituição que encontrei nas notícias de jornal?

Também coloquei no mapa, próximo ao Mercado Público, a frase dita por um dos barbeiros com quem conversei que lá trabalha. As barbearias do Mercado se situam, atualmente, todas no lado da rua Tiradentes. Este relatou: “De manhã estão aqui as netas das putas”, referindo-se às antepassadas das trabalhadoras sexuais que executam nos dias de hoje o trabalho sexual na rua Tiradentes.

Senti que era necessário identificar os nomes, não somente dos prostíbulos, mas também das trabalhadoras sexuais que neles trabalhavam. Então, imprimi seus nomes e os coleí de modo a ficarem espalhados pelo mapa. Afinal, considero que através da Arqueologia nós evocamos os passados e os tornamos presente; para que estas mulheres, trabalhadoras sexuais, não sejam esquecidas:

Albertina Lukewi, presente!

Maria da Gloria, presente!

Emilia Podovisky, presente!

Lydia Pereira, presente!

Paulina Correa, presente!

Antonietta Louzada, presente!

Joanna Mascarenhas, presente!

Generoza Azambuja, presente!

Ernestina Rodrigues, presente!

Carlota de tal, presente!

Tininha, presente!

Clotilde de Faria, presente!

Maria Pereira, presente!

Maria Virginia, presente!

Colota, presente!

Chininha, presente!

Maria Joanna Bertolina, presente!

Honorina Machado, presente!

Innocencia Ramos, presente!

Maria Torta, presente!

Julinha, presente!

Após realizar os desenhos dos prostíbulos e todas essas colagens, pinte de amarelo o perímetro de proibição da construção e reforma de cortiços de 1881 e em verde o aumento do perímetro de 1888. Para minha surpresa, a maioria dos prostíbulos estava dentro da área que era considerada de maior valor pela cidade, a menos vulnerável a enchentes. Assim, as casas de tolerância de Maria do Trote, Maria Pereira e Vassoureira de tal, a que estava situada na rua General Netto, entre as ruas General Victorino e Felix da Cunha, além dos prostíbulos situados na rua Tiradentes entre as ruas 15 de novembro e General Victorino e entre as ruas General Victorino e Felix da Cunha, ficavam todos localizados dentro do primeiro perímetro de proibição da construção e reforma dos cortiços, criado em 1881. Já as casas de tolerância de Rosalina Maia, de Ambrozina Azevedo, a que estava localizada na rua Marques de Caxias e a da General Argollo, esquina com 15 de novembro, se situavam fora dos perímetros criados em 1881 e 1888. Nenhum prostíbulo estava dentro do perímetro de 1888.



Figura 14: Cartografia construída a partir do mapa de Pelotas de 1909 fornecido pelo NEAB/UFPel.



Figura 15: Área de maior incidência de prostíbulo ao longo dos anos de 1914 a 1917. Fonte: mapa base de 1909 fornecido pelo NEAB/UFPel.

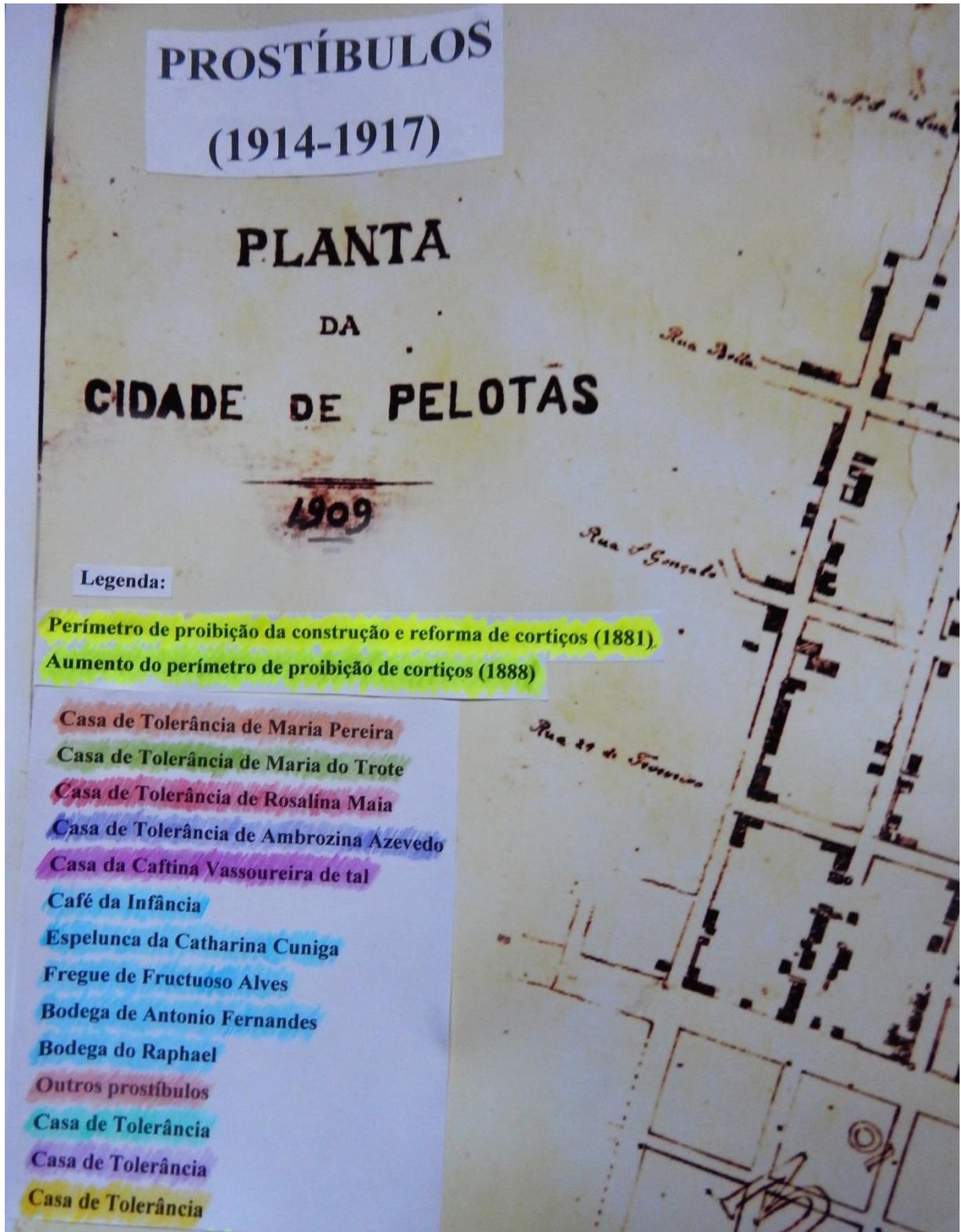


Figura 16: Legenda da cartografia. Fonte: mapa base de 1909 fornecido pelo NEAB/UFPel.



**Figura 17:** Ampliação da cartografia na área que corresponde ao trecho da rua Tiradentes entre as ruas 15 de novembro e Félix da Cunha, onde apresenta a maior concentração de prostíbulos. Fonte: mapa base de 1909 fornecido pelo NEAB/UFPEL.

Se observarmos no mapa criado por Rosa Moura (figura 13), por exemplo, o trecho da rua Tiradentes, entre as ruas 15 de novembro e General Victorino, veremos que a área está livre de cortiços. No entanto, ainda que os prostíbulos sejam considerados focos de imoralidade pelos jornalistas do O Rebate que os denunciam para que as autoridades tomem alguma providência, assolando os ditos “cidadãos de bem” que por ali passam, estes dominam a paisagem próxima ao Mercado Público. Isto é, estão dentro do perímetro de proibição de cortiços.

Não podemos negar que os prostíbulos, arquitetonicamente, possuíam semelhanças com os indesejáveis cortiços. Nos prostíbulos, que geralmente também serviam de moradia para as prostitutas que neles trabalhavam, viviam muitas mulheres. Possuíam cozinhas, tinas para lavar roupas e quintais compartilhados, além de terem muitos quartos que eram destinados ao atendimento dos clientes das trabalhadoras sexuais. Conseqüentemente, não haviam condições de salubridade adequadas nesses espaços, ainda que a rede de esgotos tenha sido construída a partir do ano de 1912 e entregue a população em 1915 (MOURA, 2006). Além disso, eram desprovidos de banheiros.

Tal como acontecia nos cortiços, várias pessoas (nesse caso, mulheres) compartilhavam o mesmo espaço. Acrescenta-se ainda que tanto suas habitantes (as prostitutas), quanto seus clientes, trabalhadores brancos e negros, que de acordo com o jornal O Rebate viviam provocando desordens e pancadarias, eram considerados indesejáveis, da mesma forma que os/as moradores/as dos cortiços. A fotografia abaixo foi retirada de Dode (2012, p. 36) e não refere-se a um cortiço da cidade, mas serve para ilustrar como poderiam ser os cortiços pelotenses:



**Figura 18:** Estalagem existente em 1906 nos fundos de prédios na Rua do Senado, Rio de Janeiro.  
Fonte: DODE, 2012, p. 36.

Pensando em todas as semelhanças entre os cortiços e os prostíbulos, Violet Baudelaire inspirou-se na arquitetura dos primeiros para desenhar o Café da Infância. Ela compreendeu, a partir da leitura do livro “O cortiço” de Aluísio Azevedo, publicado pela primeira vez em 1890, que os cortiços eram formados por conjuntos de casinhas de porta e janela, construídos com poucos recursos disponíveis, utilizando todo tipo de material que sobrava de outras construções, como diferentes tijolos, madeiras, etc.

“João Romão observa durante o dia quais as obras em que ficava material pro dia seguinte, e à noite lá estava ele rente, mais a Bertoleza, a removerem tábuas, tijolos, telhas, sacos de cal, para o meio da rua com tamanha habilidade que se não ouvia vislumbre rumor.” (AZEVEDO, 2019, p. 10).

“(…) comparecia à todos os leilões de materiais de construção, arrematava madeiramentos já servidos; comprava telha de segunda mão, fazia pechincha de cal e tijolos; o que era tudo depositado no seu extenso chão vazio, cujo aspecto toava em breve o caráter estranho de uma enorme barricada, tal era a variedade de objetos que ali se apinhavam acumulados: tábuas e sarrafos, troncos d’árvore, mastros de navio, caibros, restos de carroças, chaminé de barro e de ferro, fogões desmantelados, pilhas e pilhas de tijolos de todos os feitios, barricas de cimentos, montes de areia e terra vermelha, aglomerações de telhas velhas, escadas partidas, depósitos de cal, o diabo afim; ao que ele, que sabia perfeitamente como essas coisas se furtavam, resguardava, soltando a noite formidável cão de fila.” (Ibidem, p. 15-16)

Inspirada pela leitura, ela desenhou o prostíbulo com muitas portas, indicando os quartos destinados aos encontros, um quintal no centro da estrutura, com um poço de água e uma área destinada para lavar roupas. Os prostíbulos, especialmente os da Tiradentes, também possuíam bares, destinados a servir bebidas e, até mesmo, alguns aperitivos para seus clientes. Por isso, também desenhou um bar. Além do mais, para demonstrar que o prostíbulo se situava nas proximidades do Mercado Público, ela desenhou uma das torres e o relógio do Mercado ao fundo.



**Figura 19:** Desenho do Café da Infância imaginado e criado por Violet Baudelaire (2019a).

A fachada do Café da Infância foi desenhada a partir de uma mistura dos materiais de construção, como é possível ver na figura 20. Este foi feito ao lado da casa que fica localizada na rua Tiradentes com a esquina da General Victorino, construída no final do século XIX, situada em frente ao Mercado Público (figura 9). Violet considerou conveniente representar o prostíbulo ao lado dessas casas, já que não sabemos a localização exata dele.



**Figura 20:** Desenho da fachada do Café da Infância imaginada e realizada por Violet Baudelaire, ao lado da casa da figura 9, construída no final do século XIX (2019a).

É importante ressaltar que esta é apenas uma versão a respeito da possível conformação dos prostíbulos. Temos que levar em conta que “ao pensar o passado de qualquer sociedade, também estamos construindo de certa forma uma rede de significados sobre aquele contexto” (BAUDELAIRE, 2019a, p. 4). Desse modo,

Não se trata de traduzir o passado para o presente, ou um contexto cultural para outro, mas sim como diria o autor Guilherme Gontijo Flores, de transcriar. Para Flores (2017), ao decorrer sobre as teorias de tradução de textos poéticos, ele percebe que alguma coisa sempre se perde quando traduzimos um texto de uma língua para outra, mas alguma coisa também se ganha ao fazer isso. Por que a linguagem não é apenas em palavras, mas também é em gestos corporais, sons, cores, formas, ritmos, significados e signos múltiplos. Ele diz que não existe um texto original, porque até mesmo quando lemos o mesmo texto mais de uma vez podemos ter interpretações diferentes. Logo, ao invés de pensar na ideia de traduzir de um original para uma cópia infiel, o autor nos propõe que façamos uma cópia da cópia, ou seja, transcriamos, criamos porque ao traduzir um texto, uma língua ou um passado, estamos criando um discurso, trans porque estamos indo além de um simples processo de procurar equivalências linguísticas. Estamos performando línguas, discursos, significados e por tanto práticas cotidianas, formas de vida social (Idem).

Tanto a pintura (figura 11) quanto os desenhos (figuras 19 e 20) realizados por Violet Baudelaire são transcriações. Portanto, não tem a pretensão de retratar com

exatidão como eram os prostíbulos pelotenses, pois mesmo que esse fosse o objetivo isso não seria possível. Mas de performar paisagens do passado através do envolvimento da Arqueologia com a Arte, expressando as (re)existências que lhe são intrínsecas.

Em 15 de março de 1905, o cronista Arthur Hameister, assinando-se com o codinome Vitú, na coluna Notas do Dia, no Diário Popular dá uma breve descrição sobre a rua Tiradentes, nas proximidades do Mercado (LIMA, 2016):

“Aquilo não é rua, não é quadra, não é nada: é um inferno. É a caldeira do Pedro Botelho, é a famosa latrina do mercado, a qual não tem água, nem esgoto, e atira para ali tudo o que nela se contém. Mas, não só os imundos detritos da latrina invadem a desventurada e mal nivelada quadra, mas também os despejos de quase todos os moradores do mercado! Não há quem possa resistir à noite e às horas de sol ardente, as emanações mortíferas que se exalam das sarjetas daquele local. É bem de prever que, se ao mal não derem remédio, em breve veremos irromper dali o cóleramorus, à frente da bubônica, da tísica, das febres e do tifo.” (Diário Popular de 15 de março de 1905 apud LIMA, 2016, p. 17).

Afinal, se a questão por trás da eliminação dos cortiços era a higienização das moradias e das pessoas que lá moravam (operários/as, negros/as e prostitutas, entre outros habitantes indesejáveis), por que a quadra da rua Tiradentes não era inspecionada pela Delegacia de Higiene, já que também era formada por essas pessoas? Se, pela visão de médicos-sanitaristas, “o bordel deveria ser o anticortiço, o oposto do que representava a casa de prostituição clandestina, refletindo à sua maneira a intimidade burguesa” (RAGO, 2014, p. 124), por que os prostíbulos eram tão semelhantes aos cortiços? Se esta constituía uma das áreas mais valorizadas da cidade, por que os prostíbulos não eram removidos para as zonas com maior possibilidade de enchentes, assim como ocorrera com os cortiços? Isso demonstra que o governo municipal não tinha interesse em higienizar e eliminar os prostíbulos, pelo menos durante o recorte temporal de 1914 a 1917. Mas por quê?

Pode-se afirmar que a medicina sanitaria brasileira estava cada vez mais inspirada pelas ideias de Alexandre Parent-Duchâtelet, médico francês especialista no estudo da higienização da cidade de Paris. Ele também foi defensor do projeto “regulamentarista” da prostituição adotado na França desde o começo do século XIX (RAGO, 2014). Conforme Margareth Rago,

Seguindo seus passos, os médicos sanitarios brasileiros invadem o submundo da prostituição, classificam as mulheres “degeneradas”, investigam seus hábitos e gostos, diagnosticam suas doenças, procurando acumular todo um conhecimento sobre a mulher pública e difundir o estereótipo da puta, a partir do qual elas serão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social (RAGO, 2014, p. 117).

Por esse ponto de vista, a prostituta deveria ser enclausurada nas casas de tolerância e bordéis, espaços higiênicos de confinamento da sexualidade extraconjugal, regulamentados e vigiados pela polícia e pelas autoridades médicas e sanitárias (Ibidem, p. 122). Dessa forma, segundo Rago (2014), a prostituição institucionalizada é admitida, em contrapartida a prostituição clandestina que deve ser extinta. Para legitimar o controle das casas de prostituição, todo um discurso paternalista entrava em cena: as mulheres que se prostituem, frágeis criaturas, dotadas de uma mente fraca, deveriam ser tiradas das ruas e das casas clandestinas e realocadas em casas higiênicas, onde o modelo de intimidade burguesa teria de predominar. As casas deveriam ser registradas na polícia, vigiadas pela administração e pelas autoridades sanitárias. Estas estabeleceriam contatos estreitos com as donas dos bordéis que, por sua vez, deveriam ser pessoas respeitadas e temidas por suas afilhadas (Ibidem, p. 124). Conforme Rago (2014), é dessa forma que a figura da mulher prostituta volta para o espaço privado onde seria disciplinada para que não sentisse mais prazer e não gostasse da sua atividade sexual. Nessa lógica, tanto a prostituta como a casa de tolerância deveriam ser totalmente transparentes à vigilância panótica da polícia de costumes e da polícia médica (p. 126). A arquitetura dessas casas teria de possuir um alto potencial na operação do exercício da disciplinarização, do controle e da vigilância das trabalhadoras sexuais pelo poder, sendo o oposto dos cortiços.

Além de confinar as prostitutas dentro de espaços especiais, vigiados e marginalizados, os regulamentaristas defendiam que estes estivessem localizados em bairros distantes das escolas, das igrejas, dos internatos e dos bairros residenciais. As meretrizes deveriam ter poucas permissões de saída e ainda deveriam receber as visitas sanitárias em domicílio várias vezes por semana. Obrigatoriamente registradas na polícia, deveriam ser portadoras de uma carteira sanitária de identificação pela qual seriam constrangidas a passar por um exame periódico, a exemplo do que se praticava na França e em outros países da Europa. Esta carteira conteria seus dados pessoais, nome real, idade, profissão atual ou anterior, naturalidade, estado civil. No caso de serem vítimas de alguma moléstia, receberiam tratamento adequado, e as que não se submetessem aos exames médicos e obrigatórios seriam multadas. Os regulamentaristas defendiam ainda a marginalização e o tratamento obrigatório de todas as prostitutas que fossem encontradas doentes (Ibidem, p. 124-125).

Contrariando as ideias dos médicos defensores da regulamentação da prostituição, existia a postura seguida pelos anti-regulamentaristas. No Brasil, em meados de 1890, durante os debates travados na Academia de Medicina, alguns médicos, a partir de uma argumentação que procura demonstrar as falhas e o fracasso

das tentativas de alguns países europeus no sentido de regulamentar a prostituição (ENGEL, 2004, p. 119), defendem a posição anti-regulamentarista. Conforme Magali Engel, estes definiam a prostituição

como uma doença que, ocasionada por elementos identificáveis e combatíveis – tais como a falta de orientação religiosa, a ignorância, a miséria –, representa uma ameaça para a saúde da população fixada nos grandes núcleos urbanos. A prostituição – nem inevitável, nem necessária – é unicamente concebida como um mal que pode e deve ser eliminado da sociedade. O projeto de regulamentação é condenado como um tratamento inadequado e seus defensores são acusados de, diagnosticando o mal como inevitável e necessário, não atacarem as causas da doença, criando condições para sua persistência (idem).

Segundo a autora, os médicos anti-regulamentaristas demonstraram que, na Europa, a regulamentação sanitária da prostituição resultou no seu crescimento e no aumento da contaminação por sífilis. Além disso, a normatização do espaço da prostituição pública, através de medidas de caráter policial e higiênico, implicaria a oficialização do bordel que, longe de transformá-lo em espaço higienizado, capaz de cumprir uma função saneadora, o converteria em espaço de conservação e disseminação do vício (p. 121), de acordo com as ideias do médico Costa Ferraz. Dessa forma, legalizando o bordel, promoviam-se condições favoráveis à expansão da prostituição clandestina, concebida em seu significado mais amplo (Idem).

Os médicos também criticavam a inscrição voluntária ou obrigatória da prostituta, pois,

esta é concebida como um “salvo-conduto à devassidão” que, fornecido sem restrições pelo próprio poder público, ao invés de se constituir numa medida moralizadora, contribuía para “escandalizar o decoro público”, incentivando a prostituição de mulheres maiores e menores, solteiras e casadas, revelando-se, ainda, como um obstáculo à reabilitação da prostituta (Ibidem, p. 121-122).

Para o Dr. Costa Ferraz, não só a inscrição, como também a submissão da prostituta a exames médicos periódicos, com o objetivo de liberar ou interditar seu corpo para a atividade sexual, e a internação em hospitais específicos, além de se configurarem como meios ineficazes na contenção da sífilis, contribuem para a manutenção e expansão da “impudícia” (Ibidem, p. 123).

Nesse sentido, conforme a autora, para os médicos anti-regulamentaristas a prostituição deveria ser eliminada a partir da repressão legal e policial, que atuaria como uma forma de exterminá-la ou, ao menos, de reduzir o mal. A guerra à prostituição, “ato de legítima defesa da sociedade”, não exigiria providências especiais do Poder Legislativo Geral, já que, enquanto atentado à saúde, à moralidade e à tranquilidade públicas, constituía-se em objeto de polícia municipal (Idem), para os

Drs. Felício dos Santos e José Lima Duarte. Assim, a perspectiva anti-regulamentarista não definia para o médico um lugar específico no controle direto da prostituição pública (Ibidem, p. 134).

Após estas observações sobre diferentes perspectivas médicas no que diz respeito à prostituição, indaguei-me se a questão do controle dos prostíbulos pelotenses não constituía uma das competências da polícia sanitária, mas sim, única e exclusivamente da polícia administrativa, que possuía um decreto próprio para reprimir indivíduos indesejáveis, incluindo as trabalhadoras sexuais. De acordo com Gill, a polícia administrativa é organizada em Pelotas através do Ato n. 260 de 13 de fevereiro de 1902. Esta tinha, entre algumas de suas atribuições, “pôr em custódia, unicamente por 24 horas, os vagabundos reconhecidos, os turbulentos de qualquer espécie, os bêbados habituais e as prostitutas que prejudiquem o sossego público e cumprir e fazer cumprir os mandados de autoridades competentes, mediante prévia requisição.” (GILL, 2004, p. 148).

Entretanto, como demonstra as notícias do jornal O Rebate, discutidas anteriormente, a polícia era conivente com a prostituição. Apesar das reclamações e denúncias constantemente feitas, não só por jornalistas, mas pelas famílias vizinhas dos prostíbulos para que contivessem as trabalhadoras sexuais e a desordem das ruas causadas por elas, o governo municipal nada fazia a respeito. Provavelmente, a polícia atuava através de esquemas de corrupção, cobrando propina dos prostíbulos e, desse modo, permitia que eles existissem enquanto pagassem. Isso explicaria o motivo pelo qual a polícia tenha que agir algumas vezes contra os prostíbulos e as prostitutas que neles trabalhavam.

Ainda assim, estas hipóteses não responderiam meus questionamentos acerca do porquê destes prostíbulos da baixa prostituição serem tolerados e continuarem existindo na paisagem do centro da cidade. A pergunta que deve ser feita é: o que a paisagem da prostituição significava para esta sociedade do começo do século XX? Para que esta discussão possa ser realizada, entendo que ela precisa ser situada na esfera da sexualidade.

Como destaca Margareth Rago, o sociólogo Michel Maffesoli em “A Sombra do Dionísio” (1985) explica que uma sociedade não pode impedir a manifestação das forças dionisíacas, do prazer e do lúdico que operam em seu interior, sem correr o risco de ver explodir em formas violentas e perversas essa dimensão recalcada da vida humana (RAGO, 1991, p. 24). Cabe-lhe, então, procurar integrar simbolicamente

suas “regiões sombrias” (Idem). Segundo a autora, além de permitir a proximidade dos sujeitos como espaço que possibilita a sociabilidade, a prostituição também proporciona a união do sujeito no coletivo, ou seja, do eu se diluindo na mistura de corpos.

Temos que levar em conta que no período que compreende o final do século XIX e começo do XX, vigora o que Tania Andrade Lima denomina “modo de vida burguês”<sup>31</sup> (LIMA, 1996, p. 44), sendo, portanto, “aquele em que com a industrialização e urbanização crescentes, a sociedade tende a uma privatização cada vez mais acentuada dos costumes, hábitos e comportamentos” (RAGO, 1991, p. 24). Dessa forma, conforme Rago, no momento em que permeia mais intensamente a valorização da dimensão mais privada do sexo, no interior do casamento monogâmico e fechada no quarto do casal, a prostituição acaba criando modos coletivos e particulares de movimentação dos fluxos do desejo. Nas palavras da autora, “prostituir-se é ser de todos e de ninguém exclusivamente”. Assim, “o espaço da prostituição possibilita uma nova ‘respiração’ das coisas e das pessoas, diz Maffesoli, necessária para o equilíbrio da sociedade” (Idem). É nesse sentido que Rago explica que a prostituição atuou

como linha de fuga da constelação familiar, da disciplina do trabalho, dos códigos normativos convencionais: lugar de desterritorialização intensiva e da constituição de novos territórios do desejo. Configurou-se, portanto, como espaço onde puderem emergir outros modos de funcionamento desejante – anárquicos, microscópicos, diferenciados –, mais do que como lugar da transgressão do interdito sexual (RAGO, 1991, p. 24).

A autora também destaca a “importância que teve o bordel enquanto lugar de iniciação sexual dos jovens”. De acordo com ela, “moços da elite ou das camadas menos favorecidas eram introduzidos nas ‘artes do amor’ (...) pelas prostitutas, com as quais às vezes chegavam a manter relações duradouras” (Ibidem, p. 25). Apesar da prostituição ser condenada moralmente, essa finalidade dos prostíbulos era bem recebida na sociedade, porque iria garantir que as mulheres se mantivessem virgens até o casamento, de acordo com Rago.

---

<sup>31</sup> Por modo de vida burguês entende-se, nas palavras de Lima (1996, p. 44-45), as formas de comportamento decorrentes da ideologia da privatização que se consolidou na Europa ao longo do século XIX, paralelamente aos avanços da industrialização, valorizando o individualismo, as fronteiras entre o público e o privado, o universo familiar e a ritualização da vida cotidiana, a acumulação de capital (tanto real quanto simbólico), os critérios de “respeitabilidade”, a fetichização do consumo e a ascensão social.

Estas considerações me lembraram as reflexões de Monique Prada, na sua entrevista à Reinholz et. al (2020), onde ela afirma que “a prostituição não apenas mantém os casamentos, são instituições complementares, o casamento e a prostituição dentro dessa sociedade”. Assim, a prostituição tem que existir às sombras, às margens, mas, está longe de ser “um trabalho que não produz nada”<sup>32</sup>. Como conta Prada, após ela fazer esta afirmação, Silvia Federici a corrigiu: “produzimos, sim. Produzimos bem estar, acolhimento e prazer, que são bens valiosos nessa sociedade”. Através dessa observação, ela discute a função dos prostíbulo contemporâneos, principalmente os mais baratos, citando exemplos.

(...) depois que a visita íntima foi liberada nos presídios, isso serviu para amenizar e até acabar com as rebeliões aqui no Sul, os corpos das mulheres são usados para segurar essas rebeliões (...). Então, e nunca dizendo que isso é positivo, mas o que evita que esses homens que vêm do Nordeste trabalhar aqui, não recebem seus salários, acabam não conseguindo voltar para sua terra natal. Onde é que eles encontram um trabalho de cuidados, trabalho afetivo, coisas que evitam que eles se revoltem, uma acolhida? (REINHOLZ, et. al, 2020).

A partir das reflexões de Margareth Rago e Monique Prada, fiquei pensando que a existência dos prostíbulo da baixa prostituição no centro da cidade, em meio as casas das elites, dos ditos “cidadãos de bem”, pode atuar na manutenção do capitalismo. Dessa forma, a paisagem da prostituição opera como amenizadora das revoltas da classe trabalhadora contra o sistema, aliviando suas tensões contra um poder que visa discipliná-los, que os exclui, que os oprime. É nos prostíbulo, situados no centro, que operários encontrariam um certo conforto, um afeto, um cuidado, após as horas extenuantes de trabalho nas fábricas. Também encontrariam uma oportunidade de fuga da sua vida cotidiana, da disciplina do trabalho, do modelo de família, do casamento, da moral e dos bons costumes, de burlar a ideologia da privatização e de tentar desviar-se de outras imposições, já que esses espaços permitiam-lhes performarem outros sujeitos ou, ainda, expressar suas identidades enquanto trabalhadores fora dos muros das fábricas.

---

<sup>32</sup> Prada afirma que é falaciosa a ideia de que todas as trabalhadoras sexuais, sejam pagas ou não, não produzem nada. Ela destaca o “imenso e pesado papel que as esposas cumprem nessa sociedade”. Em suas palavras, “são as esposas, as mães, as donas de casa que sustentam essa sociedade - e não que isso seja bom, porque tudo isso é trabalho tomado de graça das mulheres. Eu fico pensando que se por dois ou três dias as mulheres - todas as mulheres - se recusarem a fazer aquilo que se convencionou ser seu trabalho, o capitalismo e o patriarcado vêm abaixo. E não são apenas as prostitutas, mas as que de fato têm levado esse mundo nas costas são as mulheres ditas decentes, as de quem se cobra decência (...)” (REINHOLZ, et. al, 2020).

O fato da maioria dos prostíbulo situarem-se nas adjacências do Mercado Público, no chamado “Bairro Sujo”, pode significar que este era um ponto estratégico para o trabalho sexual, por conta da concentração de trabalhadores no mercado, que precisavam extravasar suas mentes e corpos após um longo dia de trabalho e encontrar bem estar nos prostíbulo ali situados. Também era no mercado onde a “corretora” (agenciadora) de mulheres Domingas de Tal tinha uma banca de mocotó, a partir da qual ela encaminhava as moças que por ali passavam aos prostíbulo da rua Tiradentes, convencendo-as a executarem o trabalho sexual.

De acordo com Alain Corbin em “Women for Hire: Prostitution and Sexuality in France After 1850” (1990), no Les Halles, mercado situado em Paris, na França, as prostitutas circulavam entre os vendedores de vegetais e aceitavam, não só pagamento em dinheiro, como também em verduras, cenouras e quaisquer legumes vendidos pelos comerciantes. Lopes et. al (2010, p. 3) explicam que a palavra mercado, proveniente do latim *mercato*, significa “lugar de venda de gêneros alimentícios e outras [mercadorias]<sup>33</sup>”, ou seja, lugar de trato, de compra e venda ou de troca. O encontro e o contato direto entre vendedores, compradores, transeuntes, viajantes permite um mútuo jogo de trocas, pois a troca pressupõe a conversa para que o negócio seja efetivado (VARGAS, 2001 apud LOPES, et. al, 2010, p. 3). Desta forma, conforme o autor e a autora, “é possível reconhecer os lugares de mercado enquanto espaços de sociabilidade, uma vez que estes constituem um locus de interação recíproca entre indivíduos”, seja “através de costumes predominantes ou pelo comportamento relacionado às múltiplas atividades, as quais neles, historicamente teceram seu lugar” (LOPES, et. al, p. 3). Assim, é provável que aqueles homens que vêm do interior do município de Pelotas vender suas mercadorias no Mercado Público, também tivessem encontros com prostitutas, que poderiam executar o trabalho sexual em troca de alimentos como legumes, verduras e frutas que eram por eles comercializadas.

Onde os trabalhadores solteiros, viúvos ou que estavam longe de suas esposas, achariam este trabalho de afeto e cuidados se não existissem esses prostíbulo no centro da cidade? Será que a repressão da manifestação da sexualidade dos trabalhadores, através da não existência de prostíbulo – espaços onde eles poderiam fugir de sua realidade cotidiana –, não originaria mais operários

---

<sup>33</sup> Extraído por Lopes, et. al (2010, p. 3) de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 11ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

revoltosos, dispostos a fazer greves com o objetivo de acabar com a exploração capitalista?

Além disso, não podemos esquecer do papel dos prostíbulos enquanto espaços que, conforme as ideias que pairavam nas mentalidades do período, possibilitavam preservar a virgindade das moças solteiras antes do casamento, já que eram responsáveis pela iniciação dos homens jovens na esfera da sexualidade, como ressalta Rago (1991). Mesmo estes prostíbulos, destinados aos homens das classes mais baixas, eram vistos como cumpridores dessa função. Desse modo, a prostituição não deixava de ser tomada como um mal necessário perante a sociedade do começo do século XX, – apesar de ser condenada moralmente, como podemos observar nas denúncias do jornal O Rebate. A própria forma como os jornalistas se referiam aos prostíbulos, chamando-os de casas de tolerância, evidencia que a prostituição no chamado “Bairro Sujo” era, de fato, tolerada.

Podemos fazer um paralelo entre Pelotas e a cidade de Campina Grande, na Paraíba, já que ambas as cidades apresentam semelhanças no que diz respeito às zonas de prostituição localizarem-se na área central no começo do século XX. Conforme Diniz (2016), desde o final do século XIX a cidade de Campina Grande já possuía um grande número de meretrizes. As casas e/ou pensões destinadas à prostituição localizavam-se, inicialmente, nas ruas principais do centro, muitas vezes próximas ou ao lado de moradias familiares, “onde por vezes residiam políticos do cenário local e personalidades da elite campinense considerada como importantes e influentes aos olhos da sociedade, particularmente, magistrados, letrados, comerciantes, fazendeiros, entre outros” (p. 76). Entretanto, à medida que a prostituição se torna uma atividade inconveniente, surgem denúncias de vizinhos, “muitas vezes seguidas por campanhas públicas em jornais, pedindo a repressão policial e/ou a transferência das meretrizes para outros lugares” (SILVA, 2002, p. 48 apud DINIZ, 2016, p. 76). “O destino das prostitutas transferidas deve ser preferencialmente as áreas onde a sua presença não seja um empecilho para o desenvolvimento do mercado imobiliário e para as atividades do comércio” (Idem). Assim, segundo Diniz, “esta união espacial da elite campinense (principalmente de suas esposas e filhas) com as prostitutas não era vista de bom grado pelos olhos dos conservadores, uma vez que sua influência não era considerada boa para/pelas famílias tradicionais em diversos aspectos” (Ibidem, p. 76). Entretanto, mesmo utilizando-se de discursos moralistas, “embutidos nas questões sanitárias

juntamente com o emblema da modernidade” – tal como vemos no jornal pelotense O Rebate –, “não era de interesse dessa elite que houvesse a extinção deste entretenimento tão procurado por todas as camadas sociais” (Idem).

Com as casas de tolerância destinadas às classes trabalhadoras situadas nos pontos centrais da cidade, mantém-se assim o “equilíbrio”, como diz Rago (1991), da sociedade pelotense: se o casamento e a prostituição são instituições complementares, uma precisa da outra para existir, então também não pode haver o centro sem a margem, já que ambos (centro e margem) estão em contínua negociação, como vimos em Das e Poole (2008). Isto explicaria por que, apesar das tentativas do poder de invisibilizar trabalhadoras sexuais, elas seguem executando o trabalho sexual no centro da cidade até os dias de hoje, mesmo que de forma clandestina.

Em 12 de abril de 1916 é publicada no O Rebate a notícia que tem por título “A polícia limpa o Bairro Sujo”, o que poderia caracterizar um processo de higienização social que agora tinha como objetivo acabar com a prostituição no centro da cidade.

#### “A POLICIA LIMPA O BAIRRO SUJO

Hontem, às 23 horas, o ajudante Abrahym, acompanhado dos guardas ns. 21 e 16 do 1º posto, fez um bonito serviço no Bairro Sujo. Quando o barulho era enorme, quando os copos da cachaça tilintavam nos dentes, quando as obscenidades irrompiam das bocas sem freio da malandragem, aquelles policiaes penetraram de surpresa, inesperadamente, em diversos cafés do Mercado e da rua Tiradentes. Depois, foi um longo desfilar de gente de toda côr, cambaleando, em direção ao posto. Ora, afinal a policia faz alguma coisa que preste!” (O Rebate de 12 de abril de 1916, p. 2).

Outra notícia, publicada no dia 14 de abril de 1916, relata que a polícia vêm realizando uma “limpeza geral” no “Bairro Sujo”, contendo os antros onde a prostituição e a jogatina vigora. A partir da leitura da notícia do jornal é possível observar que esta higienização não estava sendo realizada apenas na quadra da rua Tiradentes que compreendia o chamado “Bairro Sujo” (entre 15 de novembro e General Victorino), mas também a outra quadra, entre General Victorino e Felix da Cunha, já que nesta última também haviam prostíbulo e casas de tavolagem.

#### “O BAIRRO SUJO

#### A JOGATINA

A policia ultimamente tem feito uma limpeza geral no celeberrimo “Bairro Sujo”. Nestas ultimas noites, temos notado um silencio profundo naquella zona, antes o fóco das desordens e dos crimes. Já não se veem mais aqueles grupos de mulheres debochadas e individuos desordeiros a transitarem pelas calçadas, em horas tardias, soltando baforadas de fumo, provocando a todos que passavam e quando o alcool acetuava fortemente offerecendo scenas degradantes. As duas quadras comprehendidos entre Felix da Cunha e 15 de Novembro, têm uma historia de sangue que encheram columnas inteiras dos jornaes e os annaes da policia. Agora, talvez por algum tempo, não tenhamos de comentar os actos degradantes desenrolados naquella zona, que de ha muito reclamava esse saneamento. Não tecemos elogios a esse acto da policias visto como traduz o mesmo o cumprimento de um dever que ha muito já devera ter sido posto em prática.” (O Rebate de 14 de abril de 1916, p. 2).

Alguns dias após a publicação da notícia que relatava a “limpeza geral no Bairro Sujo”, outra é publicada. Dessa vez, conta a grave agressão policial que sofreu a trabalhadora sexual Maria Joanna Bertolina, no botequim de propriedade de João de tal, também localizado na quadra da rua Tiradentes entre as ruas General Victorino e 15 de novembro. A mesma notícia também demonstra o caráter racista do jornal O Rebate:

#### “ESBORDOADA PELA POLICIA

Hontem, à rua Tiradentes ocorreu mais uma dessas scena degradantes, em que a policia toma uns ares de tragica, franze o sobr’olho, e puxando do fação expande satanicamente a essa perversidade, o seu odio mal contido, á miséria indefeza, a innocencia incapaz e irresponsavel. A’s 21:30 a rapariga da vida fácil Maria Joanna Bertolina, foi ter a um botequim de propriedade de João de tal, no “Bairro Sujo”, e alli encontrando-se com outras companheiras, começou a beber, ficando em poucos momentos dominada pelo alcool. Nesse estado, Bertolina sahiu para a rua, sendo mais adeante encontrada pelos guardas ns. 7 e 15 do 1º posto, que a intimaram a acompanhá-los. Bertolina não se oppoz á intimação e seguiu os guardas. A chegar á porta do botequim do qual momento antes ella havia sahido, os policiaes iniciaram a sua costumada e nunca punida selvageria. Esbordoaram, os infames, barbaramente, a desgraçada mulher apesar dos seus gritos e dos protestos do povo. O espancamento só terminou quando chegaram ao posto, e quando a victima, lhes cahiu aos pés inerte como morta. Foi um escandalo. E dizer que não ha quem tome providencias contra essa canalha, numa cidade que se diz civilisada, que se diz Princeza do Sul. Talvez do sul da Africa.” (O Rebate de 18 de abril de 1916, p. 3).

O Jornal correspondente ao primeiro semestre de 1917 faz apenas duas menções a quadra da Tiradentes entre as ruas 15 de novembro e General Victorino. A primeira foi publicada no dia 7 de março de 1917 e tem como título “Batida ao Bairro Sujo” (p. 2). Esta não faz menção aos locais específicos onde foi realizada essa intervenção policial. Outra notícia, publicada no dia 5 de abril de 1917, afirma que foram detidas no primeiro posto duas mulheres, Honorina Machado e Maria dos Santos. A primeira era trabalhadora sexual e em 1915 residia em uma bodega na rua Tiradentes, número 373, de acordo a notícia do O Rebate publicada no dia 29 de

janeiro de 1915 (p. 2). Não encontrei referências sobre Maria dos Santos e, portanto, não é possível afirmar se esta era prostituta.

#### “MULHERES DESORDEIRAS

Por estarem promovendo desordens no “Bairro Sujo”, foram detidas no 1º posto, as mulheres, Honorina Machado, Maria dos Santos e os indivíduos Paulino Cardoso e Agostinho Sonza.” (O Rebate de 5 de abril de 1917, p. 2).

No jornal O Rebate correspondente ao segundo semestre de 1917 não foi encontrada nenhuma notícia a respeito do chamado “Bairro Sujo”. Será que isso pode significar a destruição dos prostíbulos que ali existiam?

Considero importante ressaltar que antes da revitalização do Mercado Público, reaberto em 2012, existiam hotéis que eram destinados à prostituição e casas de prostituição na rua Tiradentes, entre as ruas 15 de novembro e Padre Anchieta (antiga General Victorino). Eu e Newan Souza, quando conversamos com barbeiros que trabalham no Mercado Público, estes mencionaram o Bar Saraiva, prostíbulo que ali se situava em meados dos anos de 1960, que ficava na esquina da rua Tiradentes com a rua 15 de novembro (figura 10). Os referidos hotéis existiram entre o final do século XX e começo do XXI e se localizavam ao lado da casa onde antes foi o Bar Saraiva.

Um dos barbeiros nos relatou que a quadra era chamada de “Bocada da Tiradentes”, por conta da prostituição que lá existia. Além disso, na outra quadra, entre a Padre Anchieta (antiga General Victorino) e a Félix da Cunha, muitas prostitutas “faziam ponto” na calçada do Correio. Mencionaram também que o banheiro do Mercado Público, situado na Tiradentes, era um local onde essas trabalhadoras realizavam seus programas. Isso demonstra que a quadra da rua Tiradentes, outrora denominada “Bairro Sujo”, sempre foi um espaço importante para a execução do trabalho sexual em Pelotas, mesmo após a década de 1910.

Com a recente revitalização do Mercado, o banheiro foi fechado e as trabalhadoras sexuais sofreram processos de exclusão, indo trabalhar em outros locais um pouco afastados dessa área mais central da cidade. Como afirma Monique Prada, as políticas higienistas há séculos tem tentado exterminar prostitutas, em suas palavras, “nos expulsando para lugares cada vez mais distantes e isolados e criando leis que servem apenas para nos jogar em situações mais precárias e inseguras” (2018, p. 33).

Na foto abaixo (figura 21) vemos o Mercado Público, entre as ruas Tiradentes e 15 de novembro. Na rua Tiradentes está o antigo banheiro do Mercado, constituído por uma espécie de “casinha” que possui uma ornamentação com detalhes semelhantes às do prédio principal. Atrás do banheiro estão as barbearias. Com a revitalização do Mercado Público todas essas passaram a se localizar na rua Tiradentes.



**Figura 21:** Mercado Público entre as ruas Tiradentes e 15 de novembro. Foto: Melina Monks da Silveira (2020).

Entretanto, algumas prostitutas, como relatam os interlocutores, ainda insistem em permanecer naquele local, resistindo às diversas tentativas de apagamento de suas presenças. Nas palavras de um dos barbeiros, “de manhã estão aqui as netas das putas” da Tiradentes. Essas narrativas não são apenas vestígios de histórias de um centro que, desde sempre, se transforma em margem cotidianamente. As trabalhadoras sexuais ainda estão lá, junto com suas antepassadas. Basta que olhemos para a paisagem. Ao observá-la, não veremos o Café da Infância, nem a Bodega da Catharina, a Bodega do Raphael, a Bodega de Antonio Fernandes ou o Fregue de Frutuoso Alves. Mas eles estão presentes, ainda que ausentes. As persistências (e insistências) materiais (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012) atuam no agenciamento da nossa capacidade de lembrar os passados. É para que esses passados não sejam esquecidos que a arqueologia resolveu intervir.

# CAPÍTULO 3

PARA QUE AS  
TRABALHADORAS SEXUAIS  
NÃO SEJAM ESQUECIDAS:  
DUAS INTERVENÇÕES  
PUBLICAS CRÍTICAS  
ENFOCADAS PELA  
MATERIALIDADE



Se “a arqueologia é sobre memória e presença” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, p. 259), ela deve escancarar as ausências, o drama, os traumas, desbanalizando o passado recente (THIESEN, 2013). Tem de provocar lembranças do que se pretendeu esquecer (LIMA, et al, 2016). Deve despertar o indizível, o que foi velado. Ela pode reavivar a memória dos prostíbulos novecentistas, que foram condenados ao desabamento, à eliminação no cenário urbano. Consequentemente, necessita revelar as injustiças sociais do Estado sofridas por trabalhadoras sexuais, como os processos de higienização social em Pelotas.

Nesse trabalho, o vídeo arqueológico, as cartografias, os desenhos e a pintura foram compreendidos enquanto formas de manifestar as paisagens da cidade que foram estrategicamente ocultadas pelo poder para que não se ouça mais falar delas, seguindo a perspectiva de González-Ruibal (2008). Entendo, a partir desse autor, que é por meio da manifestação que podemos evocar presenças. Trazê-las à tona configura-se enquanto um dos atos políticos mais potentes que a arqueologia pode desenvolver. Afinal, é na capacidade de manifestar as ausências, as opressões, as violências, as resistências, através da mundo material, que reside a força da arqueologia.

Em uma sociedade extremamente putafóbica, que condena à clandestinidade trabalhadoras sexuais, é fundamental “tornar manifesto” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008) como um mecanismo de desnaturalização dos preconceitos e do estigma de puta que foram criados no passado. A arqueologia, por agir como um antídoto no combate à amnésia social (LIMA, et al, 2016), tem este poder: o poder de fazer com que as pessoas lembrem que, se as mulheres ainda hoje estão exercendo trabalhos precários como a prostituição para garantir o seu sustento e de suas famílias, é porque no passado (como estratégia do sistema capitalista e também, no contexto brasileiro em que estamos inseridas/os, do colonialismo), a pobreza foi feminizada (FEDERICI, 2017); as mulheres tiveram seu trabalho invisibilizado e este passou a ser visto como “não trabalho”. Lembrem que não devemos lutar para abolir a prostituição, que muitas vezes é a melhor possibilidade de trabalho para várias mulheres de baixa renda, mas sim o capitalismo e o colonialismo, responsáveis por produzir a condição de subalternização das mulheres. Nesse sentido, compreendo, tal como Thiesen et. al (2014), que “a arqueologia é uma atividade inerentemente política e que ela pode e deve contribuir com um mundo mais justo e humano” (McGUIRRE, 2008; LITTLE & SHACKEL, 2014 apud THIESEN et. al, 2014).

Os dois manifestos que aqui serão relatados compreenderam a data do evento “Dia do Patrimônio em Pelotas”, realizado em 2019. Estes tomaram forma de intervenções públicas críticas enfocadas pela materialidade (GONZÁLEZ-RUIBAL et. al, 2017) e constituíram-se enquanto ferramentas de luta contra o capitalismo e o colonialismo (que no passado estruturaram as opressões de gênero, classe e raça que as mulheres sofrem hoje). Ademais, ambos foram posicionados contra a narrativa hegemônica pelotense, responsável por suprimir as histórias das trabalhadoras sexuais que construíram a cidade.

### **3.1 “A luta das trabalhadoras pelo direito de habitar a cidade de Pelotas”: uma exposição**

Desde 2017, no âmbito de três Projetos de Extensão, “Narrativas do Passo dos Negros”, “Terra de Santo” e “Mapeando a Noite”<sup>34</sup>, desenvolvemos uma ação que compreende o período em que ocorre o chamado Dia do Patrimônio em Pelotas, evento que é organizado pela Prefeitura Municipal da cidade. Em três anos seguidos, através de exposições que enfocam na materialidade e nas histórias de vida de alguns grupos em processos de exclusão na cidade, trazemos para a semana em que acontece o evento, uma diversidade de narrativas invisibilizadas: privilegamos não a história hegemônica (dos homens brancos da elite), que, inclusive, é a dominante nesse evento, mas as narrativas das pessoas LGBTI+<sup>35</sup>, das trabalhadoras sexuais, das trabalhadoras domésticas, dos povos de terreiro (de religiões de matriz africana), dos/as moradores/as do Passo dos Negros (que passam por processos de remoção devido ao avanço de condomínios de luxo) e das pessoas indígenas que habitam Pelotas. Narrativas que se entrelaçam com as referências da cidade que estas pessoas consideram enquanto seu patrimônio e que moldam suas vivências e identidades. Portanto, são tratadas a partir de uma definição crítica de patrimônio, que é pensada a partir das demandas dos grupos sociais e que vai muito além da definição tão excludente que é tomada pelo Estado.

---

<sup>34</sup> O Projeto de Pesquisa “Margens” também engloba, além do Projeto de Extensão “Mapeando a Noite: O Universo Travesti”, os Projetos de Extensão “Narrativas do Passo dos Negros: Exercício de Etnografia Coletiva para Antropólogas e Antropólogos em Formação” e “Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas”, coordenados pela Professora Doutora Louise Prado Alfonso.

<sup>35</sup> Lê-se Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexo e mais.

A criação destas exposições vem sendo motivadas pela ideia de trazer outros olhares para o patrimônio da cidade, inserindo estas narrativas dentro de espaços como os que compreendem os casarões elitistas que se localizam no entorno da Praça Coronel Pedro Osório. Casarões estes que, durante a semana em que ocorre o Dia do Patrimônio em Pelotas, abrem suas portas para receber a comunidade. Mais do que provocativa, a ação visa mostrar que a narrativa oficial da cidade não é a única e que as histórias de tantas outras pessoas que construíram e que constroem Pelotas e que estão emaranhadas em suas coisas, são importantes e não podem ser apagadas da memória pelotense.

Entre os dias 5 e 18 de agosto de 2019, ocorreu no Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, mas especificamente no espaço de arte Mello da Costa (que se situa no porão da biblioteca), a exposição “Patrimônios Invisibilizados: para além dos casarões, quindins e charqueadas”, integrando o Dia do Patrimônio (16 a 18 de agosto). Esta foi pensada a partir do entendimento de que os museus devem “cumprir um papel descolonizador, voltado para auxiliar na produção de narrativas alternativas às oficiais, incluindo grupos marginalizados na história e no imaginário das sociedades que vivem no território em apreço” (ALFONSO, 2012, p. 305), neste caso, a população pelotense. Como afirma Alfonso (2012), a arqueologia insere-se enquanto disciplina fundamental neste contexto. Ao lidar com as coisas construídas no passado e no presente por grupos em processos de exclusão e que moldam suas relações sociais, estudando-as em seus cotidianos e particularidades, elas podem trazer à tona uma infinidade de histórias que não aparecem em documentos escritos, já que a escrita era (e ainda é) privilégio de poucos/as.

De acordo com Janaina Rangel et al. (2018), foi através da compreensão do papel social do museu, tomando-o enquanto um espaço de poder e que, como tal, pode levar à transformação da sociedade, que ocorre a instalação da exposição neste espaço. Ademais, a preocupação em situarmos nossas formas de pensar o patrimônio a partir do conflito, de modo que os conflitos na cidade não sejam purificados na exposição, mas expostos, tratando a realidade tal como ela é, se fez presente.



**EXPOSIÇÃO**  
**PATRIMÔNIOS INVISIBILIZADOS: PARA ALÉM DOS CASARÕES, QUINDINS E CHARQUEADAS**

**05 a 18 de agosto**

**Local:**  
 Bibliotheca Pública Pelotense  
 Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense  
 Galeria Espaço de Arte Mello da Costa

**Realização:**  
 Projeto Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas



**Figura 22:** Cartaz elaborado para divulgação da exposição nas redes sociais e na entrada da Bibliotheca Pública Pelotense. Fonte: Projeto de Pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas.

Esta foi organizada em módulos, que apresentaram as formas de habitar a cidade pelas trabalhadoras de Pelotas (sobretudo, trabalhadoras sexuais), comunidade LGBTI+, povos de terreiro (de religiões de matriz africana), comunidade do Passo dos Negros e povos indígenas, mostrando o mundo material que constitui as vivências desses diferentes grupos sociais na cidade.

A partir da apresentação dos módulos para a comunidade, propomos diálogos com a mesma, seguindo a abordagem de Paulo Freire et. al (2017) pautada na pedagogia da pergunta, através de conversas e de propostas de reflexão. Pensamos em perguntas que pudessem instigar as pessoas a contarem suas próprias histórias como um caminho que possibilitasse a identificação com as realidades dos grupos

representados na exposição, por meio de suas coisas e narrativas. Para isso, foram expostos banners com questionamentos sobre a cidade de Pelotas e o grupo social em questão e foram preparados espaços em frente aos módulos, para que os/as visitantes escrevessem, desenhassem e participassem de forma mais ativa. Estes espaços foram estabelecidos com o objetivo de que, tanto as perguntas escritas, como os próprios diálogos, lhes motivassem a expressar, da forma como preferissem, o que é patrimônio para eles/as.

## PATRIMÔNIOS INVISIBILIZADOS: PARA ALÉM DOS CASARÕES, QUINDINS E CHARQUEADAS

Sabes o que é patrimônio? São lugares, saberes, fazeres e coisas escolhidas porque são importantes para um grupo. Os patrimônios representam a história de vida de cidades, pessoas, lugares, são usados como símbolos e atrativos turísticos. O que normalmente não é questionado é: quem escolhe esses patrimônios? Quem eles representam?

Nós, do projeto Margens: Grupos em Processos de Exclusão e suas Formas de Habitar Pelotas entendemos que muitos desses patrimônios oficiais, como os casarões e os doces, são importantes para várias comunidades, mas a partir de diferentes olhares, afetos e histórias que não são contadas por aí.

Também valorizamos outros grupos, não apenas aqueles que sempre aparecem nos livros de história e nos folhetos turísticos. Para nós, os patrimônios das periferias, das comunidades negras, das mulheres, das comunidades LGBTI+, das religiões de matriz africana, das operárias e operários devem ser valorizados. Nesta exposição estão presentes muitos destes grupos, trazendo suas histórias, suas lutas, suas coisas!

**Tu conheces outros patrimônios? Que outros patrimônios deveriam estar aqui? Quais diferentes grupos são importantes para Pelotas, mas não são valorizados? Que patrimônios te representam?**











**Figura 23:** Banner da exposição “Patrimônios Invisibilizados: para além dos casarões, quindins e charqueadas”. Fonte: Projeto de Pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas.

O módulo que abordou as vivências de trabalhadoras sexuais denominou-se “A luta das trabalhadoras pelo direito de habitar a cidade de Pelotas”. Este também procurou demonstrar os modos de habitar de outras trabalhadoras, também invisibilizadas na cidade (no passado e no presente), como as doceiras, banqueteiras, artesãs indígenas, trabalhadoras domésticas, operárias, costureiras e lavadeiras. O banner criado para este módulo seguiu o modelo dos banners feitos para outros módulos, ou seja, apresentava o título, fotos, um texto no centro e perguntas, mas, diferentemente dos outros, possuía a cor roxa (símbolo do movimento feminista).

O texto e os questionamentos foram pensados de modo a serem escritos em uma linguagem acessível, que contemplasse os mais diversos públicos que visitassem o museu, como é possível ver na figura 24. Foram colocadas fotos<sup>36</sup> das operárias da Companhia de Fiação e Tecidos Pelotense, fábrica de tecelagem que funcionou na cidade entre os anos de 1910 a 1974; de uma doceira representando os doces de frutas coloniais, pouco valorizados pelas narrativas oficiais; de trabalhadoras domésticas no sindicato criado por elas em Pelotas; das lavadeiras negras escravizadas que lavavam suas roupas no Arroio Santa Bárbara; das banqueteiras que serviam os banquetes para as famílias da elite pelotense e que continuam executando esse ofício nos dias de hoje; de parte da pintura realizada por Violet Baudelaire para representar as trabalhadoras sexuais de Pelotas; da Mestreira Griô Sirley Amaro, costureira desde os 13 anos de idade; de mulheres indígenas que, tal como no passado, seguem fazendo seus artefatos e trabalham nos dias de hoje executando o ofício de artesã. Fotos que representam as trabalhadoras de profissões diversas, invisibilizadas e estigmatizadas. Que realizavam/realizam várias jornadas diárias. Que desde sempre lutam pelo seu direito de habitar a cidade, agenciando estratégias para enfrentar um cotidiano excludente, violento, racista, transfóbico, machista e misógino. Resignificando a forma como o jornal O Rebate referia-se preconceituosamente às trabalhadoras sexuais, afirmo que todas elas eram/são mulheres da vida (nada) fácil.

---

<sup>36</sup> Todas as fotos utilizadas para a elaboração do banner fazem parte do acervo de imagens do projeto de pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas.

## A LUTA DAS TRABALHADORAS PELO DIREITO DE HABITAR A CIDADE DE PELOTAS



Pelotas não foi construída apenas por homens brancos ricos, como nos conta a história oficial. Nos casarões, nas ruas, nos prostíbulos, nas fábricas, nos engenhos e em suas casas, mulheres sempre realizaram trabalhos que não são valorizados, como as trabalhadoras domésticas, trabalhadoras sexuais, lavadeiras, artesãs, operárias, cozinheiras, costureiras, doceiras e banqueteiras. Muitos destes trabalhos não são remunerados. O trabalho sexual (prostituição), por exemplo, não é considerado trabalho. As trabalhadoras sexuais lutam pela garantia de direitos trabalhistas, afirmando que "trabalho sexual é trabalho!".

Para nós, a cidade é uma obra em constante movimento, construída por mulheres, de diversas maneiras. As paisagens da cidade, no passado e no presente, tecem os modos de habitar destas mulheres que a transformam dia após dia. Elas traçam seus próprios caminhos criando estratégias e resistindo ao preconceito e ao machismo. Os caminhos por onde elas percorrem nos mostram que suas histórias de vida são importantes, precisam ser contadas e, seus patrimônios, valorizados.

**Me conte uma história sobre as mulheres que tu conhecestes? Onde as mulheres que tu conheces trabalham? Quais são seus patrimônios? Como seus patrimônios se misturam com suas histórias de vida?**



Equipe:



UFPEL



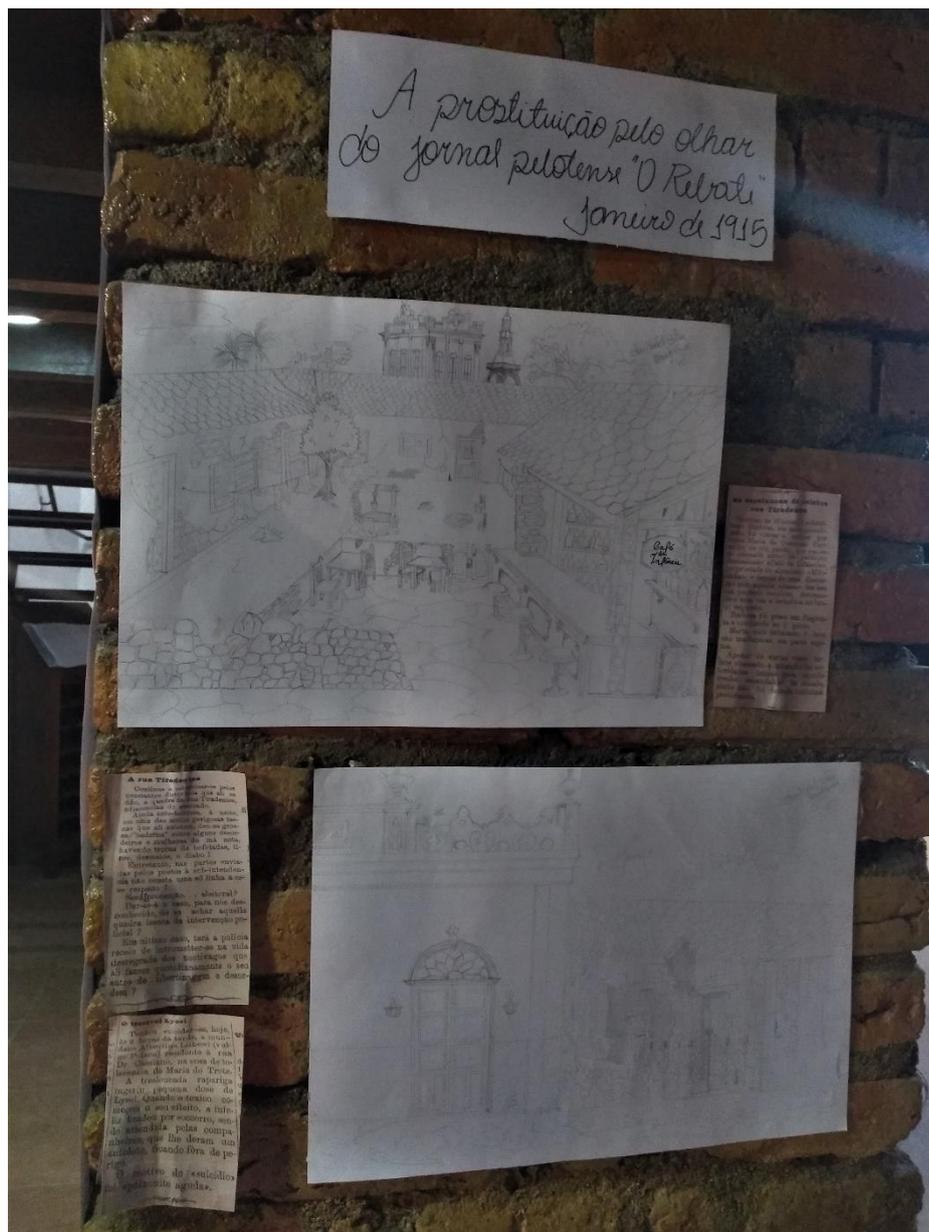
**Figura 24:** Banner do módulo da exposição intitulado “A luta das trabalhadoras pelo direito de habitar a cidade de Pelotas”. Fonte: Projeto de Pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas.

Desse modo, contei com a ajuda de Violet e Newan para montar o módulo das trabalhadoras. O banner foi fixado em uma das colunas de tijolos do museu. Próximo ao banner, em um dos lados da coluna da frente, foi colocada a pintura feita por Violet, com a frase “As resistências das trabalhadoras sexuais de Pelotas” e o ano de 1915, que corresponde ao ano da cena que foi retratada pelo jornal O Rebate (figura 25).



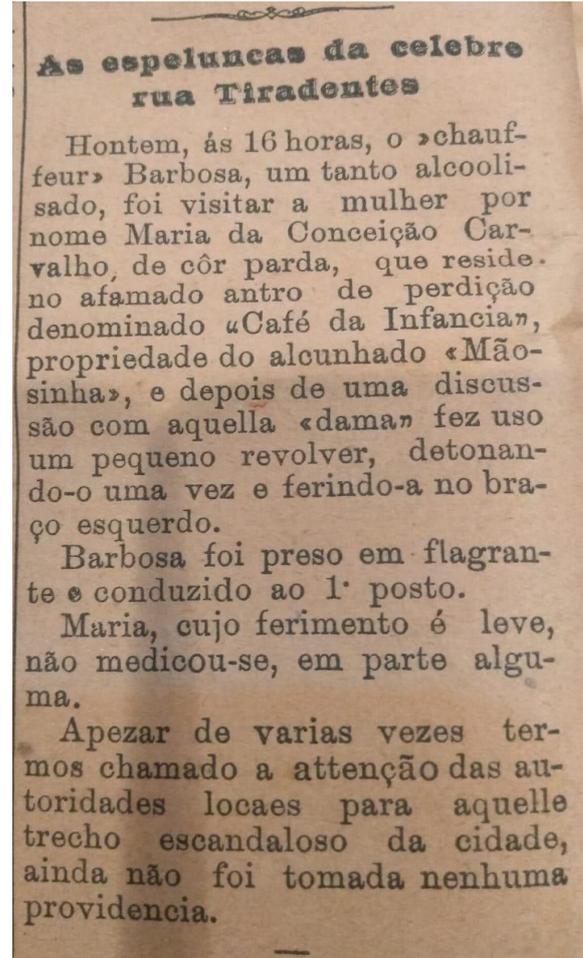
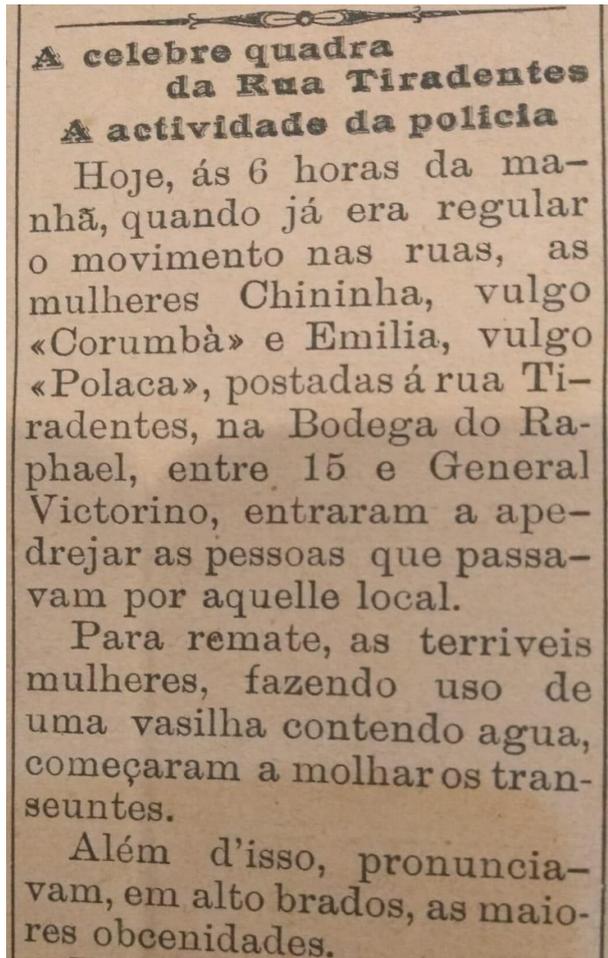
**Figura 25:** Pintura fixada em uma das colunas de tijolos do museu. Fonte: Vanessa Avila Costa (2019).

No outro lado da mesma coluna colocamos os desenhos referentes ao Café da Infância com o título “A prostituição pelo olhar do jornal pelotense O Rebate. Janeiro de 1915” (figura 26).



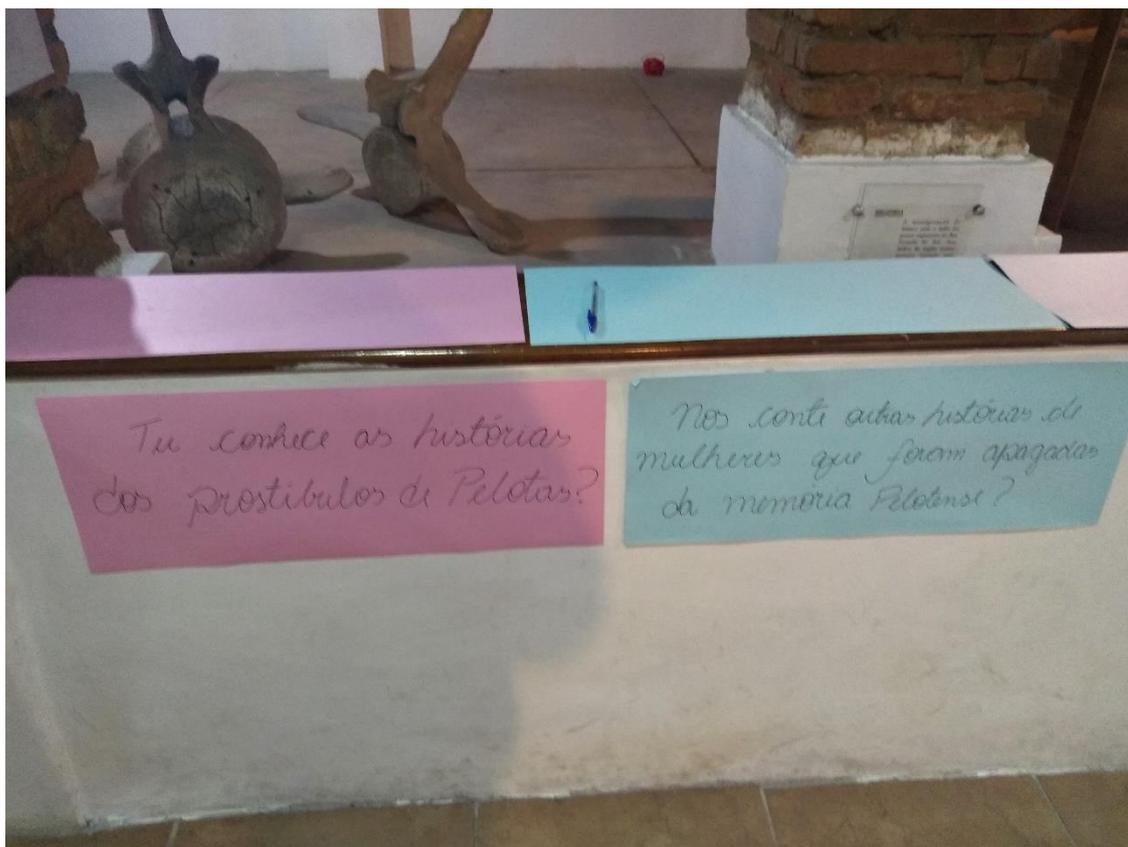
**Figura 26:** Desenhos fixados em uma das colunas de tijolos do museu. Fonte: Vanessa Avila Costa (2019).

Além disso, após fotografarmos 7 notícias no próprio jornal do ano de 1915, as imprimimos, recortamos e colamos de modo a ficarem espalhadas pela coluna, juntamente com a pintura e os desenhos. As notícias que faziam referência ao Café da Infância foram coladas próximas aos desenhos. Já a notícia que inspirou a produção da pintura foi colada junto a ela.



**Figuras 27 e 28:** Fotos de notícias do jornal O Rebate de 1915. Fonte: Bibliotheca Pública Pelotense.

Próximo aos desenhos e à pintura, foi preparado um espaço para interação com o público. Foram coladas duas cartolinas com questionamentos e outras duas destinadas às expressões das/os visitantes da exposição (escritas, desenhos, entre outras). As perguntas eram: “Tu conheces as histórias dos prostíbulos de Pelotas?” e “Nos conte outras histórias de mulheres que foram apagadas da memórias pelotense?”.



**Figura 29:** Espaço de interação do módulo das trabalhadoras. Fonte: Vanessa Avila Costa (2019).

Junto ao banner das trabalhadoras, que foi colocado em frente aos desenhos e à pintura, posicionamos a cartografia em desenho que trata das resistências das trabalhadoras sexuais em Pelotas no passado-presente-futuro em cima da bandeira LGBTI+, para escancarar a transfobia e a putafobia que as travestis que executam o trabalho sexual sofrem. As lutas cotidianas das prostitutas e sua reivindicação por direitos trabalhistas foram representadas por uma carteira de trabalho que também foi disposta no chão, ao lado da cartografia, da bandeira LGBTI+, de um par de sapatos e um leque (materialidades que faziam/fazem parte do universo das trabalhadoras sexuais). A carteira de trabalho também foi vinculada às materialidades que na exposição representaram as vivências de trabalhadoras domésticas (o material de limpeza), que assim como as trabalhadoras sexuais também reivindicam seus direitos. Juntamente a essas coisas, em outra coluna, foi colocado o banner do módulo sobre os modos de habitar das pessoas LGBTI+ em Pelotas. Dessa forma, ambos os módulos do projeto Mapeando a Noite que precisaram ficar juntos por conta do pouco espaço que tínhamos para fazer a exposição, acabaram por se complementar.



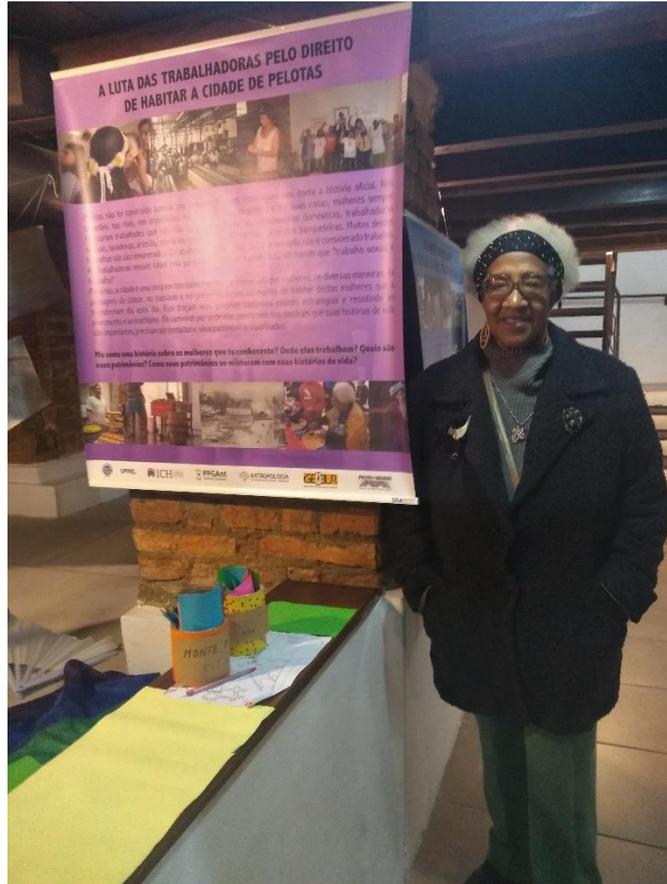
**Figura 30:** Materialidades que fizeram parte tanto da exposição das trabalhadoras como da exposição sobre a comunidade LGBTI+ de Pelotas. Fonte: Vanessa Avila Costa (2019). **Figura 31:** Banner do módulo da exposição sobre a comunidade LGBTI+. Fonte: Vanessa Avila Costa (2019).

A disposição das coisas, incluindo desenhos, pintura, cartografia e recortes de jornal no módulo das trabalhadoras, foi estrategicamente pensada para trazer à tona as imagens de violência, do estigma, do machismo, da transfobia que as trabalhadoras sexuais sofrem, bem como suas lutas cotidianas pelo direito à cidade. As paisagens transcriadas, nesse sentido, foram responsáveis por revelar as injustiças sociais aos quais as trabalhadoras sexuais estavam expostas no passado e ainda estão no presente, como os processos de higienização social; Escancarar as táticas do Estado para que não falemos sobre as histórias dessas trabalhadoras, por meio da destruição do seu mundo material, do esquecimento das paisagens dos prostíbulos e da construção de uma narrativa hegemônica excludente. As casas de prostituição transcriadas atuaram como as próprias mediadoras de um passado de repressão, mas também de resistência. Manifestaram essas paisagens que foram ocultadas pelo poder, ativando as memórias das pessoas que visitaram a exposição.

Ainda assim, decidimos perguntar às/aos visitantes se queriam que nós explicássemos os módulos. Dessa forma, procuramos estabelecer uma mediação mais inclusiva, diferentemente da que tradicionalmente é aplicada em museus (onde

quem fala é o/a mediador/a). Afinal, se queremos uma arqueologia politicamente engajada, esta deve se dar de forma participativa: precisamos ouvir todas as vozes, introduzindo questões que provoquem modos de pensar criticamente sobre os diversos recortes invisibilizantes na construção de narrativas oficiais, no debate. Cabe ressaltar que a responsável pela mediação foi a museóloga Janaina Rangel. Todavia, durante os dias em que aconteceu o evento Dia do Patrimônio, integrantes do Projeto de Pesquisa “Margens” também mediaram a exposição.

Assim, nos dias 16, 17 e 18, mediei a exposição no módulo das trabalhadoras de Pelotas. Primeiramente, quando as pessoas entravam no museu, lhes era apresentada a exposição “Patrimônios Invisibilizados”, bem como o Projeto de Pesquisa “Margens” ao qual ela está inserida. A seguir, essas eram encaminhadas para o módulo das trabalhadoras. A pintura feita com tinta a óleo era a que chamava mais atenção das/os visitantes do museu nesse módulo. Comecei então explicando que naquela parte da exposição estávamos demonstrando que muitas trabalhadoras são invisibilizadas em Pelotas, que seu trabalho não é valorizado como deveria, como é o caso das prostitutas. Explicava que elas são trabalhadoras assim como todas aquelas mulheres que aparecem no banner e que, por isso, me referia a elas como trabalhadoras sexuais. Desse modo, apresentava as fotos das trabalhadoras que estavam no banner. Algumas pessoas relataram que não sabiam que as mulheres negras escravizadas lavavam roupas no arroio Santa Bárbara ou que até um certo período, na antiga Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, trabalhavam crianças e adolescentes, em sua maioria, meninas. Outras, apontavam para a foto da Mestreira Griô Sirley Amaro e falavam que a conheceram em eventos culturais da cidade.



**Figura 32:** Mestra Griô Sirley Amaro ao lado do banner em sua visita à exposição. Fonte: Vanessa Avila Costa (2019).

Quando chegava na última foto do banner, de parte da pintura que representava as trabalhadoras sexuais de Pelotas, encaminhava as pessoas para a coluna em frente, onde ela estava. Explicava que aquela pintura foi produzida com o objetivo de expor a luta das trabalhadoras sexuais em Pelotas no passado e mostrava a notícia do Jornal O Rebate que inspirou sua elaboração, onde aparece a Bodega do Raphael, situada na rua Tiradentes entre as ruas 15 de novembro e Padre Anchieta (antiga General Victorino). Relatei que essa quadra da rua Tiradentes era chamada pelos jornalistas do O Rebate de Bairro Sujo, por conta da forte presença desses prostíbulos, destinados aos homens das classes mais baixas, e das trabalhadoras sexuais, como uma forma de discriminá-las por estarem executando o trabalho sexual. Algumas paravam por algum tempo para admirar a pintura. Outras, tiravam fotos tanto da pintura como das notícias do jornal de 1915.



**Figuras 33 e 34:** Visitantes observando e tirando fotos da pintura. Fonte: Vanessa Avila Costa (2019).

Fui questionada algumas vezes se aquelas notícias haviam realmente sido publicadas pelo jornal da época. Falei que elas foram pesquisadas no próprio Arquivo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, fotografadas e impressas para comporem a exposição e que inclusive elas mesmas podiam ter acesso à esses jornais, fazendo sua própria pesquisa. Também mostrei os desenhos do Café da Infância e a notícia do jornal onde ele aparece, relatando que esse era um prostíbulo da baixa prostituição que existia em Pelotas e que assim como a Bodega do Raphael, também se situava na rua Tiradentes, entre as ruas 15 de novembro e Padre Anchieta (antiga General Victorino). Afinal, nessa quadra existiam muitos prostíbulos nesse período.

Algumas pessoas também fotografaram esses desenhos, questionando-me se ele realmente possuía aquela estrutura. Falei que infelizmente não tinha como sabermos como era o Café da Infância, já que o prostíbulo havia sido derrubado, e também por não haver nenhum outro vestígio da edificação, como por exemplo, plantas arquitetônicas. Por isso, aqueles desenhos manifestavam os prostíbulos da baixa prostituição a partir de uma estrutura semelhante a que possuíam os antigos cortiços, pois através da nossa pesquisa arqueológica compreendemos que ambos (prostíbulos e cortiços) poderiam ter uma arquitetura semelhante.

Citei também o Mercado Público como um local de referência para que essas pessoas identificassem melhor a área de maior concentração de prostíbulos da cidade, ao longo dos anos de 1914 a 1917. Falei que as prostitutas no passado não eram reconhecidas como trabalhadoras, assim como não são reconhecidas hoje; Que esse é um trabalho igual a outro; Que a nossa sociedade é tão preconceituosa que acaba fazendo com que essas mulheres vivam de forma clandestina, sem enxergar que assim como nós elas precisam sustentar a si e a suas famílias. Logo, essa é uma alternativa de trabalho para muitas mulheres de baixa renda. relatei que elas haviam sido removidas da rua Tiradentes com a revitalização do Mercado Público e que após sofrerem esse processo de higienização social, começaram a trabalhar em outros pontos da cidade. Comecei a apresentar a cartografia em desenho, focando nas resistências das trabalhadoras sexuais travestis em Pelotas e na sua luta contra a transfobia e o estigma da profissão. Frisava, a partir da cartografia e da carteira de trabalho que estava próxima a ela, que uma das reivindicações das trabalhadoras sexuais é a conquista de direitos trabalhistas, como a regulamentação da prostituição, para que executem o trabalho sexual de forma mais digna e segura. Após explicar a cartografia, Newan Souza e Felipe Aurélio começavam a mediar o outro módulo do Projeto Mapeando a Noite que tratava da comunidade LGBTI+ em Pelotas. Os módulos que vinham a seguir, dos Projetos Terra de Santo e Narrativas do Passo dos Negros, eram mediados por outros membros da equipe do projeto “Margens”.

Cabe salientar que quando finalizava as explicações sobre o módulo das trabalhadoras, perguntava se as pessoas não queriam deixar algum registro sobre os prostíbulos da cidade que conheceram ou ouviram falar. Nenhuma quis se manifestar na cartolina, inclusive durante o período em que a responsável pela mediação da exposição era Janaina Rangel. Talvez por que a temática do trabalho sexual está carregada de estigmatizações. As/os visitantes preferiam conversar e me contar sobre as casas de prostituição do passado, relatando suas histórias. Essas são algumas de suas narrativas, que foram entendidas nesse trabalho enquanto um outro mapeamento dos prostíbulos e áreas associadas à prostituição:

“Na Barroso entre Tiradentes e Telles existiam casas de prostituição e a quadra era chamada de Buraco Sujo.”

“Na Cassiano e na Major Cícero existiam várias casas com mulheres nas janelas. Minha mãe dizia que elas eram mulher da vida, então as moças de família não

passavam. Aí minha mãe falava que nos puxavam pra dentro se a gente passasse por lá.”

“Quando eu tinha uns 14 anos mais ou menos, minha avó não me deixava sentar na praça Coronel Pedro Osório porque era um local onde as prostitutas ficavam né, onde elas chamavam os homens.”

“A minha avó contava que a Cassiano não era bem afamada, porque tinha essas casas. Isso foi na década de 40. Aí na Cassiano entre a Anchieta e a Andrade Neves tinha várias francesas. Era assim que chamavam elas.”

“A parte das francesas eram das casas mais exclusivas, não eram dessas casinhas mais chinfrim.”

“As casas das prostitutas, quando eu era moça, eram chamadas de *rendez vous*. Essa expressão é francesa. Era muito usada”.

“A Tiradentes da ponta da balsa até a Quinze era muito assim, tinha casa de dança, tinha casa de se encontrar, ficou uma rua muito conhecida. Elas ficavam na rua mas pra entrar nas casas. Ficavam na rua pra pegar os homens, porque quando a gente vinha da terreira tinha muita mulher mesmo”.

“Na minha adolescência, a rua Major Cícero era conhecida como rua das francesas, que eram essas mulheres.”

“Eu me lembro que a antiga Casa da Banha, na Félix da Cunha, foi uma casa de prostituição por algum tempo.”

A maior parte dos relatos referem-se às ruas Major Cícero e Doutor Cassiano, aproximadamente na década de 1940, que também aparecem nas narrativas da Mestra Griô Sirley Amaro. As prostitutas são descritas pelas/os visitantes como francesas, mas, segundo seus relatos, não necessariamente eram de nacionalidade francesa, o que pode evidenciar que muitas trabalhadoras sexuais brasileiras assumiam essa outra identidade, como vimos através das considerações de Rago (1991) discutidas no capítulo 2. Além disso, conforme as narrativas, os prostíbulos em que trabalhavam francesas eram destinados aos homens que possuíam maiores condições financeiras, como os que existiam nessas ruas.

A Tiradentes também está presente nos relatos, o que demonstra a presença marcante de trabalhadoras sexuais na rua algumas décadas após a publicação das notícias que relatam a “limpeza geral” feita no “Bairro Sujo”. Estas referem-se a repressão policial à prostituição, que se qualifica enquanto um processo de

higienização social que tinha como objetivo a remoção de prostíbulos e de trabalhadoras sexuais para locais mais afastados do centro. Assim, relatos como este demonstram a apropriação da paisagem da quadra da rua Tiradentes pelas trabalhadoras sexuais e suas resistências aos processos de exclusão que ali ocorreram, a reivindicação deste espaço, que também se manifesta no contemporâneo mesmo após a última revitalização do Mercado Público, como vimos no segundo capítulo.

Segundo um visitante, a rua Almirante Barroso, entre as ruas Tiradentes e General Telles também era um local que apresentava muitos prostíbulos e, por isso, recebeu o nome de “Buraco Sujo”, denominação semelhante a que foi dada a rua Tiradentes, entre General Victorino e 15 de novembro. A rua Félix da Cunha também aparece em um relato de uma visitante que lembra-se da localização de um antigo prostíbulo da cidade.

Ao estabelecer o diálogo com visitantes, percebi que poucas mulheres concordavam com o que estava sendo dito a respeito do trabalho sexual. A exposição sobre as trabalhadoras teve maior aceitação entre o público masculino. Com os homens consegui conversar por mais tempo, através das paisagens transcritas, sobre as lutas das trabalhadoras sexuais pela conquista de direitos trabalhistas, por exemplo. Uma dessas mulheres com quem conversei afirmou que “as pessoas deveriam se colocar mais no lugar das prostitutas, entender que aquele é o trabalho delas”. Algumas falaram que no passado existia muito preconceito. Utilizando o exemplo da rua Tiradentes e os processos de remoções de trabalhadoras sexuais a partir da revitalização do Mercado Público, destaquei que esses preconceitos não ficaram no passado. Que a sociedade ainda discrimina as mulheres que executam o trabalho sexual para sobreviver. Outras pessoas recusaram a mediação, preferindo ficar mais livres para interagirem com a exposição. Também tiveram aquelas que ao chegarem no museu, paravam para observar a pintura feita com tinta a óleo. Logo que entendiam que estávamos tratando ali da temática do trabalho sexual, seguiam em direção aos outros módulos, recusando o diálogo.

Foi possível observar um desconforto por grande parte das/os visitantes ao presenciarem as temáticas que estávamos abordando no espaço, principalmente, as relacionadas às trabalhadoras sexuais e pessoas LGBTI+, no módulo do Mapeando a Noite. Infelizmente, estas pessoas não estavam abertas para o diálogo mas, de uma forma ou de outra, a exposição cumpriu seu papel ao provocar sensações de

desconforto frente às temáticas expostas e trazer à tona preconceitos que estão enraizados na sociedade, para que estes possam ser combatidos.

Contrastando com essas pessoas as quais as conversas não se fizeram possíveis, conseguimos alcançar as crianças e dialogar com elas que, livres dos preconceitos de adultos, demonstraram seu respeito à diversidade. Houve um interesse perceptível do público infantil no trabalho cartográfico feito em 2018 (figura 7). Nós entendemos que os desenhos foram os responsáveis por aproximar as crianças do mapa, que começaram a produzir seus próprios desenhos na cartolina que foi colocada para que as pessoas interagissem com a exposição.

O trabalho sexual é considerado um tema supostamente complicado para ser tratado com crianças, bem como a temática LGBTI+. Porém, através da cartografia, foi possível interagir com o público infantil que visitou o museu. Debates como estes, capazes de alcançar as crianças, são muito importantes, já que poderão somar na luta contra a LGBTfobia e putafobia pelas futuras gerações. O museu, nesse sentido, é entendido enquanto possibilitador de mudanças (ALFONSO, 2012, p. 305). Além disso, se não tivéssemos levado o trabalho cartográfico para fora dos muros da universidade, perderíamos muito, pois foi justamente o olhar das crianças para a cartografia que nos despertou a pensar na importância de propor metodologias arqueológicas cada vez mais inclusivas. Afinal, um mapa tradicional não comprimiria o mesmo papel de envolver, no diálogo, uma pluralidade de vozes.

Estimamos que mais de mil pessoas tenham passado pela exposição “Patrimônios Invisibilizados” desde a data em que ela foi aberta ao público, após sua montagem, até os dias em que ocorreu o evento Dia do Patrimônio em Pelotas. Entendemos que, através dela, foi possível sensibilizar a comunidade pelotense a pensar criticamente sobre o patrimônio institucionalizado de Pelotas e as narrativas oficiais que são contadas a partir dele, ao trazer as coisas que falam sobre os modos aos quais grupos em processos de exclusão habitam a cidade.

Através dessa intervenção arqueológica, revelamos as paisagens que foram apagadas do cenário urbano, junto com as memórias das trabalhadoras sexuais que viviam e trabalhavam na parte mais central da cidade. Com o público do museu construímos narrativas sobre o trabalho sexual em Pelotas, ainda que muitas pessoas não tenham se sentido à vontade ao presenciarem o módulo das trabalhadoras sexuais no espaço do museu. Este é o poder das coisas. Elas são capazes de nos despertar não só para as histórias de vida que não nos são contadas, que são veladas

para que ninguém saiba delas, mas também, às emoções que sentimos e que queremos negar, às desigualdades sociais e aos preconceitos de gênero, classe e étnico-raciais que estão internalizados na sociedade e em nós mesmos/as.

Entendo, de acordo com González-Ruibal et. al, que precisamos mais do que nunca de uma arqueologia que seja provocativa, que fale sobre coisas que causam desconforto, que problematize narrativas, que se comprometa com a explicação histórica, envolvendo não somente aquelas pessoas que já estão convencidas e prontas para nos ouvir (nosso público habitual) (GONZÁLEZ-RUIBAL et. al, 2017, p. 7), mas também as que são adeptas dos ideais do populismo reacionário<sup>37</sup>.

### 3.2 A performance Flor de Papel

Quais foram as marcas deixadas pelas trabalhadoras sexuais que viveram no começo do século XX sobre a cidade de Pelotas? Onde elas estavam e como estabeleciam estratégias de existência, sobrevivência e resistência em seus cotidianos? Quem contou a história das trabalhadoras sexuais em uma sociedade onde os discursos do passado foram e continuam sendo construídos sob uma perspectiva patriarcal, branca, moralista, eurocêntrica, burguesa e cisheteronormativa? (BAUDELAIRE, et. al, 2019, p. 1). Foram essas três questões, sobretudo a última, que motivaram Violet Baudelaire a criar uma performance arqueológica em seu estágio de campo. Afinal, como as histórias expostas pelos jornalistas do O Rebate seriam se as mesmas fossem contadas pelas próprias prostitutas que as vivenciaram?

A performance intitulada Flor de Papel foi realizada no dia 17 de agosto de 2019, na Esplanada do Theatro Sete de Abril, situada na Praça Coronel Pedro Osório, data que compreendeu as comemorações do Dia do Patrimônio na cidade. Esta foi pensada com o objetivo de contar versões alternativas das histórias de trabalhadoras sexuais às notícias encontradas no jornal O Rebate de janeiro de 1915. Estas retratam as histórias das mulheres como se elas fossem “abjetos e indignas de serem

---

<sup>37</sup> González-Ruibal, et al. (2017) afirmam a necessidade de rechaçar o que Grosfoguel (2008) chama de “populismo epistêmico”, que “significa que tudo o que o povo diz é certo porque é o povo que o diz”. Ou seja, “o que faz de uma afirmação verdadeira não é a consistência lógica da afirmação, mas quem a pronuncia” (p. 4). Nesse sentido, no Brasil, o populismo reacionário vem sendo fortalecido pela extrema-direita bolsonarista. Política esta que, baseada em discursos de ódio contra o Outro, vem promovendo ataques às comunidades em processos de exclusão e também às ciências humanas, como a arqueologia.

lembradas, e estão carregadas de uma linguagem machista, racista e cis-heterossexista” (BAUDELAIRE et. al, 2019, p. 2).



**Figura 35:** Arte elaborada por Violet Baudelaire para divulgação da performance Flor de Papel nas redes sociais. Fonte: Violet Baudelaire (2019).

Para isso, Violet selecionou três notícias referentes a três diferentes trabalhadoras sexuais, “que evidenciam as relações de abuso de poder, violências e desigualdades pelas quais estas mulheres foram submetidas” (Ibidem, p. 1-2). A ideia era performar essas mulheres, como se elas houvessem retornado daquele tempo para denunciar as violências que sofreram, contando uma versão diferente daquela que foi relatada pelo jornal, que apaga todo o contexto de opressão machista que desencadeou aqueles acontecimentos (BAUDELAIRE, 2019a). Desse modo, foi usada uma linguagem sarcástica e ácida a fim de denunciar as notícias e escancarar a hipocrisia do jornal O Rebate, e portanto, da sociedade pelotense conservadora daquele período (Idem).

Para a execução da performance, foram colocadas no chão, em cima de um tecido, um urinol de faiança fina, produzido em meados do final do século XIX e começo do XX, com água e pétalas de flores vermelhas para simular sangue, três garrafas de vidro, também fabricadas nesse período, com uma flor de papel dentro de cada uma delas, além de um pires de faiança fina que possui a técnica decorativa *transfer printing*, de estilo *chinoiserie* e padrão *willow* e um leque. As garrafas de vidro e o urinol foram fornecidos pelo Liber Studium – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo.

Essas coisas atuaram ativamente na performance, como se pertencessem àquelas mulheres, lembrando sobre a importância do mundo material na vida das sujeitas. Então, “cada coisa efêmera colocada e usada durante a performance foi utilizada com a intenção de dizer alguma coisa a mais, alguma coisa subjetiva sobre aquelas vidas, alguma coisa indizível em palavras” (BAUDELAIRE, 2019b, p. 9).



**Figura 36:** Coisas que atuaram na performance. Fonte: Violet Baudelaire (2019).

Violet também decidiu utilizar roupas que simulassem as vestimentas da época, como um chapéu, um robe de cetim e um espartilho e saia pretos. Não conseguimos ter acesso à vestimentas que caracterizassem de modo mais fiel as roupas usadas na época (figura 26).



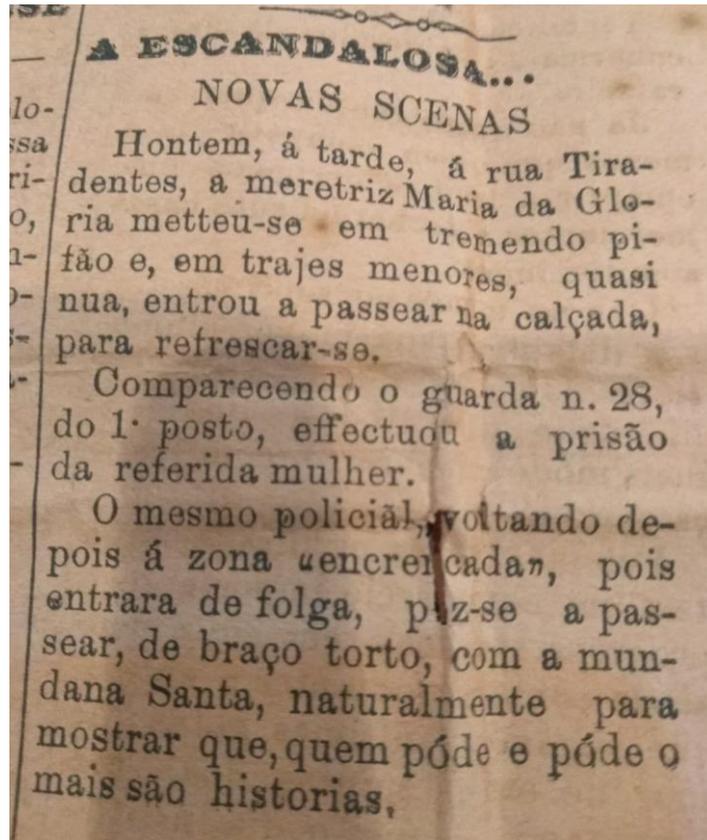
**Figura 37:** Vestimentas e leque utilizados por Violet Baudelaire na performance. Fonte: Vanessa Avila Costa (2019).

Durante a performance, ela relatava a notícia do jornal O Rebate e, em seguida, realizava um ritual de incorporação da alma daquela sujeita. Nas palavras de Violet, “a partir do meu corpo, ela poderia contar sua versão da história e apontar as violências e hipocrisias que sofriam, que foram apagadas da memória coletiva sobre o passado do trabalho sexual” (BAUDELAIRE, et. al, 2019, p. 3). Após relatar a notícia, uma flor de papel que estava em uma das garrafas de vidro era queimada, como um manifesto pelas memórias dessas mulheres que foram esquecidas. Enquanto isso, um tambor era tocado por um dos membros da equipe do projeto “Margens”, para simbolizar a invocação da presença da trabalhadora sexual e das paisagens da prostituição. Este ato foi realizado três vezes, um para cada notícia do jornal.



**Figura 38:** Flor de papel sendo queimada. Fonte: Vanessa Avila Costa (2019).

A primeira notícia escolhida por Violet para compor a performance foi publicada no dia 4 de janeiro de 1915, na página 2 do jornal O Rebate:

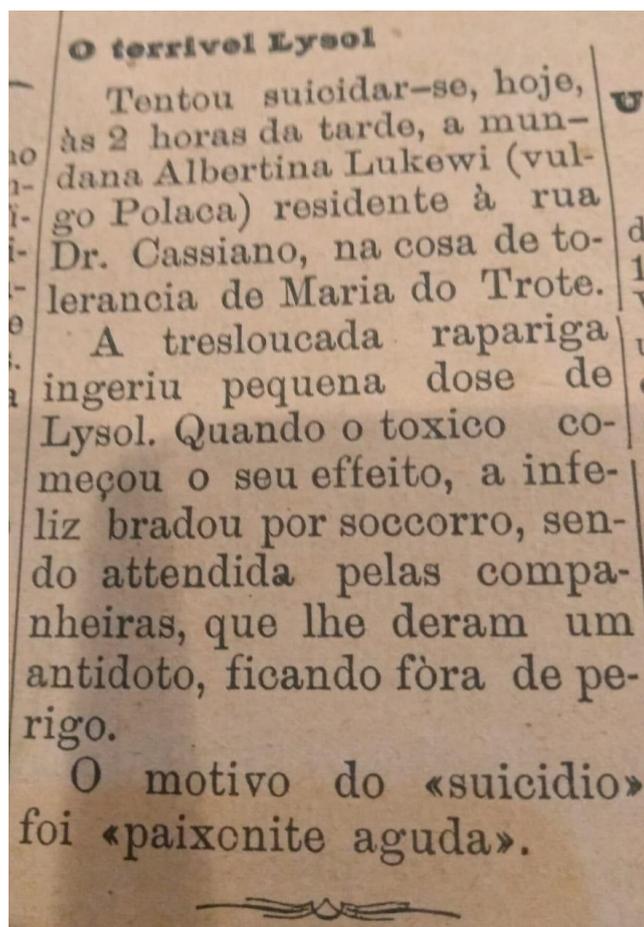


**Figura 39:** Notícia do jornal O Rebate publicada no dia 4 de janeiro de 1915 (p. 2). Fonte: Bibliotheca Pública Pelotense.

Produzi um vídeo deste primeiro relato, como uma forma de divulgar uma pequena parte da performance para aquelas pessoas que não puderam assisti-la pessoalmente. Esta divulgação se deu através das redes sociais. É importante destacar que contei com poucos recursos para realizar a filmagem, diferentemente do vídeo realizado com a Mestra Griô Sirley Amaro que foi gravado com uma câmera profissional. O vídeo inicia com uma parte instrumental da música “blasFêmea / Mulher” da travesti Linn da Quebrada. Escolhi essa música juntamente com Violet por esta revelar a luta das travestis que executam o trabalho sexual nas ruas das cidades. Em seguida, a performance inicia com o relato da notícia do dia 4 de janeiro de 1915, entrando em cena então a história contada pela própria Maria da Glória, construída e performada por Violet. Também fiz uso da foto da notícia (figura 37), para evidenciar às/aos espectadores/as que ela havia sido publicada por um jornal pelotense, além das fotos da pintura feita com tinta a óleo e do desenho do Café da Infância, como uma forma de manifestar as paisagens que estavam sendo mencionadas na narrativa de Violet. O vídeo terminou com o som do tambor gravado durante a performance, juntamente com os créditos finais. Para que leitoras e leitores compreendam de forma

mais precisa como ocorreu Flor de Papel, recomendo que assistam ao vídeo que está disponível no YouTube<sup>38</sup>.

A segunda notícia foi publicada no O Rebate do dia 12 de janeiro de 1915 (p. 2) e, diferentemente da primeira, já foi citada no capítulo 2 deste trabalho. Ela trata da tentativa de suicídio da trabalhadora sexual Albertina Lukewi, que tinha como apelido Polaca.



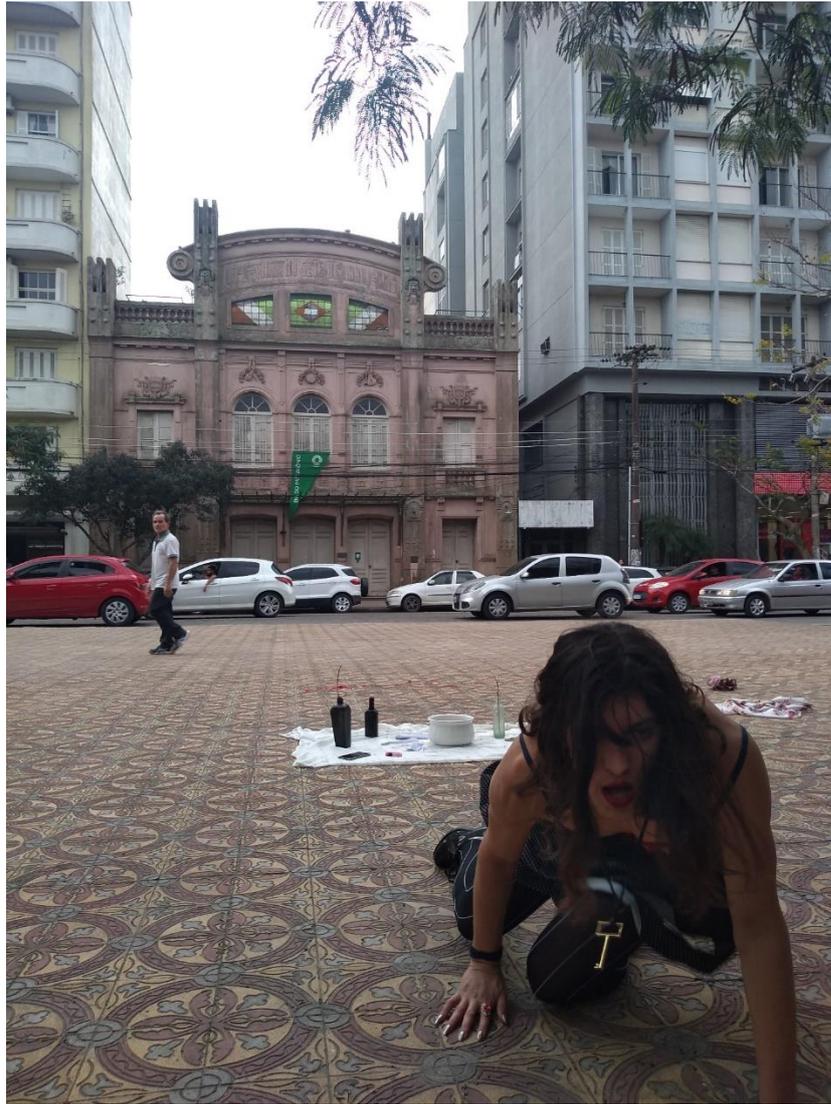
**Figura 40:** Notícia do jornal O Rebate publicada no dia 12 de janeiro de 1915 (p. 2). Fonte: Bibliotheca Pública Pelotense.

Após Violet descrever o relato da forma como foi abordado pelo jornal, ela faz o ritual de queima da flor de papel e Albertina é invocada. Então, ela performa a tentativa de suicídio. Segura, perto de sua boca, um dos vidros que era destinado ao armazenamento de remédios na época e pronuncia: “Me envenene com medicina. Me cure com veneno. Me mate com medicina. Me envenene com cura.”, como uma forma de revelar o paradoxo entre o veneno, representado pela medicina, ciência

<sup>38</sup> O vídeo da performance “Flor de Papel” pode ser acessado através do seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=FOMKSworA2Q>.

responsável por construir a ideologia higienista, e a cura, representada pelo veneno como a libertação de uma sociedade que oprime trabalhadoras sexuais. Após pronunciar essas frases, Violet empina o frasco, como se estivesse tomando lisol e assim começa a passar mal. Ela pega o urinol, onde estão as pétalas de rosa com água, e performa que está vomitando sangue. Assim, Albertina começa a contar sua própria história. Deixo aqui alguns trechos da narrativa:

“Eu me chamo Albertina. Era de mim que falavam no último relato. Paixonite aguda? Eu sempre achei isso uma coisa romântica demais, tão retrógrada, nada moderna. Naquela época nós não queríamos mais saber de histórias de Romeu e Julieta. Isso era tão patético! Como ousaram dizer isso de mim? Eu fico completamente ofendida. Sabe, tenho memórias muito amadas com este urinol que recebi da minha avó. Ela me disse que um dia eu precisaria. Bem, naquela época não existiam banheiros, não é mesmo? (...) Vocês querem saber por que eu tomei lisol? Por que eu queria me matar? Pois eu vou lhes contar, então. Quando eu tinha 12 anos de idade, a minha mãe morreu. (...) Com a sua morte, eu fui obrigada a ir morar na casa de tolerância da Maria do Trote, que ficava muito próxima daqui. (...) Todos os dias à noite chegava um vereador, o prefeito, um homem. Me colocava na cama. Eu passava o dia cozinhando, lavando roupa, limpando (...). Todo o santo dia. E à noite tinha que trabalhar me prostituindo. Políticos diziam que iam me amar, que iam me tirar daquela vida, me tornar uma dama da sociedade. Mas eu nem queria isso. Eu até gostava um pouco de tudo aquilo. Só que no final das contas, eu não aguentei mais e foi por isso que eu tomei o lisol. Eu não estava apaixonada. Eu só não queria mais aquela vida de opressão. Ter que usar meu corpo para sobreviver naquela situação.”



**Figura 41:** Performance de Violet Baudelaire. Fonte: Vanessa Avila Costa (2019).

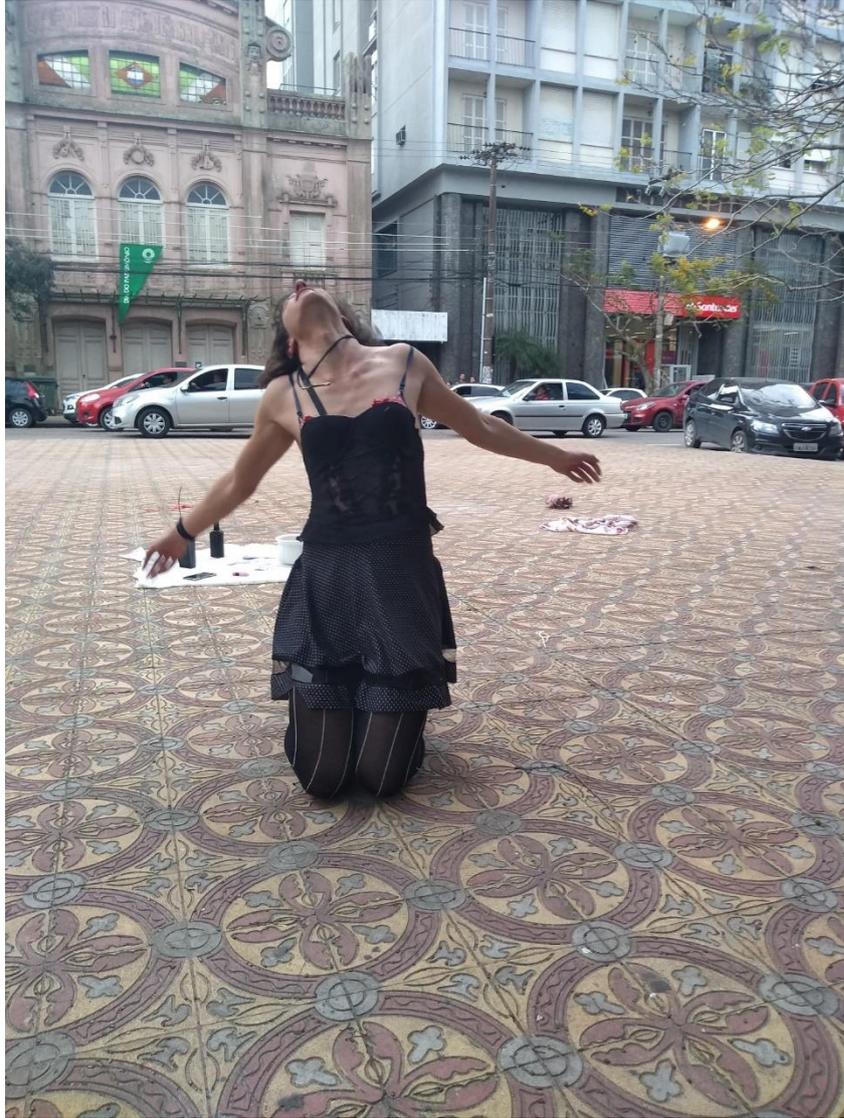
O último relato performado foi realizado tendo como base a notícia publicada no dia 19 de janeiro de 1915 (p. 2), que fala sobre Maria Conceição Carvalho. Como na notícia seu nome não está associado ao trabalho sexual, exceto por residir na pensão do “Mãosinha”, não é possível ter certeza de que ela era prostituta. Todavia, Violet construiu sua performance compreendendo a possibilidade da mulher sobreviver executando o trabalho sexual.

#### “TENTATIVA DE ASSASSINATO

Hoje ás 10 horas da manhã, o individuo Oscar, encontrando a mulher Maria Conceição Carvalho, á rua Tiradentes esquina com General Victorino puchou de um revólver e agrediu-a a tiros. Por felicidade a infeliz não foi atingida. O agressor logo apoz o facto sahi, em correria pela rua afóra. Maria reside na pensão do “Mãosinha”. A policia não tomou conhecimento do facto” (O Rebate de 19 de janeiro de 1915, p. 2).

Após descrever a notícia conforme esta aparece no jornal, Violet fez novamente o ritual de invocação, desta vez, para que Maria da Conceição Carvalho nos contasse o que ocorreu naquele dia:

“Vocês já conheceram a Maria da Conceição? Sou eu mesma. Uma tentativa de homicídio aconteceu muito próxima daqui, há 100 anos. Há um pouquinho mais na verdade. Não foi a primeira, não foi a última. Quantas já aconteceram nessa praça? Quantos relatos vocês já leram ou ouviram falar de mulheres sendo agredidas, estupradas, espancadas, assassinadas? A polícia não tomou fato? A polícia estava lá todo santo dia. Vocês não sabem hoje em dia, mas naquela época a Tiradentes, entre as ruas General Victorino e 15 de novembro, nas proximidades do Mercado Público, era chamada de Bairro Sujo. Esse lugar era cheio de prostíbulos, com muita safadeza, com muita petulância e com muita violência. A polícia soube, porque eu fui a delegacia. Eu contei. E o que eles disseram? Que eu era uma tresloucada, afinal de contas, eu tinha um segredinho escondido lá embaixo, que quase ninguém sabia. Na pensão do Mãozinha, eu havia feito muitas amigas, algumas delas com vagina, outras delas com pênis. Eu tinha muitos clientes, que quando descobriam ficavam furiosos. (...) A polícia soube da agressão como sempre. Ignorou como sempre. Esteve lá como sempre, nos reprimindo. Até que em 4 ou 5 anos depois a polícia veio e varreu todos os prostíbulos dali. Hoje em dia só restam os prédios onde moravam meus clientes que estavam, noite após noite, na pensão do Mãozinha.”



**Figura 42:** Violet Baudelaire performing a tentativa de assassinato que sofreu Maria da Conceição Carvalho. Fonte: Vanessa Avila Costa (2019).

Ao final da performance, Violet explicou para o público que estava assistindo como e por que surgiu a ideia de performar as vivências das trabalhadoras sexuais da Pelotas novecentista a partir das notícias do jornal *O Rebate* de janeiro de 1915. Nesse sentido, de acordo com ela, Flor de Papel evidenciou as histórias de vida de mulheres que viveram às margens da cidade no início do século XX, se submetendo à prostituição em função de uma sociedade machista, transfóbica e racista, e cujas paisagens e corpos foram condenados ao esquecimento enquanto a hipocrisia triunfava.

Não poderia deixar de ressaltar que os créditos pela criação do roteiro e da montagem da performance são todos de Violet Baudelaire. Em suas palavras, “enquanto mulher trans, garota de programa e formanda do curso de arqueologia,

compreendo como meu lugar de fala atravessa essa pesquisa. Até então, a performance foi muito desafiadora, pois além de tocar em cicatrizes tão pungentes de minhas vivências, ela exige que eu repense um passado que foi apagado”. E assim continua:

“Este é um trabalho muito sério, pois construir o passado é uma tarefa que é sempre feita no presente por pessoas do e no presente, e que, embora parta de um processo criativo, de transcriar o passado, já que este nunca se mostra para nós da forma como ele é, isso não quer dizer que possamos afirmar qualquer coisa deste passado” (BAUDELAIRE et. al, 2019, p. 3).

A performance durou em torno de 20 minutos. Um número relevante de pessoas pararam para assisti-la e ficaram até o final, além daquelas que estavam transitando pelo local, que olhavam, paravam por alguns instantes e depois seguiam seu caminho. Como também estávamos mediando a exposição no museu da biblioteca no mesmo dia, tivemos que voltar para esse espaço após finalizada a performance. Por isso, convidamos as pessoas para visitarem a exposição “Patrimônios Invisibilizados”, para que pudessem conferir o módulo das trabalhadoras com a pintura e os desenhos feitos por Violet. Algumas delas nos relataram que já haviam estado no museu e que souberam da performance durante sua visita.

Consideramos que tanto a performance como a exposição são formas de fazer com que o conhecimento construído na academia seja acessível para as pessoas. Enquanto arqueólogas/os devemos tornar visíveis e públicas as coisas (LUDLOW COLETIVA, 2001; LEONE, 2005; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2007 apud GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008), pois é somente por meio de intervenções potencialmente críticas que enfocam a materialidade e sua efemeridade, que podemos manifestar ausências (THIESEN, et. al, 2014), estando essas permeadas por injustiças sociais. Utilizando “a arqueologia como uma ferramenta de crítica radical” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, p. 261) e seguindo uma abordagem putafeminista, a disciplina pode gerar mudanças substâncias ao desnaturalizar, por meio do estudo das paisagens do passado, os preconceitos e o estigma que cerca o trabalho sexual, provocando reflexões sobre os mecanismos do poder responsáveis por agir na manutenção dos processos de exclusão das trabalhadoras sexuais de Pelotas.

## Considerações finais

***“(...) acabar com a prostituição é acabar com o sustento de milhares de famílias. Nós resistiremos e continuaremos vivas. E seguiremos lutando. Todo poder às putas!”***

***Santuzza Souza (2018)***

A partir do relato da trabalhadora sexual Santuzza Souza, friso que nesta pesquisa arqueológica procurei não perder de vista a dimensão do poder que as trabalhadoras sexuais possuem para agenciar táticas cotidianas contra o poder do Estado. Tendo como problemática compreender as estratégias de resistência das trabalhadoras sexuais aos processos de exclusão na cidade de Pelotas, seguindo a perspectiva do putafeminismo (PRADA, 2018; MOIRA, 2018; SOUZA, 2018), propus um estudo das paisagens onde os prostíbulos do século XX estavam situados, fazendo reflexões sobre o trabalho sexual no contemporâneo.

Algumas inquietações me inspiraram a desenvolver a pesquisa, tais como: De que forma as paisagens da cidade do começo do século XX – que, com o início das políticas higienistas passaram a ser idealizadas a partir do discurso médico, por homens, brancos, heterossexuais e cisgêneros da elite pelotense – impuseram normatizações às trabalhadoras sexuais? Como as paisagens atuaram ativamente na construção da sua vida cotidiana? De que forma as trabalhadoras sexuais fizeram (e fazem) paisagens? Como esses passados, que não ficaram no passado, são ressignificados no presente? (COSTA, 2017). A partir destas perguntas, comecei a mapear os prostíbulos, visando criar metodologias que possibilitassem produzir cartografias capazes de evocar as paisagens pelotenses.

Foram criados dois mapas: um vídeo arqueológico, que foi entendido enquanto uma cartografia, e uma cartografia em desenho. O primeiro tratou do mapeamento feito pela Mestra Griô Sirley Amaro, dos prostíbulos existentes no século XX em Pelotas, sobretudo na rua Major Cícero e Doutor Cassino. Já a cartografia em desenho fala sobre o trabalho sexual na cidade no passado-presente-futuro. Esses tempos estão mesclados na paisagem e emaranhados nas narrativas da Griô, nos prostíbulos que existem no centro de Pelotas, nas narrativas das prostitutas que lá trabalham e também nas suas reivindicações, como a regulamentação da prostituição. Entendendo que a margem está em contínua negociação com o centro (DAS E POOLE, 2008), juntamente com integrantes do Projeto de Extensão Mapeando a

Noite: O Universo Travesti do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), foi possível estabelecer como se dão suas lutas cotidianas para permanecer trabalhando no centro histórico da cidade – sobretudo das trabalhadoras sexuais travestis –, reivindicando seu “direito à cidade” (AGIER, 2015).

Estas reflexões foram propostas tomando como referencial a Fonte das Nereidas, situada na praça mais central da cidade, a praça Coronel Pedro Osório. Se no passado o local foi palco de diversas restrições feitas pelo poder municipal para manter as pessoas que consideravam indesejáveis fora do espaço da praça, como as prostitutas, no presente, o chafariz, à noite, é o próprio palco das trabalhadoras sexuais travestis, onde elas se batizam com seu “nome de guerra”. Se no passado elas articulavam práticas de transgressão dessas restrições, no presente elas seguem resistindo aos processos de higienização social, que visam removê-las para locais mais afastados dessa parte mais central da cidade.

Os processos de higienização social também foram observados através do mapeamento dos prostíbulos da baixa prostituição (destinados aos homens das classes mais baixas) do começo do século XX. O mapeamento foi realizado a partir de pesquisas realizadas pelos estagiários do Liber Studium – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo da FURG, Newan Souza e Nicolás Martins, nas edições do jornal *O Rebate* publicadas entre os anos de 1914 a 1917. Dessa forma, levando em conta o contexto histórico do período, consegui entender não apenas onde os prostíbulos estavam situados, mas também quem eram as trabalhadoras sexuais que estavam trabalhando neles, a partir de recortes de raça e etnia.

A análise mostrou que a maioria dos prostíbulos estavam situados na área da cidade que era considerada de maior valor, menos vulnerável a enchentes. A maior concentração estava na parte mais central da cidade, na rua Tiradentes, entre as ruas 15 de novembro e General Victorino (atual Padre Anchieta), que se situava próxima ao Mercado Público e à praça Coronel Pedro Osório.

Por ser uma quadra repleta de casas de prostituição – tais como a Bodega do Raphael, a Espelunca da Catharina Cuniga, o Café da Infância, o Fregue de Frutuoso Alves, a Bodega de Antonio Fernandes – e casas de tavolagem (de jogos), era chamada pelos jornalistas do *O Rebate* de “Bairro Sujo”. Afinal, o discurso médico-policia passou a associar a prostituição à imagem da sujeira, da doença, de tudo aquilo que devemos rejeitar para o bem da sociedade (RAGO, 1991). Esses jornalistas, atentos às reclamações das elites que moravam nas proximidades dos

prostíbulos, denunciavam a quadra enquanto um foco de imoralidade e de desordem, solicitando que a polícia fizesse seu papel e reprimisse as desordens causadas pelas trabalhadoras sexuais nesse ponto tão central da cidade. Ao mesmo tempo, apesar das críticas constantes aos prostíbulos, o que pode explicar a sua localização no centro é a função que eles cumpriam de acalmar os ânimos dos operários, evitando que fizessem greves. Portanto, o trabalho sexual executado no interior dos prostíbulos situados no centro era essencial para manter o capitalismo operando, já que amenizaria as revoltas dos trabalhadores contra o sistema. Nesses espaços, eles encontravam um certo conforto, um cuidado, um afeto, após longas jornadas de trabalho nas fábricas e uma oportunidade de fuga da sua vida cotidiana, já que os prostíbulos lhes permitiam performar outros sujeitos ou, ainda, expressar suas identidades enquanto trabalhadores fora dos muros fabris.

Além disso, a concentração de prostíbulos nas proximidades do Mercado Público pode indicar que este era um ponto estratégico para o trabalho sexual, por conta da grande presença de trabalhadores no mercado, que precisavam extravasar suas mentes e corpos após um longo dia de trabalho e encontrar bem estar nos prostíbulos da Tiradentes. Os relatos de barbeiros que trabalham no Mercado Público, que narram a prostituição na quadra como uma zona de meretrício da cidade em meados da década de 1960 e ao final do século XX e começo do XXI (antes da sua última revitalização), demonstram que o chamado “Bairro Sujo” sempre foi um espaço importante para a execução do trabalho sexual em Pelotas, mesmo após a década de 1910.

Outra função dos prostíbulos (sejam eles de elite ou da baixa prostituição) era a de preservar a virgindade das moças solteiras até o casamento, ideia que se fazia presente nas mentalidades do período, já que possibilitava a iniciação dos homens jovens na esfera da sexualidade (RAGO, 1991). Dessa forma, os prostíbulos destinados à classe trabalhadora na área central se faziam necessários perante a sociedade do começo do século XX e, por isso, continuavam existindo, ainda que a prostituição fosse condenada moralmente, tendo como respaldo o discurso médico-policia, como foi possível observar nas denúncias do jornal O Rebate.

Entretanto, a partir do primeiro semestre de 1916 até o primeiro semestre de 1917, aparecem notícias no jornal que sugerem o que pode ter culminado no começo da destruição daqueles prostíbulos, como consequência de um processo de higienização social. Nesse sentido, foi elaborada uma outra cartografia, dois desenhos

e uma pintura daquela paisagem, para que as presenças das trabalhadoras sexuais e dos prostíbulos do começo do século XX sejam lembradas. Os desenhos e a pintura foram feitos por Violet Baudelaire, estagiária do Liber Studium, que transcreveu (FLORES, 2017 apud BAUDELAIRE, 2019a) o prostíbulo que era denominado Café da Infância, situado na Tiradentes, e também a cena de uma das notícias do O Rebate, que expressa as resistências das trabalhadoras sexuais. O prostíbulo foi transcrito tendo como base a estrutura dos cortiços, já que ambos espaços deveriam possuir arquiteturas semelhantes, pois serviam de moradias para muitas pessoas (mulheres, no caso dos prostíbulos), dispendo de espaços que eram compartilhados. Essa foi uma forma que encontramos de manifestar essas paisagens que foram estigmatizadas e ocultadas para que não se ouça mais falar delas. Afinal, as trabalhadoras sexuais ainda sofrem processos de remoção constantes na quadra da rua Tiradentes, principalmente após a revitalização do Mercado Público, reaberto em 2012.

Através dessas análises, duas intervenções arqueológicas foram criadas com o objetivo de escancarar ao público as histórias das trabalhadoras sexuais que foram suprimidas por uma narrativa hegemônica pelotense, além de revelar as injustiças sociais de uma sociedade pautada em ideais burgueses, extremamente putafóbica, classista, machista, transfóbica e racista, que continua condenando à clandestinidade as trabalhadoras sexuais. São manifestos contra o capitalismo e o colonialismo que criaram a condição de subalternização das mulheres e as relações de poder de gênero, classe, raça e etnia. Ambas as intervenções compreenderam o Dia do Patrimônio em Pelotas.

A exposição “A luta das trabalhadoras pelo direito de habitar a cidade de Pelotas”, organizada pelo projeto de pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas e pelo projeto de extensão Mapeando a Noite do GEEUR, ocorreu no Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense. Nela, foram apresentadas as paisagens manifestadas da rua Tiradentes, transcritas por Violet Baudelaire, a partir dos desenhos e da pintura, algumas notícias do O Rebate referentes ao ano de 1915, a cartografia em desenho elaborada em 2018, uma carteira de trabalho, um banner com texto e perguntas referentes à exposição e imagens que representam as trabalhadoras (incluindo as prostitutas) cujas histórias de vida não são valorizadas – bem como os trabalhos que desenvolviam/desenvolvem, ainda que

todos sejam fundamentais na nossa sociedade –, entre outras coisas que narram essas vivências.

A performance intitulada Flor de Papel ocorreu na Esplanada do Theatro Sete de Abril, na praça Coronel Pedro Osório e foi pensada por Violet Baudelaire a partir do seu lugar de fala enquanto mulher transexual, branca, formanda de um curso de Arqueologia e garota de programa. Nesta performance, ao questionar como seriam os relatos descritos pelo jornal O Rebate se esses fossem narrados pelas próprias trabalhadoras sexuais que os vivenciaram, Violet propôs construir as versões das histórias das próprias mulheres e manifestá-las para o público. Dessa forma, a partir de três notícias de janeiro de 1915, ela invocou os passados de Maria da Glória, Albertina Lukewi e Maria da Conceição, através do seu corpo e de suas vestimentas, que lembravam as que eram utilizadas no período, e também de materialidades como um urinol, um pires, um leque e garrafas de vidro, que atuaram na performance como coisas pertencentes àquelas mulheres. Suas histórias eram contadas após a queima de uma flor de papel dentro da garrafa, que expressava as memórias dessas trabalhadoras sexuais que foram apagadas.

Estas são apenas algumas intervenções entre várias outras que o Projeto de Extensão Mapeando a Noite: O Universo Travesti vem desenvolvendo desde 2016 com o objetivo de transformar a narrativa oficial pelotense, para que as trabalhadoras sexuais da cidade façam parte dela. Para que as pessoas não esqueçam que Pelotas foi feita, também, por elas, que continuam construindo a cidade. Estão no centro, nas ruas e nos prostíbulos, nas praças, no Mercado Público, apesar dos projetos criados pelo governo municipal para reprimi-las, assim como outros grupos que até hoje são indesejáveis pelo poder, como as comunidades negras e de religiões de matriz africana. Esses projetos mascaram sua verdadeira intenção de remover trabalhadoras sexuais para locais mais afastados do centro da cidade com o mesmo discurso higienista do passado, através de justificativas como a da desordem, a da imoralidade, a da importunação dos ditos “cidadãos de bem”. Reforçam a putafobia, o machismo, a transfobia, o racismo e a estigmatização social.

É nesse sentido que pesquisas arqueológicas politicamente engajadas se fazem cada vez mais necessárias no Brasil como uma forma de combater o populismo reacionário da extrema-direita (GONZÁLEZ-RUIBAL, et. al, 2017). De acordo com a trabalhadora sexual Monique Prada em sua entrevista a Reinholz et. al (2020), está tramitando no congresso brasileiro um projeto de lei que objetiva tornar crime a

contratação de serviços sexuais no país, tendo como base o modelo sueco de regulamentação da prostituição. Este projeto foi apresentado pelo deputado pastor João Campos. Além disso, alguns meses após o golpe político que destituiu a presidenta Dilma Rousseff<sup>39</sup>, foi criada uma nota parlamentar de autoria do deputado Flavinho (PSB-SP) solicitando que a atividade de profissional do sexo fosse retirada com urgência da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações).

Ainda que nos dias de hoje a prostituição seja legalizada, ela ainda “é exercida em espaços que operam à margem da lei”. Por isso, o trabalho sexual deve ser regulamentado. Mas esta deve ser uma regulamentação que permita que as prostitutas trabalhem de forma mais segura, “em estabelecimentos legalizados e regulamentados” (PRADA, 2018, p. 99). Nas palavras de Prada, se o projeto de lei 4211/12 proposto pelo deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) fosse aprovado, “passaríamos a contar com mecanismos legais para cobrar o que nos é devido tanto pelo dono (ou dona) do estabelecimento quanto pelos clientes”. Assim, “a regulamentação nos traria não apenas segurança financeira, como também proteção contra o assédio e outros tipos de violência” (Idem).

No entanto, “a regulamentação não afasta o estigma, assim como a ilegalidade não tem impedido mulheres de adotar esse trabalho” (PRADA, 2018, p. 101). Enquanto arqueóloga, entendo que os manifestos enfocados pelo mundo material e pensados a partir de um viés putafeminista, são ferramentas que podem atuar na tentativa de desnaturalização desse estigma que foi estrategicamente enraizado no passado, escancarando os mecanismos do poder que atuaram na sua construção.

---

<sup>39</sup> Sobre a conjuntura política atual do Brasil, indico o documentário “Democracia em Vertigem” da cineasta Petra Costa, que estreou na Netflix em junho de 2019.

## Referências

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, 21(3), 2015, 483-498.

ALABAO, Nuria. “El sexo para las mujeres há sido siempre un trabajo”. Entrevista com Silvia Federici. **Revista Contexto**. N. 194, 2018. In: <https://ctxt.es/es/20181114/Politica/22841/silvia-federici-el-sexo-ha-sido-un-trabajo-para-las-mujeres.htm>. Acesso: 18/05/2019.

ALEIXO, Mariah. Do crime passional ao feminicídio: assassinatos de mulheres e Antropologia das Emoções no Correio do Povo. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 53, 2019.

ALFONSO, Louise. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALFONSO, Louise. **Mapeando a Noite: O Universo Travesti**. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas: Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos, 2016, p. 1-5.

ALFONSO, Louise. Método Etnográfico em Contexto Urbano. **I Ciclo de Oficinas da Arqueologia: Interdisciplinaridade e Troca de Saberes**. Bacharelado em Arqueologia, FURG, 2017.

ALFONSO, Louise; RIETH, Flávia. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. In: **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. SCHIAVON, Carmem; PELEGRINI, Sandra (org.). Editora da FURG, Rio Grande – RS, 2016.

ATALAY, Sonya. Indigenous archaeology as decolonizing practice. **American Indian Quarterly**, p. 280-310, 2006.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. Ciranda Cultural, Jandira, SP, 2019.

BATTLE-BAPTISTE, Whitney. **Black feminist archaeology**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2011.

BAUDELAIRE, Violet. **Relatório de Estágio de Campo – Pintando o que é invisível...** (Bacharelado em Arqueologia – FURG), Rio Grande, RS, 2019a.

BAUDELAIRE, Violet. **Diário de Campo**. (Bacharelado em Arqueologia – FURG), Rio Grande, RS, 2019b.

BAUDELAIRE, Violet, et al. Flor de Papel: Arqueologia, Performance e Memória. I **Encontro de Pesquisas Arqueológicas Invisibilizadas**. UFPel, Pelotas, RS, 2019.

BAUDELAIRE, Violet. Gêneros Perdidos: Por uma arqueologia transfeminista. **Anais da VI Semana Internacional de Arqueologia** - Discentes do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2019c.

BENDER, Barbara. Landscape and Politics. In: **The Material Culture Reader**. Edited by Victor Buchli. Berg Publications, Oxford, New York, 2002.

CASTAÑEDA, Quetzal. The 'ethnographic turn' in archaeology: research positioning and reflexivity in ethnographic archaeologies. **Ethnographic archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices**, p. 25-61, 2008.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORBIN, Alain. **Women for Hire: Prostitution and Sexuality in France After 1850**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1990.

COSTA, Vanessa. **As trabalhadoras resistem: uma arqueologia das mulheres operárias da Fábrica Rhiengantz (1884-1919)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – FURG, Rio Grande, RS, 2017.

COSTA, Vanessa. As casas de prostituição da Pelotas novecentista: arqueologia da paisagem, exclusão e memória. **Anais da 16ª Mostra da Produção Universitária**, FURG, 2017.

COSTA, Vanessa. Arqueologia das Margens: pensando paisagens e fronteiras. **Tessituras**, Pelotas, v.6, n.1, p. 21-28, jan./jun. 2018.

CUNNINGHAM, Jerimy; MACEACHERN, Scott. Ethnoarchaeology as slow science. **World Archaeology**, V. July 1-13, 2016.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Universidad de Buenos Aires Buenos Aires, Argentina. n. 27, 2008, pp. 19-52.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. Editora Boitempo, 1ª ed. São Paulo, 2016.

DINIZ, Ana. **Poder e Sexo**: uma análise dos territórios de prostituição no Centro de Campina Grande-PB. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2016.

DODE, Maritza. **“Fazer-me um cortiço debaixo das janelas!...”**: os cortiços na paisagem urbana da Rio Grande oitocentista. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – FURG, Rio Grande, RS, 2012.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed. Contexto, São Paulo, 2012.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). Brasiliense, São Paulo, 2004.

FAGUNDES, Eduardo. **Os Lusíadas e a apropriação da mitologia clássica**. Trabalho de Conclusão de Curso em Letras. Instituto de Letras. UFRGS, Porto Alegre, 2014, p. 15 e p. 21.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Sycorax. Editora Elefante. 1ª Ed. São Paulo, 2017.

FILHO, Kleber; TETI, Marcela. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, jan./jun. 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1** – A vontade de saber. 7ª ed. Paz e Terra, São Paulo, 2018.

GILL, Lorena. **Um mal do século**: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas(RS) 1890-1930. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Rio Grande do Sul, 2004.

GOMES, Anderson, et al. Arqueologia e Teoria Queer: Por uma Arqueologia Transviada. **Revista de Arqueologia Pública**. Campinas, SP, V. 13, N. 1, 2019.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. The Past is Tomorrow. Towards an Archaeology of the Vanishing Present. **Norwegian Archaeological Review**, Vol. 39, No. 2, 110-125, 2006.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to destroy an archaeology of supermodernity. In: **Current Anthropology**. V. 49, N. 2, 2008.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Hacia otra arqueología: diez propuestas. **Complutum**, V. 23 (2), pp. 103-116, 2012.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Etnoarqueología, arqueología etnográfica y cultura material. **Complutum**, 28(2) 2017: 267-272.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo, et al. Against Reactionary Populism: Towards a New Public Archaeology. **Antiquity**, (version submitted to Antiquity, prior to editorial review), 2017.

GOUVÊA, Melissa. Última Hora! Tragédia Horrível!: as ocorrências de crime e o discurso sensacionalista do jornal pelotense 'O Rebate' (1914-1923). In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013, Natal - RN. Anais eletrônicos, 2013.

HAMILAKIS, Yannis. Decolonial archaeologies: from ethnoarchaeology to archaeological ethnography, **World Archaeology**, 48:5, 678-682, 2016.

HARTEMANN, Gabby; MORAES, Irislane. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, V. 12, N. 2, 2018.

INGOLD, Tim. Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descobridor-caminho e navegação. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 25(1): 76-110, 2005.

LEVY, Maria. A escolha do cônjuge. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, 2009.

LIMA, Patrícia. **Simões Lopes Neto Jornalista**: uma leitura da coluna Inquéritos em Contraste, de 1913. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – UFRGS, Rio Grande do Sul, 2016.

LIMA, Tania. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, 2(3): 44-96, 1996.

LIMA, Tania, et al. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. V. 24, N. 1, São Paulo, 2016.

LOPES, Ricardo, et. al. Considerações sobre os Mercados Públicos: relação de sociabilidade e vitalidade urbana nas cidades. **III CINCCI** – III Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade: uma relação de origem, 2010.

MARTINS, Felipe. **É pela arte toda, pela história de vida**: As representações da música nas Vivências Griô, da Mestra Sirley Amaro. Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

MENESES, Ulpiano. O estudo da cultura material nas sociedades antigas. **Revista de História**, Nova Série, São Paulo, N. 115, 1983.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse pura**. Hoo Editora, São Paulo, 2018.

MOURA, Rosa. **Habitação Popular em Pelotas (1880-1950)**: entre políticas públicas e investimentos privados. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Rio Grande do Sul, 2006.

OLSEN, Bjørnar, et al. Timely Things: from Argos to Mycenae and beyond. **Archaeology**: the discipline of things. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2012.

PARADEDA, Maria. **ARQUITETURA DA PAISAGEM E MODERNIDADE**: Um estudo sobre representações e memória das Praças de Pelotas (1860-1930). Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2003.

PERES, Eliane. **História e educação**: as relações de gênero em Pelotas no final do século XIX e início do século XX. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (3): 5-34, 1998.

PESAVENTO, Sandra. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho (1880-1920). Porto Alegre, Ed. Universidade, UFRGS, 1994.

PHETERSON, Gail. **The whore stigma** – female dishonor and male unworthiness. Den Haag: Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid, 1986.

PIAULT, Mark. Real e ficção: onde está o problema? In: Kouri, Mauro G. P. *Imagem e Memória*. **Ensaio em Antropologia Visual**. Rio de Janeiro: Garomond, 2001.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. Coleção Baderna. Editora Veneta, São Paulo, SP, 1ª ed. 2018.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista, Brasil 1890 – 1930. Paz e Terra, 4ª ed., São Paulo / Rio de Janeiro, 2014.

RANGEL, Janaina, et al. A experiência da exposição “Margens: diferentes formas de habitar Pelotas” na Bibliotheca Pública de Pelotas. **Anais do VI CEC – Congresso de Extensão e Cultura**, UFPel, Pelotas, RS, 2018.

REINHOLZ, et al. Não olhe: É sobre sexo! **Brasil de Fato**, Porto Alegre, RS, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/27/nao-olhe-e-sobre-sexo>. Acesso: 27/03/2020.

RIBEIRO, Djamila. Por um olhar interseccional. **Lugar de Mulher**. 2015. Disponível em: <https://lugardemulher.com.br/feminismo-interseccional/>. Acesso: 5/02/2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. Companhia das Letras, São Paulo, 2019.

RIBEIRO, Loredana. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. **Revista de Arqueologia**. V. 30, N. 1, 2017a.

RIBEIRO, Loredana. Da praça à cozinha, passando pela sala de jantar: gênero, raça e classe na Pelotas do século XIX - e depois. **Vestígios** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, V. 11, N. 2, 2017b.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. "Etnografia: saberes e práticas". **Illuminuras Revista Eletrônica**. BIEV/PPGAS/UFRGS, 31, 2008.

RODRIGUEZ, Shay. **SE EU COMPREI, ENTÃO É MEU**: coisas do cotidiano e do prazer sexual para além da heteronormatividade. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – FURG, Rio Grande, RS, 2018.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, ano XIII, nº 2, 1999.

SILVA, Yasmin. **Arqueologia da Geribanda: (re)existências no passado-presente.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – FURG, Rio Grande, RS, 2018.

SILVEIRA, Aline. **De fonte a aguadeiros à penas d'água: reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial do final do século XIX em Pelotas – RS.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVEIRA, Flávio. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In: SILVEIRA, F.L.A. da; CANCELA, C.D. (Org.). **Paisagem e cultura.** Dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2009, p. 71-83.

SINGLETON, Theresa. Slavery, liberation, and emancipation: constructing a postcolonial archaeology of the African diaspora. In: J. Lydon e U.Z. Rizvi (Eds.). **Handbook of Postcolonial Archaeology.** Walnut Creek, Left Coast Press INC. 2010, p. 185-198.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** 10ª ed. Contexto, São Paulo, 2012.

SOUSA, Ana Cristina. Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. **Habitus,** Goiânia, V. 3, N. 2, 2005, p. 291-300.

SOUZA, Santuzza. Relato de uma trabalhadora sexual brasileira. **Vice.** 2018. Disponível em: [https://www.vice.com/pt\\_br/article/qvnazw/relato-de-uma-trabalhadora-sexual-brasileira](https://www.vice.com/pt_br/article/qvnazw/relato-de-uma-trabalhadora-sexual-brasileira). Acesso: 22/04/2019.

TRAMASOLI, Felipe. **Arqueologia da Cidade Cinza: paisagem e discurso na cidade do Rio Grande.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Rio de Janeiro, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

THIESEN, Beatriz. **As paisagens da cidade: Arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX.** Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Rio Grande do Sul, 1999.

THIESEN, Beatriz. **Fábrica, Identidade e Paisagem Urbana: Arqueologia da Bopp irmãos (1906-1924).** 264p. (Tese de Doutorado) – PUCRS. Porto Alegre, 2005.

THIESEN, Beatriz. Invisibilidade, memória e poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade – Rio Grande (RS). Universidade de Caxias do Sul. **Revista Méti**s: História & Cultura. V. 8, N. 16., 2009.

THIESEN, Beatriz. Antes da poeira baixar: reflexões sobre uma arqueologia do passado recente. **Revista Memorare**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 222-226, 2013.

THIESEN, Beatriz, et al. Vestígios de uma ausência: uma arqueologia da repressão. **Revista de Arqueologia Pública**, V. 10, p. 231-250, 2014.

THIESEN, Beatriz. **Relatório Parcial das atividades do Programa de Salvamento Arqueológico na área de colocação de plataforma de embarque e desembarque de passageiros do Transporte Urbano Municipal de Rio Grande – RS**. Rio Grande, 2015.

THIESEN, Beatriz. **Invisibilidades Urbanas**: grupos silenciados e o fazer arqueológico em áreas públicas. (no prelo).

THIESEN, Beatriz; POUQUET, Martial. Nem tempo. Nem método. Nem história, Nem antropologia, O que é arqueologia? In: Caderno Pedagógico – A Fronteira pelos Fronteiriços. ALFONSO, Louise; PEREIRA, Isis; COSTA, Vanessa. **Tessituras**, Pelotas/RS, v. 6, n. 1, jan./jun.: 13 – 22, 2018.

WITMORE, Christopher. Four Archaeological Engagements with Place: Mediating Bodily Experience through Peripatetic Vídeo. **Visual Anthropology Review**. V. 20, N. 2, 2004.

## Fontes primárias

1. Arquivo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense

- Almanach de Pelotas de 1913 a 1930.

- Jornal O Rebate referente ao segundo semestre de 1914.

- Jornal O Rebate referente ao primeiro e segundo semestre de 1915.

- Jornal O Rebate referente ao primeiro e segundo semestre de 1916.

- Jornal O Rebate referente ao primeiro e segundo semestre de 1917.

2. Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB/UFPel)

- Planta da cidade de Pelotas (1909).